



Pág. 4

Milhares de pessoas participam nos comícios do Porto e de Valongo

MILHARES E MILHARES DE PESSOAS PARTICIPARAM NO PORTO E VALONGO EM GRANDES JORNADAS POLÍTICAS COM A PRESENÇA DE ÁLVARO CUNHAL



Pág. 9

AS MULHERES CONTRA O AUMENTO DO CUSTO DE VIDA

Editorial

DEFESA ACTIVA DA CONSTITUIÇÃO PEDRA ANGULAR DA LEGALIDADE DEMOCRÁTICA

Há um ano — precisamente em 2 de Abril de 1976 — foi promulgada a Constituição da República, actualmente em vigor. Desde essa data memorável o povo português passou a dispor de uma Lei Fundamental que exprime com certa fidelidade as alterações produzidas pela Revolução de Abril na vida do País, definindo com meridiana clareza os princípios e objectivos essenciais do Estado democrático.

Numa sociedade virada ao progresso social a força dos princípios mede-se pelo seu enraizamento na vida, pela forma como a reflectem.

Em Portugal o «Movimento dos Capitães» transformou a vida dos portugueses. O fascismo odioso foi derrubado depois de quase meio século de opressão, a Revolução portuguesa no seu processo pôs termo aos monopólios, nacionalizou os sectores básicos da economia, extinguiu o latifúndio em vastas zonas do País onde a Reforma Agrária transformou radicalmente o panorama económico e social, colocou nas mãos dos trabalhadores importantes meios de gestão e controlo de centenas de empresas que haviam sido levadas à ruína pela sabotagem, a incuria ou o esbanjamento do patronato.

Logicamente, uma nova vida impôs novos princípios e pela primeira vez em cinquenta anos os portugueses tiveram a possibilidade histórica de fazer coincidir os princípios com a vida. E foi sob o influxo poderoso da Revolução de Abril que a nova Constituição foi elaborada, aprovada, posta em vigor.

Com a sua promulgação uma arma importante de defesa da legalidade democrática foi colocada nas

(Continua na pág. 2)

UMA GRANDE VITÓRIA POLÍTICA 25000 CONTOS EM DOIS MESES

Posição em 25 de Março — Totais acumulados

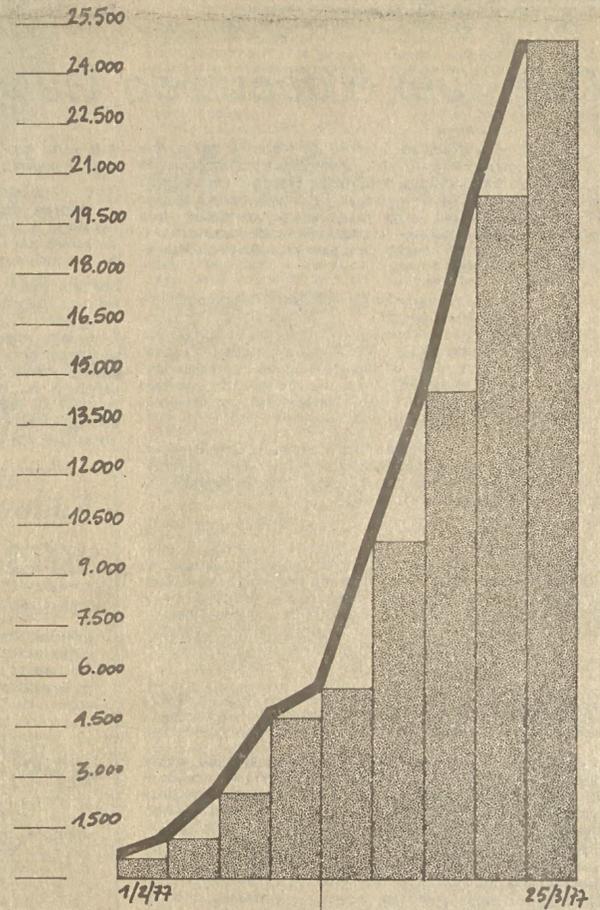
Comissão Coordenadora Central	3 276 749\$50
“Avante!”	610 950\$00
Organização da Região Autónoma dos Açores	12 105\$00
Organização Regional do Alentejo	889 941\$50
Organização Regional do Algarve	500 000\$00
Organização Regional das Beiras	697 340\$00
Organização Regional de Lisboa	9 086 151\$50
Organização Regional da Madeira	20 063\$50
Organização Regional do Norte	1 940 187\$80
Organização Regional do Oeste e Ribatejo	1 299 754\$50
Organização Regional de Setúbal	3 761 802\$60
Emigração	1 139 004\$75
União dos Estudantes Comunistas	383 907\$50
União da Juventude Comunista	180 811\$00
Por classificar (1)	1 571 975\$30
TOTAL	25 370 975\$95

(1) Trata-se da soma das quantias entradas na conta DO 13672 do BPSM das quais as organizações do Partido ainda não enviaram à CCC as correspondentes “Notas de Entrega”

Dois meses depois do Partido Comunista Português lançar a campanha dos 50 000 contos, os militantes comunistas, a classe operária, os trabalhadores e milhares e milhares de democratas comprovam a sua confiança no Partido da esperança e do futuro: em dois meses um grandioso esforço fez atingir mais de metade do objectivo fixado!

Avante pelo êxito completo da Campanha Nacional de Fundos! Avante no apoio ao PCP, avante na defesa da Revolução, avante na construção do futuro!

Páginas centrais



UCPs: A VOZ DA VERDADE QUE URGE DIVULGAR

Pág. 10

As «liberdades» do anticomunismo e as liberdades reais



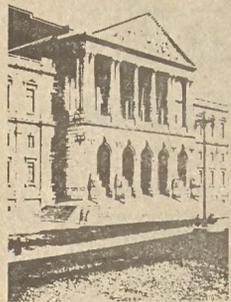
Pág. 12

ASSEMBLEIAS DO PARTIDO



Pág. 4

No prosseguimento da aplicação das decisões do VIII Congresso, prosseguem activamente as assembleias de organização do Partido



Os Comunistas na Assembleia da República

O PCP saudou os 55 anos de luta dos comunistas do Brasil

O deputado do PCP Veiga de Oliveira subiu à tribuna da Assembleia da República no passado dia 25 para, no quadro da solidariedade fraternal e revolucionária à luta do povo brasileiro, saudar o Partido Comunista Brasileiro que, ao longo de 55 anos que nesse dia se completaram, apesar das perseguições implacáveis e dos golpes da repressão militar fascista, tem sabido reforçar sempre a sua ligação com os trabalhadores e as massas populares do Brasil, tem sabido conduzir as lutas do povo contra a opressão e pela independência nacional e segura firmemente nas suas mãos a bandeira das liberdades democráticas e da construção de um Brasil mais justo e mais feliz para os brasileiros.

Depois de ter referido os laços históricos que unem Portugal ao Brasil, Veiga de Oliveira falou da luta do povo brasileiro, antes e depois do golpe reaccionário de 1964:

Antes do golpe reaccionário de 1964 que levou a a actual ditadura militar ao poder, viveram-se no Brasil alguns anos de relativa liberdade em que as forças democráticas brasileiras puderam alcançar significativos êxitos na luta contra o imperialismo e pela independência nacional.

Nesses anos, os trabalhadores brasileiros puderam desenvolver as suas organizações e viram melhoradas substancialmente as suas condições de vida.

Nesses anos, o Partido Comunista Brasileiro, embora de direito não fosse legal, pôde de facto trabalhar à luz do dia, tendo desempenhado um papel de primordial importância em todas as lutas pela melhoria do nível de vida do povo, pela consolidação da democracia e pela independência nacional, contra as manobras e intimidações do imperialismo, especialmente americano.

Nesses anos a solidariedade do povo brasileiro para com o povo português então submetido à ditadura fascista de Salazar, pôde exprimir-se livremente e influir de forma significativa no apoio internacional aos democratas portugueses e à luta pelo derrubamento do fascismo em Portugal.

Em 1960 realizou-se em S. Paulo a primeira Conferência Internacional pela Amistade em Espanha e Portugal. O êxito dessa grande iniciativa de apoio fraternal aos povos de Portugal e Espanha ficou a dever-se inteiramente ao empenhamento e solidariedade do povo brasileiro, dos democratas brasileiros e do Partido Comunista Brasileiro.

Através da imprensa, da Rádio, da Televisão, em reuniões públicas multiplicaram-se as formas de apoio ao nosso povo oprimido e ao povo não menos oprimido de Espanha.

Por essa mesma altura a Embaixada Brasileira em Lisboa ainda era muitas vezes o último refúgio para os democratas portugueses perseguidos pela PIDE.

Por essa mesma altura o General Humberto Delgado foi acolhido e recebido triunfalmente e com manifestações de fraternidade por parte de todo o povo brasileiro.

Entretanto, e conforme referiu seguidamente o deputado Veiga

de Oliveira, abateu-se sobre o povo brasileiro o golpe reaccionário imperialista de 1964.

Desde então, em vagas sucessivas — acentuou o deputado do PCP — a repressão abateu-se sobre os trabalhadores e democratas brasileiros. Como de costume, os comunistas foram os primeiros alvos, mas logo se seguiram todos aqueles que não aceitaram a paz podre da renúncia e do silêncio, nem escapando padres e bispos brasileiros que se haviam colocado abertamente contra o arbítrio e a opressão.

E Veiga de Oliveira prosseguiu:

Desde então, sobe a centenas o número de assassinatos políticos, particularmente estudantes, operários, camponeses, líderes sindicais, ex-militares, intelectuais, dirigentes revolucionários, padres, jornalistas; mais de 5000 militares das três armas foram expulsos das Forças Armadas pelas suas posições democráticas, anti-imperialistas e contra a ditadura militar fascista; sobe a milhares o número de democratas que tiveram os seus direitos políticos suspensos; o Governo cancela então mandatos de deputados e suspende-lhes os direitos políticos por dez anos.

Sequestros, desaparecimentos e assassinatos foram e continuam a ser os métodos usados pela ditadura do Brasil.

Mas a partir sobretudo da posse do general Geisel, em 1974, o método mais frequentemente utilizado tem sido o sequestro, seguido do desaparecimento, ou seja o crime político sem cadáver.

Depois de ter recordado o exemplo de numerosos e destacados membros do PCB, nomeadamente durante o governo de Geisel, como Melo Capristano, Luiz Maranhão, Walter Ribeiros, Massena Melo, Elson Costa, Itair Veloso, Irau Pereira, Jaime Miranda, Orlando Bonfim Júnior, José Montenegro, Elio Guedes e José Romão, o deputado Veiga de Oliveira referiu ainda mais algumas das realidades do Brasil da ditadura:

A intensificação brutal da exploração dos trabalhadores pode avaliar-se por dois índices. Os trabalhadores acidentados no trabalho passaram de 14,5 por cento em 1969 para 22,8 por cento em 1973, último ano de que possuímos dados. O salário mínimo real desceu entre 1965 e 1976 de cerca de 60 por cento.

Apesar deste quadro negro de terror fascista e conforme referiu Veiga de Oliveira na sua intervenção, os trabalhadores, os democratas e o povo brasileiro lutam para libertar a sua Pátria da opressão militar fascista e do imperialismo.

E a finalizar, Veiga de Oliveira acrescentou: Saudamos também o Partido Comunista Brasileiro, o partido da classe operária e dos trabalhadores brasileiros que mesmo nas ocasiões mais difíceis tem demonstrado o seu internacionalismo e a sua dedicação à causa da Paz e da Liberdade para todos os povos oprimidos.

Que quer o deputado Galvão de Melo?

O País está a assistir a mais uma grande campanha — orquestrada a vários níveis — destinada a pôr em causa as instituições democráticas, destinada a fazer com que o Povo perca a confiança na Democracia, se presidição a aceitar que a Constituição seja rasgada, se mentalize para a instauração da ditadura — alertou o deputado comunista Lino Lima no decorrer da sessão da Assembleia da República da passada quinta-feira.

Referindo alguns dos dados mais salientes dessa campanha contra o regime democrático — o terrorismo bombista, a libertação dos pides, reintegrações de fascistas no aparelho de Estado, ataques aos militares do 25 de Abril, acções insidiosas contra o Conselho da Revolução, os ataques mal disfarçados contra o Presidente da República, a campanha da imprensa reaccionária, as acusações aos trabalhadores e às organizações, a actividade anticomunista — Lino Lima interrogou:

Quem quer a desestabilização? Quem quer o desprestígio das instituições? Quem quer destruir o poder democrático? Quem quer que a Constituição se não cumpra, quem quer que ela seja rasgada?

E a resposta veio, natural: os que não concordam com a Constituição; os que não aceitam os princípios nela consignados; os que se opõem às conquistas populares nela consagradas; os que foram desapossados, em 25 de Abril do poder político e económico; em suma, os que não desejam que o nosso País seja um Estado democrático baseado na soberania popular, conforme está consignado no artigo 2.º da Constituição.

Mais adiante e passando a referir-se à actividade do deputado Galvão de Melo, o deputado do PCP Lino Lima acentuou:

Numa tal situação e num tal ambiente — as atitudes e as palavras que o deputado Galvão de Melo ultimamente vem tomando e vem proferindo assumem particular gravidade.

Que quer o deputado Galvão de Melo quando elogia Salazar e admite que precisamos de um «homem providencial»? Quando pretende fazer renascer o mito do «chefe»? Que quer o deputado Galvão de Melo quando desenterra o conceito integralista do «homem português», quando (dirigindo-se aos desalojados, no Coliseu) diz: «vós sois a última geração de um Portugal orgulhoso da sua história e do seu destino»? Que quer o deputado Galvão de Melo quando fala em «forças os acontecimentos», quando afirma que «isto não pode continuar indefinidamente assim, tem qualquer coisa que acontece», quando proclama que «não há lei que faça ficar parados os portugueses»? Que quer o deputado Galvão de Melo quando confessa que nos seus apelos ao Presidente da República «há uma provocação para que ele se defina»? O que quer ele quando acusa de «traidores» alguns dos militares a quem os portugueses devem o 25 de Abril? O que quer quando se declara pronto a ir fazer a guerra em Angola? Que quer o deputado Galvão de Melo com o seu anticomunismo de recetário? O que quer quando sugere que «nós não estamos preparados para a democracia»?

Depois de ter referido que há quem tente minimizar a importância das acções e das palavras do ex-deputado do CDS, atribuindo-as a um pretenso irrequietismo, Lino Lima afirmou:

Não lhe fazemos tal ofensa. Nós, nesta bancada, levamo-lo a sério. E, por isso, nos interrogamos sobre os seus objectivos — com a preocupação que, além do mais, deriva da circunstância de Galvão de Melo ter responsabilidade de ser um deputado à Assembleia da República.

Interrogamo-nos — prosseguiu Lino Lima — sobre se o deputado Galvão de Melo não está deliberadamente a corromper o poder democrático, a provocar que alguma coisa aconteça fora do quadro das instituições legítimas, fora do quadro estabelecido na Constituição da República, que foi votada por representantes eleitos pelo povo português. Interrogamo-nos sobre se o deputado Galvão de Melo, aqui

e lá fora, não está a contribuir objectivamente para uma trágica aventura que lance o povo português no abismo.

E, a finalizar a sua intervenção, Lino Lima sulinou:

Nestes dias conturbados, a opção dos comunistas continua a ser clara: somos a favor do grande projecto colectivo que a Constituição da República claramente define e entendemos que é no quadro dos poderes nela

consagrados e no respeito dos princípios nela fixados que as nossas dificuldades presentes poderão e deverão ser resolvidas; e que é dentro desse quadro de poderes e de harmonia com esses princípios que todos os homens progressistas deste País poderão e deverão dar as mãos para, no imediato, barrar o caminho à ditadura e ao fascismo, defender as liberdades ameaçadas, e, depois, marchar juntos na realização do objectivo constitucional de assegurar a transição para o socialismo, de construir uma sociedade mais humana.

Editorial

DEFESA ACTIVA DA CONSTITUIÇÃO — PEDRA ANGULAR DA LEGALIDADE DEMOCRÁTICA

Continuação da pag. 1

mãos do Povo, a defesa e consolidação das liberdades e das conquistas fundamentais da Revolução saíram reforçadas, uma nova barreira se ergueu contra as arremetidas da reacção e do fascismo.

☆☆☆

A Constituição da República é, ela própria, uma conquista da Revolução, uma das suas conquistas mais válidas que é imperioso defender dos ataques abertos ou velados dos inimigos.

Os inimigos da nossa Lei Fundamental são os inimigos mais jurados da democracia portuguesa. Hoje as forças sinistras do passado organizam de novo o assalto ao poder mas o regresso ao passado só seria possível rasgando a Constituição Política do País, reduzindo-a a um papel sem valor.

Ainda na fase uterina e até ao último momento houve quem quisesse impedi-la de vir à luz do dia. O CDS, os reaccionários ultramontanos da actual «oposição civilizada» recusaram mesmo votá-la.

Quando hoje se vê Galvão de Melo no comício do Coliseu ou nas colunas dos pasquins da direita, na TV e na própria Assembleia da República fazer a apologia do fascismo e da violência é a verdade política do CDS e de toda a direita reaccionária que lhe sai pela boca fora. A «civilizada» reprovação de Freitas do Amaral e do CDS não anula a coerência das afirmações anticonstitucionais do general na reserva com o anticonstitucionalismo do seu ex(?)-grupo parlamentar.

As posições de Galvão de Melo, do CDS e dos políticos da ala direita do PPD/PSD, juntamente com os ataques cheios de rancor à Constituição Política do País por parte de reaccionários extraparlamentares de todos os matizes, representam o sector mais aberto, agressivo, dos inimigos da nossa Lei Fundamental.

Mas que dizer daqueles que todos os dias, dizendo-se «constitucionais» insensatamente atropelam a Constituição na direcção política do País, no seio do próprio Governo?

☆☆☆

A política de recuperação capitalista, agrária e imperialista do Governo do PS, desrespeita

O caso da Guérin é um símbolo A POLÍTICA DO GOVERNO PS CONTRA AS INTERVENÇÕES ASSUME GRAVES PROPORÇÕES

1. A política do Governo PS contra as empresas intervencionadas assume neste momento graves proporções e inquietante significado.

As recentes decisões tomadas pelo Governo neste campo representam um gravíssimo contributo para ampliar as tensões e os conflitos sociais, estão provocando uma muito larga e justificada indignação e comprovam que o objectivo dominante da política económica do Governo não é a recuperação económica mas a recuperação capitalista realizada contra as aspirações dos trabalhadores e em manifesto prejuízo dos interesses da economia nacional.

2. A avaliar pelos termos e fundamentos com que o Governo já determinou a devolução ao patronato sabotador de diversas empresas intervencionadas (Guérin, Auto-Reconstrutora do Barreiro, Ormis, Tomé Feteira, etc.) e pela sua recente decisão de fazer terminar o regime de gestão provisória em cerca de 40 empresas nessa situação, tudo indica que o que determina, no essencial, as soluções decididas pelo Governo não é — como seria justo e indispensável — a estrita necessidade de não premiar as fraudes, as irregularidades e a sabotagem do patronato, de ter em conta a vontade e as posições dos trabalhadores, de com eles examinar as formas de assegurar a viabilidade das empresas, mas sim o propósito político de satisfazer as pretensões dos sabotadores.

3. A decisão do Governo de restituir a Soc. Com. Guérin à anterior administração vale como símbolo de toda a política do Governo em relação às empresas intervencionadas e testemunha expressivamente que não são critérios de justiça social que impulsionam estas medidas do Governo.

Com efeito, é do domínio público que a anterior administração, praticou numerosas irregularidades, desviou fundos em proveito pessoal, viuiciu a escrita, fez desaparecer documentação e empolou gastos não fundamentados. Tais factos não são apenas testemunhados pelos trabalhadores, mas foram comprovados por um exame da Inspecção Geral de Finanças.

4. Mas, mais ainda, o próprio despacho do Ministério das Finanças e da Indústria e Tecnologia que manda devolver a empresa à administração anterior o reconhece expressamente, ao referir que «A Inspecção Geral de Finanças efectuou um exame à empresa, tendo verificado o que a contabilidade não inspira a mínima confiança e apurado a existência de irregularidades e de actos dolosos praticados por elementos de administração, implicando o responsável civil e criminal dos seus autôres».

Apesar disso, o Governo não hesitou em deliberar devolver a empresa com o argumento demagógico e falsamente legalista de que «a intervenção do Estado não pode nem deve substituir-se às instâncias a quem cabe apuramento da responsabilidade civil e criminal dos autores das irregularidades já detectadas». Mas a verdade é que o Governo, tendo pruridos em tomar uma decisão que representasse de algum modo a condenação dos autores das fraudes, sentiu-se no entanto suficientemente à vontade para — devolvendo a empresa aos sabotadores — proceder, de facto e para todos os efeitos imediatos à sua absolvição.

5. A devolução de empresas intervencionadas a quem as arruinou e sabotou, a quem mostrou ser incapaz de se adaptar às novas realidades da democracia portuguesa, a quem tudo fez para lançar a economia nacional no caos e os trabalhadores no desemprego, é uma política profundamente imoral, injusta e divorciada não só dos interesses objectivos da economia portuguesa, como dos grandes ideais da Revolução do 25 de Abril.

O Governo recusa-se a dialogar com os trabalhadores, para o encontro de soluções justas e adequadas a cada caso concreto, no sentido da resolução das dificuldades e de uma efectiva recuperação das empresas, mas mostra-se receptivo às exigências do patronato. O Governo esquece a dedicação, os esforços e sacrifícios sem conta feitos pelos trabalhadores, mas, em compensação, premia a sabotagem, as fraudes, as prepotências e as ilegalidades do patronato. O Governo despreza a capacidade criadora dos trabalhadores portugueses e a sua provada vontade de contribuir para a solução dos problemas económicos mas, em contrapartida, aposta grandes esperanças na actividade de capitalistas que ficaram ligados a casos

clamorosos de gestão ruínosa e antinacional. O Governo deixa sem apoio projectos de reconversão de empresas intervencionadas elaborados pelos trabalhadores mas, ao contrário, já se afirma disposto a conceder «auxílio financeiro extraordinário» para concretizar planos de «recuperação» das empresas a elaborar pelo patronato. O Governo proclama não ter dinheiro para que Estado e trabalhadores assegurem o funcionamento regular e a reestruturação das empresas intervencionadas mas torna-se claro que se dispõe a fechar os olhos perante as dívidas à Banca dos sabotadores e se dispõe a conceder-lhes créditos para que estes continuem a fazer figura de patrões e a colher benefícios à custa dos dinheiros do Povo português, para reincidirem em práticas lesivas do interesse nacional.

6. O PCP reafirma a sua posição de que, salvo casos extremamente excepcionais, a entrega das empresas intervencionadas ao patronato não é a solução adequada à defesa dos interesses dos trabalhadores e da economia nacional.

O PCP mantém a sua posição de que as soluções têm de ser encontradas em diálogo com os trabalhadores, com base num exame sereno e objectivo de outras alternativas, nomeadamente, a transformação em cooperativas, a nacionalização, a formação de empresas públicas, a continuação da intervenção, em qualquer caso, conjugadas sempre com um grande esforço no sentido da reorganização, reconversão e viabilização dessas empresas.

A política de devolução de empresas intervencionadas ao patronato sabotador que o Governo do PS está promovendo, em colaboração aberta com o PPD e CDS, atinge frontalmente não só os trabalhadores dessas empresas que vêm no horizonte o regresso da prepotência e a inutilização dos seus esforços e sacrifícios, mas também todos os trabalhadores portugueses, a economia nacional, a democracia portuguesa.

Por isso, os trabalhadores em luta contra estas medidas imorais, injustas e desestabilizadoras, merecem e contam com uma activa solidariedade de todos os trabalhadores, de todos os

democratas portugueses que, por desejarem conservar-se fiéis aos grandes ideais do 25 de Abril, não podem calar a sua indignação e o seu protesto perante uma política que só pode conduzir ao agravamento dos problemas económicos e sociais.

A unidade, a firmeza e a seriedade dos trabalhadores no exercício de legítimas formas de luta é uma condição essencial no momento presente para fazer frente à ofensiva em curso que é parte integrante do processo de recuperação capitalista com a qual o Governo, apoiado pela direita, está a dia, comprometendo a efectiva recuperação económica de Portugal.

7. O PCP considera lamentável que, para justificar o envolvimento de forças militarizadas na devolução ao patronato de empresas intervencionadas, o Governo tenha decidido invocar a necessidade de defender a ordem democrática.

A concretização do arbítrio, a consagração da injustiça, o patrocínio das fraudes e ilegalidades, a execução de medidas de escandalosa imoralidade não pode receber o nome de defesa da ordem democrática. Ninguém mais do que os trabalhadores está disposto a defender e reclama com mais energia que a ordem democrática seja efectivamente defendida contra sabotadores, bombistas, terroristas, contra os inimigos da liberdade e do progresso do nosso povo.

O PCP acentua uma vez mais que uma política que se apoia essencialmente em medidas de carácter administrativo, de hostilidade para com os trabalhadores e de mal disfarçada feição autoritária, uma política que visa punir a exploração dos trabalhadores com o objectivo do lucro, está em chocante contradição com a rica experiência de vida democrática que a Revolução trouxe ao Povo português. Uma tal política, além disso, adia e compromete a indispensável mobilização de esforços, o encontro de vontades e a concentração de energias patrióticas necessárias para erguer o grande esforço nacional indispensável para fazer frente com sucesso aos grandes problemas do momento presente, para resolver a crise de acordo com os interesses dos trabalhadores, e para assegurar a defesa da democracia portuguesa no rumo consagrado na Constituição.

SIP do PCP

«A SITUAÇÃO ECONÓMICA EM INGLATERRA AGRAVOU-SE DEPOIS DA ADEÇÃO À CEE»

— conclusão salientada ao «Avante!» pela delegação do PCP que visitou a Grã-Bretanha

O camarada Carlos Brito, membro da Comissão Política do Comité Central do nosso Partido e presidente do Grupo Parlamentar comunista da Assembleia da República deslocou-se, na passada semana a Inglaterra para uma visita de três dias a convite do Comité Central do Partido Comunista da Grã-Bretanha. Acompanhou-o o camarada Severiano Falcão, membro do CC e deputado à Assembleia da República.

Acerca do modo como decorreu esta visita da

quadros do Sindicato dos Metalúrgicos, e outros dirigentes do mesmo sindicato, e ainda com dirigentes dos sindicatos da Construção Civil, dos Têxteis e dos Marceneiros.

Tivemos também um encontro com emigrantes portugueses em Londres, que se traduziu numa sessão de esclarecimento acerca da evolução da situação política em Portugal.

Continuando a referir os contactos estabelecidos pela delegação do PCP nesta

generalizada a de que todos estes aspectos foram agravados pela adesão da Grã-Bretanha ao Mercado Comum.

Carlos Brito referiu ainda outros dos aspectos colhidos pela nossa delegação durante a visita: Colhemos também várias informações e opiniões acerca da experiência do contrato social na Inglaterra. Também aqui é muito generalizada a conclusão de que o contrato social é uma burla.

social que devia vigorar durante um ano foi prorrogado por pressão do Governo por um segundo ano e, neste momento, o Governo trabalhista pressiona as «trade-unions» para uma prorrogação de mais um ano.

E a finalizar as suas declarações para o «Avante!», Carlos Brito disse: As conversações com a direcção do PCGB decorreram num clima fraternal, permitindo uma melhor compreensão da situação em cada um dos países da actividade dos comunistas em Portugal e na Grã-Bretanha e criam condições para o desenvolvimento das relações de amizade e cooperação entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista da Grã-Bretanha.



Jovens da UJC falando à reportagem do «Avante!»

COMUNICADO CONJUNTO PCP-PC DA GRÃ-BRETANHA

A convite do Comité Executivo do Partido Comunista da Grã-Bretanha, visitou Londres de 21 a 24 de Março uma delegação do Partido Comunista Português, composta por Carlos Brito, membro da Comissão Política e presidente do grupo parlamentar do PCP e Severiano Falcão, membro do Comité Central e deputado à Assembleia da República.

Durante a sua estadia, a delegação teve conversações com uma delegação do Partido Comunista da Grã-Bretanha, composta por Gordon MacLennan, Secretário-Geral e Bert Hamelson e Jack Woddis, membros da Comissão Política. Teve também encontros com representantes do movimento sindical britânico e parlamentares do Partido Trabalhista.

Nas conversações com o Partido Comunista da Grã-Bretanha, a delegação do Partido Comunista Português sublinhou o papel do Movimento das Forças Armadas no derrubamento do regime fascista em Abril de 1974, secundado por um poderoso movimento popular de massas. Continuando o processo de transformação das estruturas económicas, sociais e políticas, o povo português tem lutado pela defesa e consolidação das conquistas revolucionárias, e em especial as nacionalizações, a Reforma Agrária, o controlo operário, a unidade do movimento sindical, e o reforço da democracia a caminho do socialismo, no contexto da oposição à política governamental de recuperação capitalista.

O Partido Comunista Português, conjuntamente com outras forças progressistas, tem defendido firmemente as conquistas democráticas e revolucionárias do povo, numa situação difícil e complexa.

O Partido Comunista da Grã-Bretanha, que foi sempre solidário com o Partido Comunista

Português, tanto durante os negros anos do fascismo como após o seu derrubamento, continuará a dar todo o apoio possível ao Partido Comunista Português e aos seus esforços pela unidade da classe operária e do povo português para derrotar todos os ataques às suas conquistas e prosseguir a luta pelo socialismo.

A delegação do Partido Comunista Português expressou a sua solidariedade para com o Partido Comunista da Grã-Bretanha e a luta dos trabalhadores ingleses por uma vida melhor, pela democracia e o socialismo.

As duas delegações, sublinhando as diferenças e aspectos específicos em cada um dos seus países, sublinharam que em ambos o Partido Comunista trabalha para a unidade de socialistas e comunistas, tendo em vista um acordo da esquerda no plano político, que possa dar resposta adequada aos problemas do povo e vá ao encontro dos interesses nacionais nos seus respectivos países. As duas delegações trocaram impressões sobre a experiência que o povo britânico retirou da sua entrada para a CEE e registaram o desacordo do Partido Comunista Português em relação à proposta de entrada de Portugal para aquela organização.

A delegação do Partido Comunista da Grã-Bretanha deu uma informação sobre a sua presente actividade para defender a paz, melhorar o nível de vida do povo trabalhador, alargar a democracia, ganhar apoio para um programa que faça frente à crise do capitalismo e alcançar uma solução democrática na Irlanda do Norte. A delegação portuguesa sublinhou a grande importância da unidade da esquerda e da classe operária como núcleo de uma aliança mais vasta das forças democráticas, que possa desafiar o poder e a riqueza dos grandes monopólios e conquistar um Governo que responda às reivindicações do povo

trabalhador pelo desenvolvimento de uma política de esquerda. Isto representaria uma importante etapa na luta pelo socialismo na Grã-Bretanha.

As duas delegações expressaram a sua comum determinação de trabalhar para o avanço do desenvolvimento na Europa, para o cumprimento dos Acordos de Helsínquia, para o desarmamento geral e a paz mundial, para a luta contra o imperialismo.

Sublinharam que a vitória sobre o fascismo em Portugal e na Grécia era uma importante contribuição para o avanço do conjunto das forças progressistas na Europa.

Sublinharam igualmente o seu dever de solidariedade para com o povo de Espanha, presentemente empenhado na luta pela conquista das liberdades democráticas, incluindo a plena legalidade do Partido Comunista de Espanha. As duas delegações expressaram ainda a sua firme condenação dos bárbaros crimes cometidos pela junta militar-fascista no Chile, da repressão no Brasil e outros países latino-americanos. Saudando as vitórias dos povos de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, as duas delegações afirmaram a sua solidariedade para com a heróica luta dos movimentos de libertação nacional da África do Sul, Namíbia e Zimbábue.

No espírito da solidariedade internacional e das relações fraternais que existem entre os seus dois Partidos, as duas delegações concordaram em continuar a reforçar a cooperação no campo dos seus interesses comuns, na base do respeito pela igualdade e independência de cada Partido, que determina a sua própria linha política para a conquista e a consolidação de mudanças progressistas na sociedade, abrindo o caminho para o socialismo, de acordo com a história e as circunstâncias concretas de cada país.

«Para o futuro, certos de vencer»

OS JOVENS E O 1.º CONGRESSO DA UJC

Sobre os problemas, interesses, reivindicações e objectivos da juventude trabalhadora e sobre a actividade da UJC em diversas frentes e a importância do seu 1.º Congresso, a reportagem do «Avante!» ouviu os camaradas Helder Galvão, trabalhador-estudante; Elvira Pires, operária e membro do Secretariado de Loures da UJC; Cristina Menezes, da Comissão de Freguesia de Moscavide e actualmente desempregada; Vitor Otão, do Secretariado Distrital de Setúbal e Manuel Raposo, do Secretariado da Direcção Distrital de Lisboa.

A luta dos trabalhadores-estudantes, que tem vindo a organizar-se por todo o país, insere-se na luta pela democratização do ensino e pela aplicação da Constituição — começou por afirmar

o camarada Helder Galvão. Referindo-se em pormenor, às reivindicações dos trabalhadores-estudantes, salientou: A resolução dos problemas dos quase 100 mil jovens que trabalham e estudam no nosso país — problemas que foram agravados com a entrada do dr. Cardeira para o MEIC — passa obrigatoriamente pela diminuição dos custos do ensino, pela redução de duas horas diárias ou de dez semanas para estudo, sem redução de salário, pela adaptação dos métodos e programas de ensino à nova situação democrática, pela criação do estatuto do trabalhador-estudante, pela concessão de subsídios para transporte e para materiais escolares, pela criação de um horário base e pela redução do

número de alunos por turma, pelo funcionamento de novas cantinas, bibliotecas e salas de estudo. Prosseguiu, declarou: Através de numerosas jornadas de esclarecimento, reuniões, encontros, plenários e de outras acções, os trabalhadores-estudantes têm denunciado a política reaccionária do MEIC e têm manifestado a sua firme oposição aos recentes decretos-leis que visam afastar os trabalhadores-estudantes da gestão das escolas nocturnas, ao decreto que impõe os exames nacionais e as medidas, nitidamente anticonstitucionais, que proporcionam a reintegração de fascistas saneados nas estruturas do Ensino. Além de solicitarem a criação de um organismo específico que trate dos seus problemas no interior do MEIC,

os trabalhadores-estudantes reclamam a institucionalização das faltas apenas a título informativo para maiores de 18 anos e a homologação das associações eleitas democraticamente.

De referir que o sector dos trabalhadores-estudantes da UJC promove no próximo domingo a partir das 11 horas em Lisboa, uma «pedalada», que começará no Largo da Estrela terminando no Campo Grande (junto à Cidade Universitária).

O desenvolvimento do movimento juvenil nas co-lectividades, casas de cultura, associações desportivas, comissões de moradores e outros organismos populares está ainda muito longe das potencialidades e necessidades da Revolução Portuguesa — diria o camarada Vitor Otão.

Apontando o caso do distrito de Setúbal, onde a DGD e o FAOJ têm tentado estrangular as iniciativas desportivas promovidas por organizações populares, o camarada Vitor Otão salientou que a juventude luta, através de diversas formas, contra a política antijuvenil da DGD e do FAOJ, política essa que impede o desenvolvimento da capacidade de iniciativa da juventude e que não cria condições materiais para o desenvolvimento da cultura. Os jovens trabalhadores exigem que se ponha termo à política dirigista e arbitraria do MEIC.

Por seu turno, Cristina Menezes afirmou: Na freguesia de Moscavide a UJC conta com cerca de 100 militantes, dos quais 70, ou mais, são rapazes. Este é um exemplo que, na verdade, reflecte uma necessidade de âmbito nacional: mobilizar as raparigas para a luta, para as fileiras da luta pela consolidação da democracia e pela defesa dos seus interesses de classe. No decorrer destes três anos de processo democrático, as mulheres portuguesas e, sobretudo, as raparigas estiveram sempre, nas empresas, nas cooperativas, nas unidades colectivas de produção, nas escolas, nos serviços, em toda a parte, nas primeiras filas do combate. Essa participação está porém ainda muito aquém das necessidades e possibilidades. Há que ganhar e mobilizar as jovens raparigas para a luta.

Tal como sublinha o Projecto de Declaração do Congresso, é, pois, necessário organizar a luta contra as variadas discriminações e privações de direitos no campo do trabalho, do ensino e da cultura, contra os salários inferiores aos das operárias adultas e dos seus jovens companheiros, contra os despedimentos, contra os horários de dez horas e mais, os altos ritmos de produção, a falta de segurança, as horas extraordinárias em trabalho nocturno, as infâmias morais e a repressão patronal e pela realização de cursos de aproveitamento, por assistência médica às jovens grávidas, por creches e escolas infantis.

A participação da juventude trabalhadora no movimento sindical — diria o camarada José Guerreiro, do sector operário da UJC — tem extraordinária importância na defesa dos seus interesses imediatos no campo reivindicativo, desportivo e cultural. A juventude trabalhadora tem vindo

Detendo-se em especial na preparação técnica do Congresso da UJC, o camarada Manuel Raposo, membro do Secretariado da Direcção Distrital de Lisboa, começou por assinalar o trabalho desenvolvido por dezenas de militantes que estão integrados na Comissão Técnica do Congresso, a qual está dividida em várias comissões, nomeadamente, a Internacional, a de Imprensa e a de Implantação.

Correspondendo ao apelo contido em circulares que foram dirigidas às nossas organizações, dezenas e dezenas de jovens ofereceram-se para colaborar nas diferentes tarefas preparatórias do Congresso — salientou Manuel Raposo, que referiu ainda:

Num breve balanço, pode-se afirmar que desde o princípio do presente mês, já foram realizadas mais de 70 iniciativas juvenis, que contaram com a participação de mais de 20 mil jovens.

Entretanto, o 1.º Congresso da UJC irá ser igualmente uma viva demonstração de solidariedade internacionalista, prevendo-se a presença de mais de 25 organizações de juventude provenientes das mais diversas partes do mundo.

No dia 3 de Abril decorrerá no Parque Eduardo VII, a partir das 15 horas, uma grandiosa jornada de convívio onde serão apresentadas as canções do Congresso. Está prevista a participação dos camaradas José Jorge Leiria, Barata Moura e Carlos Paulo, entre outros.



Durante a sua estadia no nosso país, a delegação da Associação França-Portugal foi recebida no Comité Central do PCP por uma delegação chefiada pelo camarada Alvaro Cunhal. O encontro decorreu em ambiente de grande cordialidade.

CONTRIBUIR PARA O REFORÇO DA SOLIDARIEDADE E COOPERAÇÃO ENTRE A FRANÇA E PORTUGAL — objectivo principal da Associação de Amizade França-Portugal

O objectivo principal da nossa actividade é contribuir para o desenvolvimento das relações de amizade e de cooperação em todos os domínios entre França e Portugal — declarou ao «Avante!» Georges Julien, Secretário geral da Associação de Amizade França-Portugal, aquando da recente visita ao nosso país de uma delegação daquela Associação.

Desde Fevereiro de 1962 que o povo francês

manifestava de forma organizada o seu apoio e solidariedade para com os democratas portugueses, nomeadamente através do Comité para a Amistade em Portugal, transformado mais tarde no Comité francês para as liberdades democráticas e a amnistia em Portugal. O apoio aos prisioneiros e exilados políticos portugueses foi uma das suas principais actividades.

É na sequência destas duas organizações que surge, após o 25 de Abril de 1974, a Associação de Amizade França-Portugal. Aquando da sua formação, em meados de Fevereiro de 1975 — relembra Georges Julien — foi publicado um manifesto em que se sublinhava a profunda satisfação com que o povo francês acolheu a queda do fascismo em Portugal e em que se convidavam todos os que quisessem, independentemente das suas convicções políticas e religiosas, a participar no reforço dos tradicionais laços de amizade e de cultura que unem os dois povos.

O carácter unitário da Associação está bem patente na diversidade de correntes políticas que a integram, que vão desde o Partido Socialista e o Partido Comunista Francês aos radicais de esquerda, gaullistas de esquerda, gente sem partido, organizações sindicais, etc.

A Associação de Amizade, que conta estruturalmente com cinco Comissões Nacionais

manifestava de forma organizada o seu apoio e solidariedade para com os democratas portugueses, nomeadamente através do Comité para a Amistade em Portugal, transformado mais tarde no Comité francês para as liberdades democráticas e a amnistia em Portugal. O apoio aos prisioneiros e exilados políticos portugueses foi uma das suas principais actividades.

É na sequência destas duas organizações que surge, após o 25 de Abril de 1974, a Associação de Amizade França-Portugal. Aquando da sua formação, em meados de Fevereiro de 1975 — relembra Georges Julien — foi publicado um manifesto em que se sublinhava a profunda satisfação com que o povo francês acolheu a queda do fascismo em Portugal e em que se convidavam todos os que quisessem, independentemente das suas convicções políticas e religiosas, a participar no reforço dos tradicionais laços de amizade e de cultura que unem os dois povos.

O carácter unitário da Associação está bem patente na diversidade de correntes políticas que a integram, que vão desde o Partido Socialista e o Partido Comunista Francês aos radicais de esquerda, gaullistas de esquerda, gente sem partido, organizações sindicais, etc.

A Associação de Amizade, que conta estruturalmente com cinco Comissões Nacionais

Durante a nossa estadia, disse Georges Julien, desenvolvemos contactos com diversos responsáveis de partidos políticos, com entidades governamentais, com o Conselho da Revolução, com a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses, ficando assim com um conhecimento mais profundo da situação portuguesa, o que nos permitirá informar melhor e mais correctamente os emigrantes portugueses e o povo francês, e nos ajudará ao mesmo tempo na nossa actividade em prol do reforço da amizade e solidariedade entre os nossos povos e os nossos países.

PARA CONSTRUIR A UNEP É NECESSÁRIO REFORÇAR O MOVIMENTO ASSOCIATIVO!

A construção de uma UNEP verdadeiramente democrática, que conte com o apoio e a participação activa da maioria dos estudantes portugueses, de uma UNEP que seja produto e instrumento da luta estudantil, passa obrigatoriamente pelo reforço do Movimento Associativo nas escolas e por um amplo debate, no seio da massa estudantil, sobre o trabalho de organização associativa nacional.

Mas apesar de não estarem criadas as condições mínimas para a construção de uma verdadeira União Nacional dos Estudantes Portugueses — UNEP, a verdade é que não têm faltado projectos, lançados por forças que fazem da edificação apressada de uma falsa UNEP — totalmente alheia do sentir da massa estudantil — o seu

único objectivo de acção. Estes projectos, reflexo de manobras desencadeadas tanto pela coligação JSD/CDS/MRPP, como pela UDP/PCP(R), têm sido energeticamente combatidas e desmascaradas pelos estudantes progressistas, nomeadamente pelos militantes e simpatizantes da UJC, pelos estudantes conscientes que lutam pela unidade e mobilização da massa estudantil. E se presentemente a Comissão Organizadora do Congresso da UNEP não é um feudo do PPD/PSD, tal deve-se no fundamental à acção dos estudantes comunistas, sempre presentes na primeira frente do combate contra a reacção nas escolas.

Ao pronunciar-se a favor de uma proposta que se distancia do processo de construção da UNEP

tal como ele tem sido conduzido até agora, e que aponta muito claramente para o abandono de perspectivas e métodos até há bem pouco prevalentes, o último Encontro Nacional de Direcções Associativas — que decorreu no passado dia 13 de Março em Coimbra — condenou também de forma clara a acção encabeçada pelos maicistas da UDP/PCP(R) (no âmbito da COMORG), no sentido da criação apressada de uma UNEP construída na base de acordos de cúpulas, sem o sentir e a opinião dos estudantes.

Com efeito, após mais de seis horas de reunião, em que nada mais se discutiu senão a validade das credenciais apresentadas por algumas direcções associativas, a maioria das AAEE presentes veio a pronunciar-se a favor de uma proposta em que, entre outros

pontos, se considera não existir neste momento um mínimo de participação dos estudantes na discussão dos problemas relacionados com a UNEP, e se contraria a realização, nos tempos mais próximos, de outro ENDA, que apenas serviria os desígnios da direita, apostada na conquista da Comissão Organizadora do Congresso da UNEP (COMORG), e no rápido lançamento de uma farsa de UNEP por ela instrumentalizada.

Ao aprovar aquela proposta, o ENDA — órgão máximo de decisão do Movimento Associativo — infligiu, pois, uma pesada derrota às intenções publicamente propagandeadas pela coligação JSD/MRPP/CDS e pela UDP/PCP(R), agrupamento esquerdista que muito tem facilitado as manobras dos meninos da moça.

JORNADA EM BEJA DE APOIO AO CAMPESINATO

Depois de amanhã, sábado, primeiro aniversário da Constituição da República Portuguesa, os trabalhadores das UCPs e Cooperativas de Beja promovem uma jornada de apoio aos pequenos e médios agricultores do distrito. À semelhança da iniciativa realizada pelos trabalhadores das UCPs de Serpa, os trabalhadores irão de terra em terra dos pequenos e médios agricultores, auxiliando-os com o seu trabalho, fazendo-os sentir o calor da sua solidariedade, demonstrando-lhes, na prática, que os seus interesses e caminho de construção de um futuro melhor são comuns.

Um exemplo do fortalecimento da aliança entre trabalhadores das UCPs e os pequenos e médios agricultores que devem ampliar-se a todas as zonas de condições propícias. Na solidariedade e aliança das camadas trabalhadoras dos campos, novas reservas de luta se forjam.

Campo (Valongo) tem novo Centro de Trabalho

«ESTA CASA MOSTRA A DETERMINAÇÃO DOS COMUNISTAS EM DEFENDER AS CONQUISTAS DA NOSSA REVOLUÇÃO»

— afirmou o camarada Adriano Ribeiro, mineiro, membro da Comissão Concelhia de Valongo, perante cerca de 10 mil pessoas

Milhares de pessoas, cerca de dez mil, participaram numa inesquecível jornada realizada, no passado sábado, em Campo, Valongo, onde foi inaugurado mais um Centro de Trabalho do Partido que ficará instalado numa casa confortável. O trabalho árduo e entusiástico dos militantes, simpatizantes e amigos do Partido conseguiu transformar, em meio ano, três paredes numa casa bonita, sedes comunistas que conhecemos no Norte.

Perante o entusiasmo e alegria da multidão que assistia ao comício-festa, onde também usou da palavra o camarada Álvaro Cunhal, um membro da Comissão Concelhia de Valongo do PCP, Adriano Ribeiro, mineiro, respondendo a uma questão colocada por muita gente que se interrogava acerca da razão que motivou os comunistas a construir, com pesados sacrifícios, uma casa muito melhor do que as suas próprias moradias, frisou que "esta casa existe porque foi construída com a consciência e o pensamento de defender os interesses do povo da nossa terra e dos trabalhadores em geral. Esta casa, — acentuou, — mostra a determinação dos comunistas em defender as conquistas da nossa Revolução. Esta casa mostra, ainda, a confiança e a esperança com que os comunistas encaram o futuro do nosso país e os sacrifícios que estão dispostos a fazer pela causa do Bem do nosso Povo".

«Assim se vê a força do pé»

A partir do princípio da tarde de sábado começaram a afluir ao largo onde se realizou o comício, situando a algumas dezenas de metros da nova sede, centenas e centenas de pessoas. Aos habitantes da proletária freguesia de Campo juntaram-se milhares de pessoas provenientes de diversos concelhos dos arredores, que desejaram testemunhar e vitorear a inauguração do novo Centro de Trabalho. Abreve trecho, começou a verificar-se que o local escolhido se revelava exigiu para albergar a multidão que continuava a engrossar. A solicitude dos proprietários dos terrenos circunvizinhos permitiu, no entanto, superar as dificuldades. De registar, que um pequeno agricultor autorizou, apesar dos prejuízos que tal atitude lhe criava, que as pessoas penetrassem num terreno de cultivo. Por outro lado, num telhado de uma das casas fronteiras ao palco instalaram-se algumas dezenas de pessoas.

acompanhando em coro as estrofas mais conhecidas das canções revolucionárias transmitidas pela instalação sonora ou gritando palavras de ordem, tais como: "assim se vê a força do pé", "unidade" e "abaixo a reacção", a multidão — que não cessava de engrossar — aguardava com entusiasmo a chegada do camarada Álvaro Cunhal e de outros dirigentes do Partido. Uma extraordinária onda de entusiasmo saudou a chegada do Secretário-Geral do PCP que, após ter descerado uma lápida, entrou na nova sede, onde era aguardado por uma delegação constituída por louzeiros, rendeiros e outros trabalhadores comunistas. Durante uma breve cerimónia, usaram da palavra um dirigente local do Partido e o camarada Álvaro Cunhal que respondeu num breve improviso. Após um fraternal brinde, o Secretário-Geral do PCP percorreu as várias dependências da sede onde está traduzido em cada recanto o trabalho desenvolvido por todos os que não oham a cansar-se para o tornar o mais funcional possível.

Minutos antes da inauguração, um marceneiro foi lá entregar um bonito quadro vermelho com os símbolos do Partido feitos em madeira. Era mais um exemplo da enorme cadeia de solidariedade estabelecida. Antes, sem

podermos referir todos os casos, tinha sido a vez dos louzeiros, que além de terem coberto de laje a fronteira da moradia, fizeram um balcão em lousa para o bar que é uma pequena obra de arte. Tinha sido também a vez daquele camarada ou amigo que trabalhou madeira para nela inscrever os símbolos do trabalho, do internacionalismo proletário e as iniciais da vanguarda da organização de vanguarda da classe operária portuguesa. Tinha sido a vez dos camaradas que executaram um móvel. Tinha sido a sucessão de horas a fio, roubadas ao descanso, que ali passaram dezenas e dezenas de trabalhadores para construírem o Centro.

Destinadas ao Museu do Comité Central, foram entregues diversas ofertas, nomeadamente um cinzeiro em lousa e outros objectos que testemunham o amor ao trabalho e a confiança no futuro dos nossos camaradas daquela freguesia do concelho de Valongo

A confiança e a esperança dos comunistas

Quando se dirigia para o palco onde estava instalada a mesa que presidiu ao comício-festa, o camarada Álvaro Cunhal, acompanhado por Jorge Araújo, membro do Secretariado do CC, Ângelo Veloso, membro da Comissão Política do CC, Edgar Maciel e António Abreu, e por outros dirigentes da Organização Inter-Concelhos da DORN, da Comissão Concelhia de Valongo e da Comissão de Freguesia do Campo, o nosso camarada, dizíamos, recebeu uma inesquecível ovacão, onde os aplausos se misturavam com aquilo que já alguém considerou o mais belo poema em língua portuguesa: "PCPI PCPI".

A intervenção inicial foi feita pelo camarada Adriano Ribeiro, membro da Comissão Concelhia de Valongo que, depois de saudar em nome do seu organismo o camarada Álvaro Cunhal, dirigiu uma saudação especial — a todos os militantes, simpatizantes

e amigos do Partido e a muitos outros trabalhadores de outros partidos que, com o seu esforço físico e económico permitiram esta bela obra".

Frequentemente interrompido com aplausos da multidão, o camarada Adriano Ribeiro prosseguiu a sua intervenção assinalando o duplo objectivo da jornada:

"Se a inauguração do nosso Centro é motivo de festa para nós, ela é também uma forma de os comunistas dizerem publicamente o que pensam sobre os principais problemas que, neste momento, afligem os trabalhadores e o nosso país. Num momento em que o Governo do Partido Socialista intensifica as medidas contrárias aos interesses dos trabalhadores e, cada vez mais, faz a política dos grandes capitalistas do PPD e CDS, os trabalhadores do Campo — frisou o membro da Comissão Concelhia de Valongo, — têm mostrado pela sua luta que não estão dispostos a perder as conquistas que alcançaram em 25 de Abril.

"Num momento em que o patronato não quer cumprir e não cumpre, em alguns casos, os contratos que ele próprio negociou (como é o caso da Companhia Portuguesa de Ardóias) a unidade e a luta dos trabalhadores tem conseguido impor-lhe o seu cumprimento".

De seguida, Adriano Ribeiro denunciou a tentativa de entrega por parte do Governo ao patronato sabotador da empresa intervencionada "CIFA", onde os trabalhadores têm manifestado por várias formas a sua oposição a tal medida. Criticando firmemente a vontade revelada pelo Governo minoritário do PS de dar avultadas indemnizações de milhões de contos aos grandes capitalistas e latifundiários, o membro da Comissão Concelhia de Valongo recordou:

"Na nossa terra quase não temos água, caminhos e habitações condignas e o custo de vida aumenta. Os comunistas aparecem aos olhos

dos trabalhadores de Campo como os únicos que realmente defendem os seus interesses, como aqueles que, desde a primeira hora, realmente se têm mantido firmes e coerentes na defesa dos interesses dos trabalhadores.

"A prova que assim é — frisou Adriano Ribeiro — está nesta casa que aqui vemos e que não é só obra dos comunistas. Está também — acrescentou — nos resultados das últimas eleições em que a FEPU obteve cerca de 30% dos votos, ou seja, o dobro da votação do PPD, que teve o apoio do CDS."

Depois de ter cessado um enorme coro que gritava em uníssono "abaixo a reacção", o nosso camarada referindo-se aos resultados do Partido Socialista naquela freguesia recordou que, entre as eleições para a Assembleia Constituinte e as das autarquias, o PS perdeu cerca de 800 votos. "Daqui — afirmou — lanço um apelo aos amigos socialistas, dizendo-lhes que nós não confundimos os trabalhadores socialistas de Campo com a política que a Direcção do seu Partido está a fazer."

"Com os trabalhadores socialistas — salientou — nós estamos dispostos, tal como já vem sucedendo, nas empresas, a trabalharmos juntos, pois os nossos interesses são, iguais — somos trabalhadores."

A finalizar a sua importante intervenção, o camarada Adriano Ribeiro apelou a todos os presentes no sentido de contribuirem com fundos para o Partido para ajudarem a ser alcançada a meta dos 50 mil contos.

Foi a vez, a seguir, de o Secretário-Geral do PCP ter pronunciado um breve improviso, em que abordou os principais problemas da actualidade nacional.

No final da intervenção do camarada ALVARO Cunhal houve uma sessão de canto livre com a actuação de Luís Viegas, Adriano Correia de Oliveira, e dos grupos "Resistência" e "1.º de Maio".



Nas grandes jornadas do Norte, a participação popular foi grande

NO PORTO CRESCER E REFORÇA-SE O MOVIMENTO OPERÁRIO E POPULAR

Cerca de 15 mil pessoas participaram, no Porto, numa grande jornada política e de esclarecimento, que terminou já perto das duas da manhã

Cerca de 15 mil pessoas concentraram-se no Palácio de Cristal do Porto, numa inequívoca demonstração de confiança e determinação de lutarem contra as ameaças que pesam sobre as grandes conquistas da Revolução de Abril. Entre as 21 e 30 de sexta e a 1 e 40 horas da madrugada de sábado, a multidão que enchia completamente a ampla sala não cessou de manifestar o seu apoio às posições do Partido, expressas pelo camarada Secretário-Geral e pelo camarada Henrique Sousa, membro da Direcção da Organização Regional do Norte. A jornada exprimiu, uma vez mais, a confiança, o entusiasmo e alegria que animam os trabalhadores que se polarizam, cada dia que passa, em torno da vanguarda revolucionária da classe operária e dos trabalhadores portugueses.

Os Trabalhadores apoiam o seu Partido

Correspondendo ao apelo que havia sido feito pela Direcção da Organização Regional do Norte do PCP, a partir das 21 horas, começaram a afluir ao Palácio milhares de pessoas, em grupos numerosos, muitos deles empunhando rubras bandeiras, cantando canções revolucionárias e gritando consignas. A Festa começava antes da multidão atravessar as portas do pavilhão. Muitos camaradas desfaldavam os seus cartazes que dariam um colorido extraordinário à iniciativa.

A pouco e pouco, a imensa nave central ficava completamente pejada de pessoas, bem como os anéis do Palácio, de onde pendiam alguns cartazes em que se lia: "Em frente por uma grande recolha de fundos" — "Nacionalizações, Reforma Agrária e Controlo Operário". Além do palco, um enorme painel, com os símbolos do Partido, divulgava a palavra de ordem central da campanha nacional dos 50 mil contos — "os trabalhadores apoiam o seu Partido".

Antes de se iniciar o comício-sessão de esclarecimento, foram chamados a ocupar os seus lugares na mesa numerosos camaradas, designadamente Álvaro Cunhal, Ângelo Veloso, membro da Comissão Política do CC, Armando Nogueira, membro do CC, Vítor Pinto, Edgar Correia e António Abreu, todos os membros suplentes do CC, Agostinho Lopes e Henrique Sousa, membros da DORN.

Após ter sido calorosamente saudado pela multidão, o camarada Secretário-Geral recebeu diversos ramos de cravos vermelhos que lhe foram entregues por pioneiros, por jovens e mulheres que assim quiseram prestar-lhe a sua homenagem.

Em nome da Direcção da Organização Regional do Norte usou da palavra o camarada Henrique Sousa, que analisou detalhadamente a situação naquela zona. «Por todo o Norte, disse, cresce e reforça-se o movimento operário e popular, cresce o descontentamento popular e a disposição de luta dos trabalhadores, dos pequenos agricultores e rendeiros, das mulheres, dos jovens, dos intelectuais, contra a ofensiva da recuperação capitalista, agrária e imperialista, contra a política impopular e de cedência à direita do Governo PS».

Proseguindo, Henrique Sousa acentuou: "Também no Norte, nas fábricas, nos campos e nas escolas, se fortalece o prestígio do PCP e o apoio do povo do Norte à política do PCP como o Partido que encarna a defesa dos seus interesses e aspirações, o Partido da resistência e da unidade contra o fascismo, o Partido intransigente defensor das conquistas da Revolução, o Partido da verdade, da esperança e do futuro".

Entre os vários exemplos das lutas travadas, foram referidos os casos da paralisação feita pelos trabalhadores da "EFANOR" para anular um 33 suspensões. Do impedimento do despedimento de um delegado sindical, na "DESCO". Em Felgueiras, os operários da "BELCOR" conseguiram, após uma paralisação, anular um processo disciplinar instaurado a um delegado sindical. Nos "Invictos Supermercados", os trabalhadores desenvolveram a luta para impedir o despedimento arbitrário de um colega. Na "Sampelo e Ferreira", em Riba d'Áve, para impedir o despedimento de alguns trabalhadores, os seus companheiros entraram em greve. Reunidos em Plenário, os trabalhadores da "Cotesi" exigiram a reintegração de 63 operários químicos despedidos pelo Violas que, além de ser notoriamente conhecido pelas suas ligações ao regime fascista e pelo recrutamento de bufos e pídes nas suas empresas, está presentemente a admitir, com contratos a prazo, trabalhadores retomados seleccionados pelo presidente da Junta de Freguesia de Grijo, membro do PPD.

"Um facto preocupante, frisou Henrique Sousa, é o número crescente de intervenções da GNR nas lutas de trabalhadores, a pedido do patronato e várias vezes sob Indicação do Governo Civil do Porto. Dos muitos casos conhecidos, destacamos alguns mais recentes: Fiação do Leão, Empresa Fabril Tirsense, Grupo Mondego

(onde os trabalhadores paralisaram em sinal de protesto), Flopele (provocando vários feridos que receberam tratamento hospitalar), Lusitana-Óptica, onde o patrão espancou operários que tiveram de receber tratamento hospitalar, e simulou um sequestro para chamar de seguida a GNR.

"Tais intervenções da GNR, actuando na intimidação dos trabalhadores em luta e servindo objectivamente o patronato, não são condizentes com o papel das forças militarizadas de garantes da ordem democrática nem favorecem o respeito e compreensão das populações pela sua função".

Alarga-se a unidade entre trabalhadores socialistas e comunistas

Reportando-se à situação das empresas intervencionadas, recuperadas à custa de muitos sacrifícios pelos trabalhadores que, agora, o Governo deseja entregar ao patronato sabotador, o membro da Direcção da Organização Regional do Norte referiu-se ao trabalho criador feito na "Facar", na "Fábrica de Fiação e Tecidos do Jacinto", na "EFI", na "Abel Alves de Figueiredo" e outras, onde os trabalhadores "apresentaram propostas de reestruturação destas empresas a que o Governo não responde".

Frisando que os trabalhadores não estão dispostos a que seja entregue "de mão beijada ao grande patronato aquilo que este roubou e sabotou e que os trabalhadores recuperaram", Henrique Sousa apontou o exemplo da "Facar": "onde cresceu a organização e a unidade dos trabalhadores para combater o regresso dos sabotadores Carvalhos à empresa, aponta o caminho justo".

Depois de ter salientado a movimentação que tem sido desenvolvida contra a carestia da vida e pelo reforço do Movimento Sindical que já constituiu uma comissão para a organização das comemorações do 1.º de Maio, Henrique Sousa realçou os avanços que se têm vindo a registar do reforço da unidade entre trabalhadores comunistas e socialistas.

"Nas empresas, disse, como nos Sindicatos, alarga-se a unidade entre os trabalhadores socialistas e comunistas, conscientes de que os seus interesses de classe são comuns. Trabalhadores comunistas e socialistas surgem ombro com ombro em eleições de Comissões de Trabalhadores, como em várias eleições sindicais, isolando os factos do patronato e os esquerdistas. A recente eleição da Comissão de Trabalhadores da EFACEC, onde uma lista unitária bateu por larga margem os esquerdistas, aliados e pontas de lança da direita, é um exemplo que frutifica em muitas outras empresas".

De seguida, registando os avanços verificados na luta dos pequenos e médios agricultores e rendeiros por um dia melhor nos campos, pelo cumprimento da Lei do Arrendamento Rural e, ainda, dos assalariados agrícolas que, particularmente na região do norte, travam uma importante luta pelo cumprimento do salário mínimo dos 3500 escudos e aprovaram um caderno reivindicativo onde, além daquela reivindicação, reclamam do Governo a saída de legislação que os proleja dos despedimentos e define o horário de trabalho.

Proseguindo, denunciou: "As recentes medidas do Governo no que respeita à política de comercialização da carne, do leite, das rações, da batata de semente e de consumo, etc., favorecendo os grandes intermediários, importadores e marchantes, enfrentam a resistência cada vez mais organizada e unida dos pequenos e médios agricultores do Norte."

"E cada vez menor o número de pessoas que nos campos do Norte se deixa manejar pela CAP dos grandes agrários", concluiu Henrique Sousa.

A reacção lança mão dos seus próprios processos de provocação

Entretanto, para tentar travar os avanços do movimento operário e popular e combater o Partido Comunista Português que se mantém como um firme baluarte da classe operária e dos trabalhadores, as forças reacçãoárias, como acentuou o dirigente comunista, lançam mão de seus processos de provocação e reavivam campanhas anticomunistas. Henrique Sousa recordou o recente julgamento do camarada Vítor Silva, preso desde 29 de Novembro do ano transacto, que foi condenado a um ano de prisão e dez contos de multa. A propósito disse:

"Todos nos recordamos das circunstâncias da sua prisão e da especulação imediatamente montada por certos jornais e forças reacçãoárias. Esta acção desenvolveu-se em vésperas das eleições para as autarquias locais e quando se começavam a desmontar as redes fascistas responsáveis pelas acções bombistas e terroristas. A reacção necessitava de inventar uma "rede bombista de esquerda" que desviasse as atenções dos seus próprios crimes e a favorecesse nas eleições. Continuando, acentuou:

"O julgamento, camaradas, provou, porém, que não há nenhuma "rede bombista de esquerda" e que o camarada Vítor Silva não é bombista. Mostrou também que tudo isso não passava de invenções e calúnias das forças reacçãoárias. Mas demonstrou também as injustiças que se praticam em tribunais portugueses, quando simultaneamente são libertados e elogiados os pídes por um incompetente e reacçãoário juiz Barata. De facto, o Tribunal, provou o bom comportamento cívico e moral do camarada Vítor Silva, comprovou o carácter não destrutivo do engenho, como mostrou ainda as contradições flagrantes do denunciante. Como admitir, pois, amigos e camaradas, a sentença de um ano de cadeia para o camarada Vítor Silva, vítima de uma maquiagem reacçãoária organizada?"

Continuando a sua intervenção, frequentemente interrompida com manifestações de aplauso da multidão, Henrique Sousa denunciou igualmente "os perigos que resultam da actividade provocatória, divisionista e aventureira dos esquerdistas" que lançaram recentemente uma manobra em torno das comemorações do 25 de Abril através da chamada "FAPIR", organização que, ao contrário da linguagem demagógica e falsamente unitária usada, está estreitamente ligada aos GDUPE e ao chamado MUP. Baseando-se no "plano de acção imediata" tornado público pela FAPIR, Henrique Sousa recordou que o citado documento revela que um dos pontos fundamentais da actividade daquela organização "é o apoio ao MUP e já nos seus estatutos provisórios a pró-FAPIR apoiou activamente os GDUPE e continua a apoiá-los."

"Fica, pois, claro, que mais uma vez os esquerdistas se procuram utilizar do movimento popular para os seus fins de provocação e divisão, procuram manejar os sentimentos unitários e antifascistas do nosso povo para as suas campanhas aventureiras e confusionalistas."

Sessão de esclarecimento

Nesta grande jornada do Palácio de Cristal usou depois da palavra Álvaro Cunhal, que introduziu o debate que se seguiria. Num ambiente de grande entusiasmo, a sessão terminou quando faltavam 20 minutos para as duas horas da madrugada de sábado, com um coro de milhares de pessoas a cantar as estrofas da "Portuguesa" da "Internacional" e do "Avante, camarada".

OS COMUNISTAS DA TAP E A UNIDADE

Também foi integrada no espírito do VIII Congresso que se realizou, na passada quinta-feira, no Centro de Trabalho Vitória, a Assembleia da Célula da TAP, que contou com a participação de grande parte dos membros daquele organismo. Outros, como viria a ser referido, não puderam, por se encontrarem ainda a trabalhar, estar presentes.

O espaço salão encontrava-se completamente cheio, no entanto, em fileiras separadas, podíamos ver numerosos convidados.

Antes do início dos trabalhos foi projectado um filme — "Os Comunistas Portugueses", película soviética que traça uma panorâmica geral da actividade e da luta do PCP e dos seus militantes, antes e depois do 25 de Abril. Com a finalidade, segundo foi afirmado depois, de assim marcar com um acontecimento cultural a realização da Assembleia, tiveram os militantes e os convidados a oportunidade de recordar com brevidade a história de um Partido que é o seu, a luta geral em que estão integrados.

Seguidamente, foi aprovada por unanimidade a composição da mesa, na qual se encontrava o camarada Domingos Abrantes, do Secretariado do Comité Central. Agradada ainda por unanimidade a Ordem de Trabalhos, que iria constar de dois pontos: a apresentação do relatório de actividades e sua discussão e eleição do novo secretariado da Célula. Este último ponto viria a encontrar na sala apenas os membros da célula.

O relatório apresentado, é, como de resto afirmado, o resultado de todo um trabalho efectuado pelos núcleos e traça em primeiro lugar a progressiva implantação e influência do Partido junto dos

trabalhadores daquela empresa. Em condições difíceis, sob o fogo do "esquerdismo" que se viria a revelar mais tarde, mas claramente, como o braço da reacção dentro da empresa, os comunistas conseguem, através das várias etapas do processo revolucionário, fazer-se ouvir, chamar às suas ideias cada vez maior número de trabalhadores, engrossar as fileiras do Partido. E refere-se ao facto de se eleições para a CT, em 1976, indicarem claramente duas coisas: o caso do "esquerdismo" na TAP e a crescente influência do nosso Partido. Os resultados deram a vitória do PS por 806 votos (o apoio de toda a direita e de muitos "esquerdistas" da véspera), mas o facto de a lista que nós apoiámos não só não ter sido esmagada como ter obtido 423 votos, constitui uma grande surpresa, já que era a confirmação de que era o anticomunismo que abalou a empresa durante dois anos, longe de provocar o desaparecimento dos comunistas, apenas adia a aproximação dos trabalhadores hostes do Partido da Classe Operária.

Nos oito meses seguintes viria a nossa célula a crescer em 40%, contudo o relatório, sendo de destacar, que, neste período, o sector que mais se reforçou foi o operário, constituindo finalmente e de forma clara o sector mais numeroso da nossa Célula.

E mais adiante compara a actual situação — com os 1200 votos obtidos recentemente pela lista A para a nova CT — e o tempo em que as propostas comunistas eram defendidas por meia dúzia de vozes e por número pouco superior de braços.

E sublinha: A influência do nosso Partido não parou nunca de se alargar, estando ainda muito longe do seu esgotamento.

Com uma atenção minuciosa dedicada aos problemas da organização interna da célula, o relatório debruça-se sobre a evolução numérica desta, sobre a sua influência junto de um número considerável de simpatizantes, sobre o controlo dos fundos e a recolha de dádivas junto de comunistas e de não comunistas.

Salienta também o trabalho unitário desenvolvido para as últimas eleições da CT e respectivos estatutos — nas mais de dez reuniões efectuadas para esse efeito, mais de metade dos participantes não eram do Partido. Quanto aos resultados eleitorais — esclarece o relatório — 541 votos nos estatutos e 1202 na CT, correspondendo a um aumento superior a 100% em escassos meses, constituem um facto de acentuação de grande importância na actividade do Partido na empresa. Indica também ali onde pode levar o desenvolvimento do trabalho unitário.

A vitória dos estatutos e da lista do PPD, continua, sendo em parte um derrota do PS, revela uma forte implantação nos quadros e nas camadas mais bem remuneradas, além do peso que esses sectores têm na Companhia, que não pode ser subestimado. Revela, por outro lado, que a CT só se manterá ao dia em que se concretizar a aliança tão firmemente defendida pelo nosso Partido, entre comunistas e socialistas.

ASSEMBLEIA CONCELHIA DE SANTIAGO

Com a participação de cerca de 200 delegados, representando um quinto dos efectivos do Partido Comunista Português no concelho de Santiago do Cacém, e eleitos em 15 plenários com a presença global de 560 camaradas, realizou-se no passado sábado, em Alvalade-Sado, a Assembleia da Organização Concelhia do PCP.

Os problemas da população, a organização e a luta do Partido no concelho constituíram o tema central dos trabalhos. A Reforma Agrária, que na zona tem registado algumas vitórias (salientou-se a adesão recente de vinte e cinco seareiros e pequenos e médios agricultores à União de Cooperativas Seara Vermelha), foi um dos primeiros assuntos abordados. O camarada Álvaro Perdigão, da Organização Regional de Setúbal, abordou o problema da situação dos seareiros que "terá de ser resolvida, pois eles precisam de terra para trabalhar porque têm necessidade de assegurar o sustento das respectivas famílias".

No decorrer dos trabalhos foram analisadas muitas das questões relacionadas com o trabalho do Partido no concelho de Santiago do Cacém. As deficiências registadas no domínio da propaganda e informação são em parte devidas ao facto da maior parte da população não ter acesso à cultura. Para colmatar estas deficiências, considerou-se indispensável a ampla colaboração dos jovens: "Mas no concelho a situação da juventude não é nada satisfatória: grande parte está no desemprego; os jovens trabalhadores, por falta de escolas, não têm facilidade de elevar o seu nível de conhecimentos; há ainda jovens que são analfabetos. Por falta de lugares onde empregar os seus tempos livres, a juventude no concelho tem também sido flagelada pela pornografia e pela droga que, surgindo inicialmente junto da população estudantil estendeu-se já à população trabalhadora num consumo que começa a ser preocupante". Impõe-se pois um trabalho intenso junto da juventude, tanto mais necessário

quanto "Santiago é um concelho onde 50% dos militantes já ultrapassaram a casa dos 50 anos. Isto não é satisfatório. Uma das grandes tarefas que todos temos de realizar é o ganhar toda a juventude para a revolução. O 1.º Congresso da UJC irá ser um marco importante na organização da juventude no nosso País".

Referindo o caciquismo que ainda domina no concelho e através do qual sérias dificuldades se têm levantado à actividade democrática, os camaradas salientaram a importância da frente das autarquias pela perspectiva de trabalho unitário que abre, o papel positivo das comissões de moradores e de outras organizações populares de base que importa incentivar.

Debruçando-se sobre a questão da organização e quadros, a Assembleia da Organização Concelhia do PCP de Santiago do Cacém referiu que "este problema se faz sentir também no concelho e tem repercussões em toda a vida local do Partido. As mulheres camponesas, ganhas para grande

parte das tarefas que sempre têm defendido da melhor forma, não estão, no entanto, conquistadas para um trabalho de organização e de processo revolucionário, tendo o nosso Partido". Por isso mesmo urge intensificar o trabalho junto das mulheres do concelho que tal às dos outros concelhos rurais "sentem mais do que ninguém as grandes privações a que nos obrigou o regime fascista".

Os trabalhos culminaram com a eleição da nova Comissão Concelhia do PCP cuja média de idades dos elementos que o compõem é de 33 anos, e em cuja composição se verificam 38% de operários industriais, 17% de operários agrícolas, 25% de empregados e 20% de mulheres.

A encerrar os trabalhos, os camaradas Jaime Serra, da Comissão Política, e Joaquim Gomes, do Secretariado do Comité Central, procederam a uma análise geral dos três anos que decorreram de processo revolucionário, tendo o camarada Joaquim Gomes transmitido a saudação do Comité Central à Assembleia da Organização Concelhia do PCP de Santiago do Cacém do PCP.

ASSEMBLEIA DE COMUNISTAS EM RIO DE Mouro

Os comunistas de Rio de Mouro, concelho de Sintra, reuniram-se no passado domingo em assembleia, a fim de discutirem o relatório da Comissão de Freguesia cessante e de elegerem nova Comissão de Freguesia.

Eram, com efeito, estes os dois pontos da Ordem de Trabalhos aprovada, da Assembleia de Freguesia, que contou com a presença do camarada Hilpito dos Santos, membro do Comité Central do Partido.

Apresentado pelo camarada Namora, foi lido o relatório da Comissão cessante, que refere a dado passo:

A Comissão sente o dever de, perante este plenário, fazer a sua auto crítica, não só para que desta se tirem alguns ensinamentos mas também para uma melhor compreensão dos erros cometidos, assim como de dar uma satisfação a que os camaradas têm direito. Sente esta comissão que, durante o período em que funcionou,

fechou-se demasiado em volta do Centro de Trabalho, sem tentar fazer um trabalho de massas a nível de freguesia.

Apesar de tudo, continua o relatório, em algumas localidades da freguesia, o Partido penetrou, obtendo contactos para um arranque breve.

A preocupação constante deve ser o contacto com as massas, diz ainda o relatório. Um organismo que tenha esse contacto terá força, o que em Rio de Mouro já se demonstrou. Mas também, camaradas, o sectarismo deve ser vencido, tal como o triunfalismo e a rigidez, assim como, o espírito fechado. Para um trabalho de massas organizado em profundidade é necessária também uma sólida e esclarecida disciplina partidária.

Depois da discussão e aprovação do relatório foi eleito por unanimidade a nova Comissão de Freguesia.

No final o camarada Hilpito dos Santos fez uma intervenção política.

«Quem se isola progressivamente da classe operária e do povo trabalhador não é o PCP mas os dirigentes do PS que se ligam aos capitalistas e aos grandes agrários contra o povo trabalhador»

Antes de mais, quero transmitir-vos as saudações calorosas do Comité Central do PCP, com a confiança de que a actual curva perigosa da democracia portuguesa será ultrapassada e o nosso povo prosseguirá pelo caminho de liberdade e progresso social iniciado com a revolução de Abril.

Com estas palavras, iniciou o camarada Álvaro Cunhal a sua participação na sessão de esclarecimento realizada na passada sexta-feira no Palácio de Cristal do Porto. A preceder o debate, que decorreu de forma animada e muito construtiva, Álvaro Cunhal fez uma breve exposição, em que se referiu aos grandes problemas da actualidade nacional.

Recuperação económica e recuperação capitalista

O PCP foi o primeiro a sublinhar os perigos da degradação da situação económica e financeira, a propor uma política de austeridade e de reanimação da produção nacional.

A situação económica e financeira é de facto grave. É necessário reduzir rapidamente o défice da balança de pagamentos. É necessário que o País consuma menos e produza mais, importe menos e exporte mais.

Mas este resultado não deve e não pode ser alcançado agravando radicalmente a situação dos trabalhadores para indemnizar capitalistas e agrários, para aumentar os lucros, para restaurar o poder económico do grande capital.

A política do Governo PS não é uma política de recuperação económica, mas uma política de recuperação capitalista.

A atitude sistemática, única, exclusiva do Governo do PS é a favor dos capitalistas e dos grandes proprietários contra a classe operária e todos aqueles que vivem do seu trabalho.

Se virmos as medidas do Governo, uma a uma, umas atrás das outras, não vemos uma única de que se possa dizer: esta medida dá razão aos trabalhadores contra os capitalistas.

Não. Todas, umas atrás das outras servem os capitalistas contra os trabalhadores.

O Governo ainda nega estar contra a Reforma Agrária, as nacionalizações, o controlo operário, os direitos alcançados pelos trabalhadores desde o 25 de Abril.

Mas o que vemos?
No que respeita à Reforma Agrária prosseguem direitos de reserva atribuídos arbitrariamente, as desanexações, a atribuição das melhores terras das UCPs a quem a elas não tem direito, os cortes de crédito, em suma, uma política que visa a liquidação da Reforma Agrária.

No que respeita às empresas intervencionadas, prosseguem dia a dia as restituições aos antigos patrões de empresas que eles sabotaram, defraudaram, conduziram à falência e que os trabalhadores salvaram e mantiveram em laboração. O que o Governo faz é, no fim de contas, promover o regresso dos modernos senhores dos escravos, e com eles das grilhetas para quem trabalha.

No que respeita às nacionalizações submete à Assembleia da República um projecto de lei que (depois de negociações com o PPD) põe em causa a nacionalização da Banca, abre ao capitalismo sectores como os tabacos e as cervejas, admite a exploração por empresas privadas das empresas nacionalizadas.

Notícias que nos chegam em relação à **Marinha Mercante** são alarmantes. Se é posta de lado a fusão CTM/CNN, e o operador único, pode significar a abertura do caminho para a recuperação capitalista no sector.

No que respeita aos direitos dos trabalhadores toma medidas contra os trabalhadores sem os ouvir nem querer ouvir, congela salários, faz aumentar vertiginosamente os preços, e quer condenar os trabalhadores a comerem em 1977 menos um terço do que comeram em 1976.

É necessário distinguir entre recuperação económica e recuperação capitalista. É necessário afirmar e prevenir que a **recuperação capitalista não só não serve como contrária a recuperação económica.**

A **recuperação capitalista**, tal como o Governo está a conduzi-la (com o apoio do CDS e do PPD), a prosseguir, **pode comprometer irremediavelmente por muitos anos a recuperação económica do País.**

O caminho da liberdade e o perigo de uma ditadura

O PCP tem dito e insiste: uma política de recuperação capitalista será acompanhada da utilização crescente de processos administrativos e autoritários.

Uma política de recuperação capitalista é acompanhada da ideia de que as liberdades só poderão ser exercidas se for para aprovar as medidas do Governo, para aceitar o regresso dos fascistas a lugares-chave e do poder do capital. Mas não poderão ser exercidas se contestam a recuperação capitalista e, nos termos da Constituição, se opõem a ela.

Ser livre não é ter a liberdade de dizer sim com a cabeça e ser acusado de desestabilizar a situação se disser não.

O PCP defende firmemente as liberdades. Defende as leis democráticas e a ordem democrática.

Mas não é uma vida democrática normal aquela em que se reconhece a liberdade de caluniar, de injuriar e de difamar na imprensa, de fazer apelos às forças e à morte como sucedeu no Coliseu de Lisboa, de retomar empresas que foram sabotadas e conduzidas à falência, de despedir trabalhadores porque defendiam os interesses da sua classe.

Não é uma vida democrática normal aquela em que se integram fascistas e reaccionários e se faz a todos os níveis a discriminação e o saneamento de comunistas e de gente de esquerda.

Não é uma vida democrática normal aquela em que se acusam democratas na base de provocações, se atacam violentamente trabalhadores e se protegem, libertam e absolvem caciques, terroristas e pides.

Não é uma vida democrática normal aquela em que as forças do Estado intervêm sistematicamente contra os trabalhadores e a favor dos ilegítimos interesses dos exploradores e parasitas.

Em democracia não podem os milionários e ricos ser considerados cidadãos de primeira classe só com direitos e privilégios e os trabalhadores cidadãos de segunda classe só com deveres.

A reacção está usando amplamente as liberdades preparando o terreno para vir a liquidar as liberdades.

Uma política de recuperação capitalista, agrária e imperialista contrária de tal forma os interesses do Povo português que a lógica do seu procedimento conduzirá à restrição das liberdades.

O caminho da recuperação capitalista, agrária e imperialista não é o caminho da consolidação da democracia mas um caminho perigoso que pode conduzir a uma nova ditadura.

Uma política nacional e os perigos da dependência

Uma política de recuperação capitalista não põe apenas em causa as liberdades e as outras conquistas da revolução.

A recuperação capitalista põe também em causa uma política nacional independente.

A política de recuperação capitalista, caminha a par e passo com a cedência ante as pressões e as ingerências do imperialismo.

Uma política de recuperação capitalista, no seu desenvolvimento, conduziria de novo à submissão de Portugal ao imperialismo estrangeiro.

O PCP sempre se pronunciou por uma política externa de relações de amizade e cooperação com todos os países.

Defendemos relações externas diversificadas, não só relações com os países capitalistas mas relações com os países socialistas, com os países outrora submetidos ao colonialismo português e com os países do chamado Terceiro Mundo.

A diversificação das relações internacionais é uma das melhores garantias da defesa da independência nacional.

Uma tal política em nada afectará as relações com os países capitalistas.

Defendemos o desenvolvimento de relações com os países capitalistas incluindo os países do Mercado Comum e os Estados Unidos. Mas relações que não privilegiem a RFA e os Estados Unidos, conduzindo o País à situação de País tutelado. Relações baseadas nos princípios do respeito mútuo dos interesses, do respeito pela soberania e a independência nacionais e da não ingerência nas questões internas.

A chamada integração no Mercado Comum é uma grande operação política que tem em vista dar pretexto à recuperação capitalista e conduz à restauração da posição dominante das multinacionais na economia portuguesa.

Não somos contra os créditos externos. Mas somos contra a aceitação de condições que impliquem uma renúncia ao direito do Povo português de decidir livremente do regime social e político de Portugal.

Em Portugal existe um regime democrático definido na Constituição. A Constituição consagra as transformações das estruturas económico-sociais realizadas pela Revolução portuguesa: as nacionalizações, a Reforma Agrária, o controlo operário.

Nenhum governo ou órgão de soberania tem o direito de assinar acordos internacionais que possam pôr em causa a Constituição.

O PCP é contra a integração no Mercado Comum. Mas no caso de ser declarada, não pode significar a submissão das estruturas económico-sociais do nosso País a exigências externas ou à política de recuperação capitalista.

O Mercado Comum não é uma associação que implique a imobilidade das estruturas económicas. Nenhum país membro aceitará essa limitação à sua independência.

Decerto o Povo português tão-pouco a aceitará.

A estabilidade e a desestabilização

O PCP tem insistido constantemente em que a estabilidade da situação política, económica, social e militar é do interesse dos trabalhadores, é favorável à democracia.

A estabilidade no plano político significa o funcionamento regular das instituições no quadro da democracia, ou seja a continuação do exercício das liberdades e direitos dos cidadãos.

A estabilidade no plano económico significa que se consegue sustentar a progressiva degradação da situação económica e financeira, impedindo portanto o agravamento das condições de vida dos trabalhadores e das grandes massas da população, e conservando as modificações realizadas nas estruturas económicas depois do 25 de Abril.

A estabilidade no plano social significa que os conflitos de classes não adquirem formas agudas criando um clima de agitação e desordem, facilitando medidas repressivas e um golpe de direita.

A estabilidade no plano militar significa que as Forças Armadas continuem a garantir sem sobressaltos o regime democrático e não se produzam sensíveis alterações nos órgãos político-militares e nos postos de chefia que, a verificarem-se, nas condições presentes, seriam, com grande grau de possibilidades, favoráveis à direita reaccionária.

Por tudo isso, **o PCP defende a estabilidade.** E por isso também a reacção leva a cabo com tenacidade **uma grande acção desestabilizadora**, tendo em vista alterações radicais: a recuperação capitalista e agrária, a formação de um Governo mais à direita que o actual Governo PS, a implantação de uma hierarquia militar abertamente reaccionária.

É característico da situação actual que a **reacção, ao mesmo tempo que procura desestabilizar a situação acusa numa**



O novo Centro de Trabalho em Valongo (foto de baixo) é o fruto do esforço e da determinação de comunistas e outros democratas da região.

frénética campanha de o estarem fazendo o PCP, os sindicatos e os trabalhadores.

Como o PCP e o movimento operário dão mostras de serenidade e sangue-frio, a reacção recorre cada vez com maior insistência a manobras provocatórias.

Todos os dias, num sector ou noutro, assistimos a provocações.

É necessário estar muitíssimo vigilantes e atentos em relação a elas, sejam provocações fascistas e reaccionárias sejam provocações de grupelhos pseudo-revolucionários.

Alertamos particularmente todos os camaradas trabalhadores e democratas em relação a quem quer que apareça **propagando que nada mais se pode fazer no quadro da democracia, que tudo está perdido e que se deve responder à violência fascista com a violência revolucionária, ao terrorismo fascista com aquilo que chamam o terrorismo revolucionário ou a guerrilha.**

Consideramos tais ideias e eventuais actos que a elas correspondem **perigosíssimas provocações que só servem a reacção, sejam quem forem aqueles que as propagam ou pretendem realizar.**

O PCP realinha a necessidade de aliar firmeza e serenidade, de respeitar rigorosamente a Constituição, de actuar escrupulosamente dentro da legalidade, de não radicalizar as formas de luta, de estar atentos à provocação e desmascarar prontamente quaisquer actos provocatórios.

Alternativa democrática

Como sabemos, os dirigentes do PS afirmam constantemente que não há uma alternativa democrática para o Governo actual e para a política actual.

Pela sua parte, o PCP afirma que **uma alternativa democrática não só existe como é a única que pode resolver os problemas nacionais**, incluindo o restabelecimento do equilíbrio financeiro, a reanimação económica, a estabilização da situação social e política, a consolidação das instituições democráticas.

Uma situação democrática pressupõe duas coisas fundamentais e interdependentes:

Uma é o **respeito pelas liberdades e as outras conquistas da Revolução** tal como determina a Constituição em vigor.

Outra é a ideia basililar de que **a democracia se defende, consolida e controla não contra os trabalhadores, mas com os trabalhadores.** E quando se diz com os trabalhadores, isto significa **não contra o PCP, mas com o PCP.**

Quando das eleições para a Assembleia da República, nós prevenimos da alternativa que se colocava ao PS: **ou uma aliança à direita**, com os partidos representativos do capital — o CDS e o PPD — e uma tal aliança teria de significar uma política ao serviço do capital contra os trabalhadores e contra as conquistas da Revolução; **ou uma aliança à esquerda**, com o partido representativo da classe operária e dos trabalhadores — o PCP — e uma tal aliança teria de significar uma política ao serviço dos trabalhadores e do País, na base da defesa das liberdades, da consolidação das outras conquistas da Revolução, de uma política nacional independente.

A vida comprovou as nossas previsões e estamos certos de que **muitos milhares de eleitores que votaram PS reconhecem hoje amargamente que não votaram para isto.**

Na medida em que a situação se agrava **mais e mais premente se torna uma alternativa democrática e essa será a exigência de massas portuguesas cada vez mais largas.**

A remodelação do Governo hoje anunciada parece mostrar que os dirigentes do PS continuam a orientar-se para a direita e cada vez mais para a direita.

Uma tal política nem serve a democracia nem acabará por servir o próprio PS, já hoje a braços com graves discussões e divisões internas e com uma base de apoio que se restringe dia a dia.

Uma alternativa democrática não só é a única conforme os interesses do Povo, do País, da Democracia, da independência nacional, como é a única que poderá garantir ao PS a intervenção na vida política portuguesa como partido democrático e antifascista.

Algumas palavras sobre unidade

Apesar dos ataques que certos dirigentes do PS continuam dirigindo contra o nosso Partido, continuamos a defender a necessidade da aproximação, do diálogo, do entendimento e da acção comum de democratas de todas as tendências, designadamente de comunistas e socialistas.

Poderão dirigentes do PS, empenhados na recuperação capitalista, não querer compreender a nossa política unitária.

Compreende-a, porém, um número crescente de democratas, incluindo socialistas e simpatizantes socialistas que em numerosas localidades (locais de trabalho, sindicatos, autarquias), se entendem e cooperam com os comunistas.

Diz a reacção que o PCP se está a isolar. É feita uma grande propaganda para mostrar que o PCP se está a isolar.

Sem dúvida que assistimos a um entendimento entre o PS, o PPD e o CDS, entendimento contra os trabalhadores e para a recuperação capitalista.

Mas quem de forma crescente se isola do Povo não é o PCP mas os partidos que se entendem para uma tal política.

Quem se isola progressivamente da classe operária e do povo trabalhador não é o PCP mas os dirigentes do PS, que se ligam aos capitalistas e aos grandes agrários contra o povo trabalhador.

E esse isolamento é perigoso para o PS e para a democracia portuguesa, porque a reacção, que hoje apoia a política do PS, espereita um colapso do PS para o substituir no Poder.

O PCP, com a sua política consequente, não se está a isolar, mas, pelo contrário, está cada vez mais ligado ao povo.

A afluência de massas às iniciativas do PCP — que a afluência a este Comício-Sessão de Esclarecimento testemunha, assim como o facto de termos alcançado em 50 dias quase metade da meta dos 50.000 contos da campanha — são exemplos do que afirmamos.

A aliança PS-PPD-CDS é para defesa dos interesses do grande capital, dos grandes proprietários, para explorar os trabalhadores e abrir mais largamente as portas ao imperialismo.

Seria absurdo esperar que o PCP, o Partido dos trabalhadores, o Partido da liberdade, apoiasse ou acompanhasse ou silenciasses uma tal política.

Não há maiores ensinamentos que os ensinamentos da vida. Não há maior força de convencimento do que a verdade e a dedicação.

Cada dia que passa são mais centenas ou milhares de portuguesas e portugueses que vêm quem lhes fala verdade e quem defende os seus interesses, que se aproximam do PCP, que aprovam a nossa política e as nossas posições, que entram nas nossas fileiras, que alargam a nossa base de apoio, com a certeza crescente de que os trabalhadores, os democratas, não contra o PCP mas com o PCP, defenderão com êxito a democracia portuguesa e acabarão por determinar uma alternativa democrática para a actual política de recuperação capitalista.

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Propriedade

Partido Comunista Português
Av. António Serpa, 26-2.º Dt.º — Lisboa 1. Tel. 769696/7

Administração

Editorial Avante, SARL
Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º — Lisboa 1 — 769705

Direcção e Redacção

Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º — Lisboa 1 — Tel. 769725-769722

Distribuição

CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL
Central: Rua Pedro Nunes, 9-A — Lisboa 1, Tel. 769744-769751
Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C — Lisboa 1, Tel. 769705
Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 — Porto, Tel. 28938
Casa da Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq. — Porto, Tel. 29838
Centro Distribuidor do Centro: Terreiro da Erva, 6 — Coimbra, Tel. 28394
Centro Distribuidor de Santarém: R. Pedro de Santarém, 41 — Santarém, Tel. 24564
Centro Distribuidor de Setúbal: Livraria 1.º de Maio — Praceta Portugal — Baixa da Banheira, Tel. 2040653
Centro Distribuidor do Alentejo: Alarcova de Baixo, 13 — Évora, Tel. 26381
Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 — Faro, Tel. 24417

Assinaturas

CDL, Departamento de Venda Directa
R. Pedro Nunes, 9A — Lisboa, Tel. 40605-41787

Publicidade

R. Pedro Nunes, 9A — Lisboa 1 — 40605-41787
Casa da Venda em Lisboa: «Capital» — Rua do Norte — Bairro Alto
Composto e Impresso na Heka Portuguesa — R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — Amadora

Tipagem média do mês de Fevereiro — 86.063



CAMPANHA NACIONAL
50 MIL CONTOS

AS INICIATIVAS DA CAMPANHA

No passado dia 19 realizou-se em **Ermidas Aldeia** uma pequena festa convívio em que participaram alguns cantores da localidade. Um pedidório e leilões contribuíram para a Campanha de Fundos. A festa contou com a presença de mais de 150 pessoas.

Em **Santiago do Cacém**, no mesmo dia houve comício e festa. Com a presença do camarada Vitor Louro. O convívio desenrolou-se com a participação de o grupo coral de Alvalade, além de outros cantores. Mais de 250 pessoas estiveram lá, confraternizaram e contribuíram para a Campanha.

A camarada Ercília Talhadas, deputada comunista foi a **S. Francisco da Serra**. Participou num comício aí organizado no dia 19. Também foi uma oportunidade de esclarecimento e de colaborar na Campanha.

São Bartolomeu da Serra acolheu o camarada Ruben de Carvalho, chefe da Redação do "Avante!", que participou numa sessão de esclarecimento organizada pelos camaradas daquela localidade. O grupo coral de Alvalade também lá foi e cantou. A festa foi no dia 19 de Março e houve leilões e pedidórios para a Campanha.

Em 5 de Março, em **Alvalade-Sado** realizou-se uma pequena sessão comemorativa do aniversário do Partido. No convívio que se seguiu houve recolha de fundos. Um garrafão a encher com as contribuições dos camaradas e amigos.

No dia 6, em **Ermidas Sado** foi um almoço de confraternização que assinalou o aniversário, aproveitando os camaradas para que esta iniciativa se integrasse na Campanha dos 50 mil contos. Cento e quarenta camaradas estavam presentes. E assinalaram a presença de um militante socialista que quis juntar-se às comemorações.

Em **Sines**, no dia 19, um porta-a-porta organizado pelos camaradas, levado a efeito naquela vila, contou com a presença do camarada Américo Leal, do Comité Central e da DORS.

No distrito de Beja, por outro lado, assinalamos a Festa que, durante todo o domingo passado atraiu à barragem do Roxo, Aljustrel, mais de 15 mil pessoas, comunistas e outros. Com início às 10 horas da manhã, a festa conseguiu que gente se deslocasse de vários concelhos em redor, vendo-se os pavilhões de Aljustrel, Beja, Ervidel, Castro Verde, Ferreira, apresentados pelos militantes das respectivas organizações concelhias. Artigos regionais, comes e bebes e divertimentos vários chamavam os participantes a uma confraternização e contribuíam para recolher fundos para a Campanha.

Esta esteve presente durante toda a jornada. Leilões foram levados a efeito procurando desse modo ajudar a desenvolver a Campanha dos 50 mil contos para o Partido.

Da parte da tarde esteve presente o camarada Francisco Miguel, do Comité Central, que falou no comício aí realizado.

Depois o Canto Livre improvisou-se, com a participação de um camarada de Beja e de muitos corais de trabalhadores da região.

Também houve a anunciada matança do porco. E baile, animado com os acordeonistas que não quiseram deixar de aproveitar a oportunidade para alegrar mais uma iniciativa do Partido.

Uma exposição, já aliás anunciada, promovida pela Comissão Fotográfica "Os Mineiros do Sul", esteve patente e foi visitada por muitos dos presentes.

No dia 20, a UJC e a UEC organizaram na Marinha Grande uma festa da Juventude. Na colectividade do Império, lugar do Engenho e sob a palavra de ordem do Congresso da UJC — Para o Futuro, Certos de Vencer —, esta festa teve dois objectivos: participar na Campanha dos 50 mil contos e promover uma grande campanha de informação sobre o congresso previsto para 16 e 17 de Abril.

Canto Livre e *Matinée* ocuparam durante o dia as mais de 500 pessoas, na grande maioria jovens, que ali se reuniram. Uma quermesse e jogos atraíram também, além dos petiscos regionais, os participantes na grande confraternização.

Em Vila Real de Santo António houve um convívio musical, no dia 19. Foi promovido pelo Centro de Trabalho e realizou-se no salão do Lusitano Futebol Clube.

Actuaram o grupo de Pioneiros e o grupo musical Praxis e ainda outros camaradas. O convívio decorreu num ambiente de grande entusiasmo. Comunistas e outros democratas vibraram no mesmo calor revolucionário que esta jornada imprimiu.

No dia seguinte, cerca de 50 camaradas foram logo pelas 6 da manhã à praia apanhar conquiilha. Na venda daqueles mariscos apurou-se mais de mil e quinhentos escudos. Para a Campanha. E parece que no próximo domingo a iniciativa se repete.

25 mil contos em dois meses UMA GRANDE VITÓRIA POLÍTICA

Os números são estes: 25 mil contos em dois meses. Dinheiro dos trabalhadores, fundos do seu Partido. Onde está o «isolamento» no qual os inimigos da democracia tanto gostariam de nos ver? Estará «isolado» quem, para lá do valor monetário da Campanha, sempre fez e faz dela uma constante de mobilização política alcançada, de participação plena e conseguida nas grandes tarefas nacionais?

Não! Se a direita e outros inimigos falam de «isolamento» é porque necessitam de uma contra-campanha. É porque sabem que a Campanha de Fundos dos 50 mil Contos para o PCP está muito para além do objectivo imediato a concretizar na obtenção dessa quantia. E têm razão!

A nossa Campanha de Fundos representa, concretamente, mediante o esforço abnegado dos trabalhadores, uma capacidade política que os partidos de gabinete nos invejam. Manifesta uma capacidade de organização com que nenhum outro partido pode sonhar sequer. Temos por nós, por todos os comunistas, o constante trabalho junto das massas trabalhadoras. Dispomos da sua adesão, como o êxito da Campanha já demonstrou e vai continuar a demonstrar até aos 50 mil contos.

As contribuições materiais dos comunistas para o seu Partido são, na maioria dos casos, um sacrifício. Mas esse facto aumenta o seu valor político. É dinheiro que nos faz

falta aquele que damos ao Partido. Mas, ao oferecê-lo, sabemos que o êxito político está nas nossas mãos. Não temos dúvidas de que o nosso sacrifício se recompensará e não apenas no interesse dos trabalhadores, mas no interesse nacional que com eles defende.

Por isso, a Campanha dos 50 Mil Contos é já um grande êxito político. Mas, a nós, os êxitos não nos cegam. Vamos continuar a lutar. Temos ainda pela frente, neste campo, metade do caminho. E esta segunda parte não vai exigir menos esforço que a primeira.

Temos agora a nosso favor dois meses de experiência. É a altura de acelerar ainda mais! Os 25 mil contos da segunda etapa têm de ser tão rápidos como os primeiros.

Levamos junto das massas os objectivos da nossa Campanha. Nenhuma das suas realizações foi deixada para trás. Não mesmo caminho prosseguiremos, deixando os nossos desejos com as realidades e que gostariam de pular novamente a velha mordalha na boca de quem nunca suportou.

Nunca desprezamos os obstáculos. Sempre, como hoje, sabemos avaliá-los na sua medida justa. Por isso os tentáculos destruído. A alegria de vencer será, pois, nesta Campanha mais um sinal da nossa força, da nossa capacidade política de participação do PCP e de todos os trabalhadores nas grandes tarefas de todo o Povo.

A EXPERIÊNCIA DO PORTA-A-PORTA

Partido de massas, temos de levar a Campanha à porta das massas. Já o fizemos, mas temos de alargar, cada dia mais, o âmbito do porta-a-porta.

As experiências já efectuadas neste campo são animadoras. E essas experiências trouxeram ensinamentos. Assim, para que uma recolha de fundos de porta-a-porta seja um êxito é necessário **anunciá-la** com antecedência; **organizá-la** com cuidado; **acompanhar** as brigadas com camaradas que chamem a atenção para a iniciativa e a divulguem (megafones, tambores, distribuição de prospectos, música); **divulgar** os seus resultados depois de realizadas, apelando para o seu prosseguimento através dos resultados obtidos.

O porta-a-porta deve ser uma forma de convívio de militantes com não militantes, de comunistas com trabalhadores sem

partido, de comunistas com pessoas amigas, com conhecidos, com gente do nosso bairro, da nossa rua, da nossa aldeia, da nossa vila, que encontramos todos os dias.

O porta-a-porta é um estímulo para a fraternidade e a confiança. Sabemos e gostamos de falar com toda a gente. Somos a vanguarda dos construtores do futuro, mas estamos a seu lado e é a seu lado, ao lado dos trabalhadores, das mais amplas massas trabalhadoras, que levamos a cabo esta Campanha.

Não devemos recuar em mau acolhimento. Partido da solidariedade é com ela nas palavras e nos actos que aos outros nos dirigimos, aos outros trabalhadores, à sua solidariedade para com o Partido dos trabalhadores.

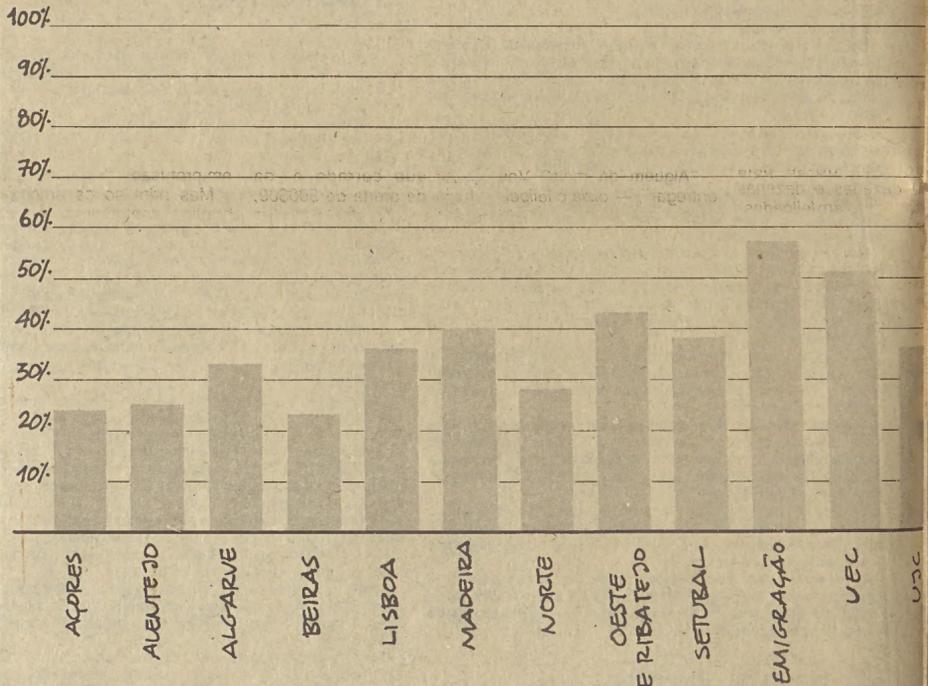
Vamos activar o porta-a-porta com o ânimo de sempre, com a confiança que sempre nos anima, com a certeza de enriquecer a Campanha e a experiência de militantes.

DIA DE SALÁRIO

Uma importante base
do êxito da Campanha!
Organiza as contribuições
no teu local de trabalho

RIFA DO ORGANISMO DE TRANSPORTES DA DORL

- 1.º Prémio — Senha n.º 08316 (viagem à Madeira)
- 2.º Prémio — Senha n.º 10178 (viagem à Serra da Estrela)



O presente gráfico indica a posição das diversas organizações do Partido ao fim de dois meses da Campanha (donativos entregues até 25 de Março) relativamente às metas que cada uma se propôs atingir. Conforme se pode verificar, apesar de no seu conjunto a Campanha ter ultrapassado os 25 000 contos, nenhuma organização (à excepção dos camaradas da Emigração) atingiu 50% das metas que propuseram. A aparente contradição tem duas explicações: em primeiro lugar, neste gráfico não estão incluídas as verbas remetidas directamente através da Comissão Coordenadora Central e do "Avante!" (que ultrapassam os 3800 contos), bem como mais de mil e quinhentos contos incluídos na rubrica "por classificar". Em segundo lugar, a soma das metas estabelecidas pelas várias organizações, isto é, as quantias que cada uma entendeu ser-lhe possível obter, ultrapassa largamente os 50 000 contos! Se todas as organizações do Partido atingirem os seus objectivos, a Campanha dos 50 000 contos será rapidamente concluída e ultrapassada mesmo!

O TRABALHO PARA A CAMPANHA TAMBÉM É MUITA IMAGINAÇÃO!

Tal é o caso dos camaradas do Centro de Trabalho Alfredo Dinis, da **Charneca da Caparica** que, como noticiámos anteriormente, já ultrapassaram o seu objectivo, tendo estabelecido um outro que se traduz no dobro do que inicialmente tinham previsto.

Para o conseguirem usaram estes camaradas de toda a sua imaginação e não só; procuraram dar resposta quer às calúnias anticomunistas bem como à política de recuperação capitalista e de agravamento das condições de vida das classes mais desprotegidas praticada pelo actual Governo.

E como avançaram estes amigos? Primeiro, com uma rifa que espectacularmente se esgotou em curto espaço de tempo. Os seus prémios são 25 quilos de bacalhau, 30 quilos de batatas e 5 litros de azeite! Renderia esta rifa logo um total de 13 mil escudos. Mais informamos os interessados que já não há mais papelinhos que possam habilitar a este sorteio...

Outra iniciativa foi virada para os transportes e saúde: também um sorteio cujos prémios são: o 1.º, 100 litros de gasolina super; o 2.º, a reparação de 1 par de sapatos; o 3.º, 6 injeções! Fazem notar os camaradas que estas são à escolha do premiado, podendo ser dadas na nádega, na veia ou... atrás da orelha!

No Monte da Caparica, os militantes locais vão

avançar com a realização de uma Festa no Campo da Vila no próximo dia 2 de Abril, onde, para além de desfilas, futebol, bailes e quermesses haverá jogos florais e divertimentos que por enquanto são segredo bem guardado.

De igual modo preocupados com o aumento do nível de vida, estes camaradas irão sortear o Cabaz da Saúde, segundo nos garantirão, nada tem a ver com o cabaz que por aí circula.

Por último, falando da freguesia de Almada, onde referir que os camaradas nela residentes tiveram o prazer de nela leiloar, nada mais nada menos que um bacalho que renderia no final do leilão 2 mil escudos. Ningum o levou consigo alegando, ao que parece, que o referido produto não teria as condições mínimas de apresentação. Informaram-se depois que se tratava de um moço "ultra-mini", não chegando a medir 20 centímetros de comprimento...

A Comissão Concelhia de Almada do nosso Partido, nos próximos dias 2 e 3 de Abril, a efeito um grande porta-a-porta onde, para além da recolha de fundos para a nossa Campanha, serão discutidos vários problemas que afectam a população deste concelho em geral.

Este porta-a-porta será acompanhado de campanhas para o exterior, bem como de grupos de trabalho pretendendo-se assim dar um ar de festa que caracterize sempre as realizações do Partido Comunista Português.



UM SOPRO PARA A CAMPANHA!

No Bombarral também houve festa de aniversário do nosso Partido. Como por toda a parte, esta data foi comemorada aproveitando-se para levar a cabo iniciativas integradas na Campanha Nacional de Fundos. Juntando bem a data que se comemorava e a iniciativa de recolha de fundos, os camaradas ali deram mais uma vez o exemplo de que nunca falta aos comunistas nem o espírito de humor, nem a capacidade inventiva, nem a alegria, nem o que é mais, a dedicação necessária para contribuir para o PCP.

Isto a propósito de um leilão fora do vulgar que aconteceu no Bombarral! Com efeito os camaradas decidiram leiloar nada mais nada menos que o direito de apagar as velas do bolo que comemorava os 56 anos de luta do seu Partido...

Depois de animada e amigável disputa, o vencedor viria a pagar mais de 600 escudos por esse direito! E apagou as velas...

Tomar nota na agenda

No próximo sábado, dia 2 de Abril, vai a 6.ª Zona do PCP levar a efeito uma Festa Popular, que terá lugar no Parque de Santa Clara, na Ameixoeira. Festa integrada na Campanha de Fundos, esta realização terá início às 10 horas e a parte da manhã será dedicada aos mais pequenos.

De tarde haverá Canto Livre e, seguidamente, uma intervenção política feita por um camarada do Comité Central.

A noite será o baile. Com

um conjunto musical. E, durante o dia todo encontraremos os comes e bebes, bancas e outras iniciativas, organizadas pelos camaradas da zona.

No Salão da Junta de Freguesia do Alto de São João vai haver festa. Promovem-na os camaradas da 4.ª Zona, no dia 3 de Abril, Domingo, pelas 15 horas. Depois da tarde infantil, a festa

continua com Canto Livre, leilão e cinema.

Mais uma Festa Convívio Também no próximo Domingo, dia 3 de Abril. Desta vez são os camaradas da Comissão de Freguesia de Santa Engrácia que a promovem.

Terá lugar pelas 15 horas, no Clube dos Sempre Unidos, na Rua do Vale de Santo António, 204. 1. Haverá um programa infantil, Canto Livre e filmes. As surpresas não são para revelar...

CONSTITUÍU UM ÊXITO O LEILÃO DAS OFERTAS

Quem dá mais? e a voz do leiloeiro enchia, por completo, a sala do Centro de Trabalho do Hotel Vitória, na Avenida da Liberdade, onde no Domingo passado decorreu o leilão de objectos oferecidos por militantes, simpatizantes e amigos do PCP para a Campanha dos 50 Mil Contos.

Durante toda a tarde e prolongando-se pela noite, dezenas e dezenas de objectos foram leiloados, alguns de maior valor, outros mais modestos, mas nem por isso menos disputados pelo seu significado sentimental.

Foram inúmeras as pessoas que durante aquele espaço de tempo por ali passaram. E se os mili-

tantes e os simpatizantes do Partido acorreram, o certo é que muitas foram também as pessoas que, sem qualquer ligação ao PCP, não hesitaram em entrar no Centro de Trabalho do Hotel Vitória, onde à porta se anunciava a realização do leilão, para alguns casos participarem animadamente no arrematamento dos objectos que lhes interessavam.

"Alguém dá mais? Vou entregar", — dizia o leiloeiro, começando a contar até três, como é usual. Mas logo um braço se levantava, cobrindo a oferta anterior e provocando novas ofertas, por parte dos mais renitentes. Assim sucedeu inúmeras vezes. E o leiloeiro dizia: "Está em dois contos e quinhentos. Alguém dá mais? Dois contos quin-

hentos e dez à esquerda. Dois contos quinhentos e vinte à frente". E o montante ia subindo até à última desistência.

Não eram muito elevados os lances. Na generalidade dos casos foram de dez escudos e só em alguns objectos (poucos) atingiram os cem escudos. Uma pintura de Lenine, oferta da célula da CDL, motivou um despique cerrado e, da base de oferta de 500\$00, passou, de dez em dez escudos, para 2000\$00, quantia pela qual foi arrematada. Neste caso, talvez o valor sentimental tivesse dado aso a que, mal um braço se erguia, logo outro e outro repetiam aquele movimento não dando sequer tempo ao leiloeiro de anun-

ciar os lances.

Mas não foi só este o momento de maior entusiasmo, pode dizer-se mesmo que foi uma das constantes do leilão, tanto à tarde como à noite.

Os objectos estiveram em exposição alguns dias antes, assim como no próprio dia do leilão. Não raro, os olhos das pessoas ficavam a namorar um artigo mais bonito, que os havia lá em profusão.

Mas nem só os artigos bonitos contribuíram para os fundos da Campanha dos 50 000 Contos. Um bolo feito por uma camarada e oferecido durante o leilão rendeu mais de trezentos escudos. O mesmo sucedeu com um pão alentejano e um chouriço, que atingiram semelhante

quantia.

Manifestação vigorosa do contributo dos militantes e dos simpatizantes para com o PCP, o leilão correspondeu plenamente às expectativas, revelando bem a confiança que os trabalhadores têm no seu Partido.

As bancas que à entrada vendiam artigos de artesanato, vinhos de marca e outros objectos, os mais diversos, foram igualmente bastante concorridas.

Mas nem tudo foi leiloado no último domingo. Mais de metade das peças ficaram por falta de tempo e entre elas contam-se as mais valiosas, como serviços de louça, jóias, electrodomésticos, etc. Ficaram a aguardar o próximo leilão que em breve se realizará.



LEVAR FARNEL PARA CANEÇAS!

Em Loures, a Comissão Concelhia do Partido vai levar a efeito, em 3 de Abril, domingo, a partir das 10 horas uma grandiosa festa que terá lugar em Caneças, na Mata das Fontainhas.

Começando com desporto, atletismo para todas as idades, corridas de sacos e outras iniciativas, esta festa integra-se na Campanha dos 50 mil contos. Às 13 horas, o piquenique. Levar farnel é melhor! Pelas 15 horas haverá o Canto Livre e às 17 horas estará presente o camarada Vítor Neto que participará num comício.

16 E 17 DE ABRIL NO COLISEU DO PORTO

25 CANÇÕES DE ABRIL



UM POSTAL PARA A CAMPANHA



À Venda nos Centros de Trabalho Pedidos à CDL — Departamento de Venda Directa, — R. Pedro Nunes 9-A Lisboa 1

MEDALHA COMEMORATIVA DO ANIVERSÁRIO DO

Avante!

Para a campanha dos 50 mil contos



Tiragem limitada

Faça a sua reserva já, nas Populares Livrarias CDL ou na CDL — Departamento de Venda directa.

PARA ENVIAR AOS AMIGOS



TOMAR PARTIDO

Tomar partido é irmos a ver do campo aceso da fraternidade pois a razão dos pobres não se dá mas conquistase a golpes de vontade

Contaremos a força dum país que pode ser a Patria da verdade e a palavra mais alta que se diz e a linda palavra liberdade

Tomar partido é sermos como somos e tirarmos de tudo quanto fomos um exemplo um passo uma flor

Tomar partido é ter inteligência e sabermos em alma e consciência que o Partido que temos é melhor

Jose Carlos Ary dos Santos 18 Fevereiro 1977

Um poema de Ary dos Santos feito para o aniversário do Partido e ilustrado pelo Pintor Rogério Ribeiro

À venda nos Centros de Trabalho. Pedidos à CDL — Departamento de Venda directa — R. Pedro Nunes 9-A Lisboa-1

Para a Campanha dos 50 mil contos

CALENDÁRIO

Avante!

o jornal operário é a tribuna operária



À venda nos Centros de Trabalho do Partido



As mulheres contra o custo de vida

«O custo de vida sobe de elevador, enquanto os salários sobem pelas escadas» — assim se referiram os jovens trabalhadores do sector de Hotelaria, na mensagem de saudação enviada ao comércio realizado no Pavilhão dos Desportos, quinta-feira última, pela Comissão Unitária de Mulheres contra o escandaloso aumento de preços, verificado recentemente.

Com uma assistência predominantemente feminina — as mulheres são mais directamente afectadas pelo custo de vida na medida em que, apesar de empregadas, se encarregam do governo da casa — o comício constituiu uma impressionante manifestação de repúdio contra a austeridade que toca à porta unicamente das classes trabalhadoras.

«Cabaz de fome, não!» foi uma das palavras de ordem por diversas vezes ecoou, de uma maneira sentida, no recinto do Pavilhão.

Helena Portela, economista, uma das primeiras oradoras, debruçar-se-ia sobre os problemas económicos em geral salientando que em Janeiro de 1974 existia uma percentagem de 48 por cento de trabalhadores que auferiam salários inferiores a 3.000\$0 e que essa percentagem tinha baixado para 1,7 por cento em Janeiro de 1975. Recordou, mais adiante, que o que se comprava por 100\$000 custa agora 117\$000 ou mais e interrogou:

«Quem vai colher os frutos dos sacrifícios que nos estão a impor? Quem indemniza a gente do meu País pela exploração de que foi vítima durante anos e anos?»

O panorama da dona de casa foi

descrito por Helena Oliveira, que nessa qualidade usou da palavra e porque essa panorama não é animador, antes se agrava cada vez mais, afirmou ao terminar que «o 25 de Abril também tem de ser para nós donas de casa».

«Não podemos deixar para os outros aquilo que nos compete fazer» — afirmou, por seu turno, com confiança, a trabalhadora têxtil Lucinda que a seguir falou. Na sua intervenção, para além dos problemas directamente relacionados com o aumento do custo de vida, foram focadas questões directamente relacionadas com as mulheres que trabalham, nomeadamente o problema de creches e outras estruturas de apoio às mães. E a sua mensagem de confiança e determinação foi repetida: «Não podemos perder o ânimo apesar das dificuldades que temos e com a nossa organização e força de vontade havemos de avançar».

Depois de falarem Alice Rocha, e Laurinda Pires, esta última reformada e que abordou o «cabaz das compras» como o Governo insiste em chamar, o comício encerrou com a intervenção de Luísa Amorim, do Movimento Democrático de Mulheres, que no decorrer da sua intervenção declarou:

«Tudo quanto os trabalhadores e as classes desfavorecidas ganharam, só foi possível com o 25 de Abril e com as suas conquistas, as liberdades, o fim da guerra, a Reforma Agrária, as nacionalizações e controlo operário.

«Aqui que estamos a perder só é possível porque se permite que as forças do capital de novo ganhem forças e tomem iniciativas. Aqui que estamos a perder,

o agravamento das condições de vida só é possível porque o Governo o permitiu».

Esta a opinião de toda a assistência que gritou em coro «aprovado, aprovado» após a leitura de uma moção contra o custo de vida.

Atrás da mesa, que presidiu ao comício, um enorme gráfico elucidava sobre o aumento de preços verificado nomeadamente durante os quatro primeiros meses de 1974, desde o 25 de Abril até ao VI Governo e depois deste. E não há lugar a dúvidas — o gráfico aproxima-se assustadoramente do período em que o fascismo fazia lei e benefício dos grandes monopólios e latifundiários.

Mas não foi o 25 de Abril que provocou o aumento do custo de vida, mas os presentes governantes deste país, como salientaram na sua saudação os jovens trabalhadores do sector da Hotelaria e ainda outras mensagens enviadas por sindicatos e organizações de trabalhadores.

PROSEGUE A LUTA PELA CONTRAÇÃO COLECTIVA

A obtenção dos contratos colectivos de trabalho, com relvato para os verticais, por ramo de actividade, continua a mobilizar por todo o País largas camadas de trabalhadores que, ao apelo dos Sindicatos, debatem e organizam formas de luta contra a intransigência do patronato reaccionário e as cadências do Governo a recuperação capitalista. Gráficos, barro vermelho e maldraças são, entre outros nesta altura, os sectores mais afectados pela demora na obtenção das convenções colectivas.

Paralisados durante a manhã de 24 e no primeiro turno desse dia, nos casos de laboração continua, os trabalhadores gráficos dos Editores e Livreiros e das Indústrias Gráficas cumpriram a nível nacional a palavra de ordem proposta pela Comissão Negociadora Sindical com o apoio dos sindicatos do sector.

A paralisação foi decidida depois de muitos plênários verticais, onde a vontade dos trabalhadores foi democraticamente expressa. Após análise dos condicionamentos regionais e sectoriais, foi adoptada actual forma de luta para todo o país, devendo os trabalhadores reunir-se durante as paralisações para discutir e votar moções ou telegramas dirigidos às associações patronais, Ministério do Trabalho e outros órgãos do Governo exigindo o reatamento das negociações», assinala a CNS num comunicado.

Informações prestadas pelo Sindicato dos Gráficos do Sul e Ilhas davam, embora em números rectificáveis, num ou noutro caso, estas percentagens de adesão: Braga, 82 por cento; Coimbra, 73,8; Leiria, 75; Viseu, 90; Portalegre 100; Castelo Branco, 88; Marinha Grande, 100; Caldas da Rainha, 100; Loulé, 100; Porto, pequenas e médias empresas, 85 a 90 por cento; Lisboa, 80; Vila Real de Santo António, 100; Santarém, 90 e Charnusca, 100 por cento.

De uma forma sintética, a CNS aponta como razões da luta: «o patronato recusa reconhecer o patronato procura ganhar tempo em manobras dilatórias, recusando o justo salário que venha repor o poder de compra comprometido pelo aumento do custo de vida; o patronato não a respeita a legislação nem a

Constituição; o patronato brinca com a dignidade dos trabalhadores quando, dando o dito por não dito, procura boicotar a publicação da carreira profissional para o sector gráfico».

No «Barro Vermelho», a paralisação foi decidida para o dia 28. A adesão foi ampla e participada. Segundo um comunicado da Federação dos Sindicatos do sector, «os cerâmicos de barro vermelho estão em luta pela manutenção de igualdade de condições com os restantes trabalhadores da cerâmica: «Barro Branco». Trata-se de conseguir do Ministério do Trabalho a publicação de uma portaria de alargamento de âmbito da regulamentação em vigor para o barro branco, ou a negociação de um contrato vertical para todo o sector.

Os 10 mil trabalhadores do barro vermelho lutam por essa portaria desde Maio de 1975. O Ministério do Trabalho, com manobras dilatórias, tem-se furtado a publicá-la, contrariando um compromisso tomado há muito. «Por muito que fizéssemos ver aos responsáveis de todos os órgãos do Poder que a situação era

TRABALHADORES DA DGCI CONTRA SINDICATO PARALELO

«A prática dirá aos trabalhadores das Contribuições e Impostos — assinalam — que é em unidade com os demais trabalhadores dentro do mesmo Sindicato, que melhor poderão salvaguardar os seus direitos e não fora dele, pois a constituição do 'sindicato privado' (o paralelo) pode surgir aos olhos dos outros trabalhadores da FP como uma atitude sectária, visando a defesa exclusiva e egoísta de interesses de grupo profissional».

Após acentuar que a tendência do Movimento Sindical dos trabalhadores portugueses é no sentido de se unirem com os sindicatos verticais ou por grandes sectores de actividade, o comunicado acrescenta:

«A concepção do Sindicato da Função Pública não é a consequência do capricho de alguns, ou de obediência a desígnios obscuros: ela é fruto da nossa experiência, amadurecida na vivência sindical de quase três anos em conjunto com trabalhadores de outros departamentos, e, também, porque consideramos infundados os receios de que estejam possuídos alguns trabalhadores de serem preteridos direitos adquiridos, se estiverem englobados no Sindicato único».

Os delegados sindicais reafirmam que esta ideia é errada.

«Por vezes, confunde-se a organização das lutas com a organização sindical. Ora, os trabalhadores das Contribuições e impostos, se tiverem que resolver problemas que só a eles dizem respeito, podem fazê-lo organizando a sua própria luta, sem que isso implique a desistência dos restantes trabalhadores, embora podendo e devendo contar com o apoio do Sindicato. O que importa é que a estrutura do Sindicato seja suficientemente maleável e descentralizada, de modo a permitir a organização e desenvolvimento das lutas sectoriais — afirmam, num comunicado, os delegados sindicais das Contribuições e Impostos do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública da Zona Sul, que se reuniram recentemente para debater o processo de constituição do 'sindicato privado' da respectiva Direcção-Geral.

«Os trabalhadores da DGCI constituem uma pequena parcela de um todo muito vasto que é constituído pelo conjunto dos TFPs. Os laços de interesses que nos unem mergulham nas raízes da comunhão das nossas aspirações e, por isso, não podemos pensar em viver dissociados do movimento sindical unitário dos restantes trabalhadores da Função Pública» — acrescentam os delegados sindicais que têm em vista

«desenvolver um amplo movimento de esclarecimento para que os trabalhadores possam assumir, em consciência, as suas opções».

Nesse sentido, o comunicado dos delegados sindicais da DGCI aponta o perigo do isolamento que «em breve demonstraria como era ilusória a força dos 7 ou 8 mil trabalhadores da nossa Direcção-Geral, se fôssemos para a luta desintegrados dos restantes TFPs ou defendessemos posições contrárias».

«Após acentuar que a tendência do Movimento Sindical dos trabalhadores portugueses é no sentido de se unirem com os sindicatos verticais ou por grandes sectores de actividade, o comunicado acrescenta:

«A concepção do Sindicato da Função Pública não é a consequência do capricho de alguns, ou de obediência a desígnios obscuros: ela é fruto da nossa experiência, amadurecida na vivência sindical de quase três anos em conjunto com trabalhadores de outros departamentos, e, também, porque consideramos infundados os receios de que estejam possuídos alguns trabalhadores de serem preteridos direitos adquiridos, se estiverem englobados no Sindicato único».

Os delegados sindicais reafirmam que esta ideia é errada.

sindicatos quantas as direcções-gerais existentes) que nos iria dividir e enfraquecer».

A conclusão, o documento aprovado na reunião de delegados sindicais e trabalhadores interessados da DGCI, convocada pela direcção do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública da Zona Sul, esclarece que o facto de se defender, como de interesse vital para os trabalhadores, a unidade dentro de um mesmo Sindicato, não significa que se defenda «uma estrutura sindical monolítica que actue como um cilindro sobre a vontade dos trabalhadores e não tenha em conta as particularidades existentes. Ao contrário — acentua o comunicado — consideramos que, muito embora tenhamos que perspectivar todas as questões em termos globais, têm que ser encontradas para cada situação específica as soluções mais correctas, na base de uma discussão democrática e permanente em todos os locais de trabalho».

Entre os electricistas, também a situação exige uma posição firme. A Comissão Negociadora Sindical, ao anunciar uma conferência de imprensa, assinala que «o patronato do sector do material eléctrico e electrónico tem vindo sucessivamente a atrasar o processo de negociação e conciliação que já se arrasta desde Julho de 1976». A CNS acrescenta que vai tomar públicos os últimos acordamentos, para os quais tem alertado os órgãos do Poder. Na evolução de um processo que afecta 33 000 trabalhadores, o patronato continua a insistir na recusa de negociar, enquanto faz despedimentos em massa como forma de chantagem.

De um modo geral, as lutas em curso, que têm mobilizado centenas de milhares de trabalhadores, têm o apoio e contam com a solidariedade das associações sindicais, da CGTP-Intersindical Nacional, do movimento operário e das forças políticas democráticas e progressistas, incluindo o apoio firme do Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República.

A luta pela contratação colectiva é uma luta justa. Ninguém de boa-fé a pode considerar de outro modo. Os trabalhadores não apresentam reivindicações irrealistas. As suas intenções e actos concretos nada têm a ver com a desestabilização. Têm a ver com a desestabilização. Têm a ver com a desestabilização. Têm a ver com a desestabilização.

CAMPANHA NACIONAL DOS 50 MIL CONTOS CAMPANHA NACIONAL DOS 50 MIL CONTOS

ASSIM VAI A CAMPANHA

18046	146000	17490	P.M.E.	100000	4977	Foalha Mil	12 69000	11188	F. Arrentela — Porta a porta	2 35310	7733	S. Campanhe Beiras	2 30000
18047	280000	43225	LICAL — dist.	2 55000	2958		800000	11180		50000	7739	Org. Assistentes	3 00000
18048	2 04000	17490	P.M.E. Alimentação	3731	2549		1 00000	11180		100000	7740	C. Coimbra	1 00000
18049	2 42000	17490	P.M.E. Alimentação	4950	— Dia Sal		3 22000	4950	— Dia Sal	82900	7758	C. Sede — C.T. Coimbra	25600
18050	2 42000	17490	P.M.E. Alimentação	4950	— Dia Sal		3 22000	4950	— Dia Sal	82900	7759	Cal. AGFA	100000
18051	2 42000	17490	P.M.E. Alimentação	4950	— Dia Sal		3 22000	4950	— Dia Sal	82900	7760	C. Coimbra	30000
18052	2 42000	17490	P.M.E. Alimentação	4950	— Dia Sal		3 22000	4950	— Dia Sal	82900	7761	C. Coimbra	30000
18053	2 42000	17490	P.M.E. Alimentação	4950	— Dia Sal		3 22000	4950	— Dia Sal	82900	7762	C. Coimbra	30000
18054	2 42000	17490	P.M.E. Alimentação	4950	— Dia Sal		3 22000	4950	— Dia Sal	82900	7763	C. Coimbra	30000
18055	2 42000	17490	P.M.E. Alimentação	4950	— Dia Sal		3 22000	4950	— Dia Sal	82900	7764	C. Coimbra	30000
18056	2 42000	17490	P.M.E. Alimentação	4950	— Dia Sal		3 22000	4950	— Dia Sal	82900	7765	C. Coimbra	30000
18057	2 42000	17490	P.M.E. Alimentação	4950	— Dia Sal		3 22000	4950	— Dia Sal	82900	7766	C. Coimbra	30000
18058	2 42000	17490	P.M.E. Alimentação	4950	— Dia Sal		3 22000	4950	— Dia Sal	82900	7767	C. Coimbra	30000
18059	2 42000	17490	P.M.E. Alimentação	4950	— Dia Sal		3 22000	4950	— Dia Sal	82900	7768	C. Coimbra	30000
18060	2 42000	17490	P.M.E. Alimentação	4950	— Dia Sal		3 22000	4950	— Dia Sal	82900	7769	C. Coimbra	30000
18061	2 42000	17490	P.M.E. Alimentação	4950	— Dia Sal		3 22000	4950	— Dia Sal	82900	7770	C. Coimbra	30000
18062	2 42000	17490	P.M.E. Alimentação	4950	— Dia Sal		3 22000	4950	— Dia Sal	82900	7771	C. Coimbra	30000
18063	2 42000	17490	P.M.E. Alimentação	4950	— Dia Sal		3 22000	4950	— Dia Sal	82900	7772	C. Coimbra	30000
18064	2 42000	17490	P.M.E. Alimentação	4950	— Dia Sal		3 22000	4950	— Dia Sal	82900	7773	C. Coimbra	30000
18065	2 42000	17490	P.M.E. Alimentação	4950	— Dia Sal		3 22000	4950	— Dia Sal	82900	7774	C. Coimbra	30000
18066	2 42000	17490	P.M.E. Alimentação	4950	— Dia Sal		3 22000	4950	— Dia Sal	82900	7775	C. Coimbra	30000
18067	2 42000	17490	P.M.E. Alimentação	4950	— Dia Sal		3 22000	4950	— Dia Sal	82900	7776	C. Coimbra	30000
18068	2 42000	17490	P.M.E. Alimentação	4950	— Dia Sal		3 22000	4950	— Dia Sal	82900	7777	C. Coimbra	30000
18069	2 42000	17490	P.M.E. Alimentação	4950	— Dia Sal		3 22000	4950	— Dia Sal	82900	7778	C. Coimbra	30000
18070	2 42000	17490	P.M.E. Alimentação	4950	— Dia Sal		3 22000	4950	— Dia Sal	82900	7779	C. Coimbra	30000
18071	2 42000	17490	P.M.E. Alimentação	4950	— Dia Sal		3 22000	4950	— Dia Sal	82900	7780	C. Coimbra	30000
18072	2 42000	17490	P.M.E. Alimentação	4950	— Dia Sal		3 22000	4950	— Dia Sal	82900	7781	C. Coimbra	30000
18073	2 42000	17490	P.M.E. Alimentação	4950	— Dia Sal		3 22000	4950	— Dia Sal	82900	7782	C. Coimbra	30000
18074	2 42000	17490	P.M.E. Alimentação	4950	— Dia Sal		3 22000	4950	— Dia Sal	82900	7783	C. Coimbra	30000
18075	2 42000	17490	P.M.E. Alimentação	4950	— Dia Sal		3 22000	4950	— Dia Sal	82900	7784	C. Coimbra	30000
18076	2 42000	17490	P.M.E. Alimentação	4950	— Dia Sal		3 22000	4950	— Dia Sal	82900	7785	C. Coimbra	30000
18077	2 42000	17490	P.M.E. Alimentação	4950	— Dia Sal		3 22000	4950	— Dia Sal	82900	7786	C. Coimbra	30000
18078	2 42000	17490	P.M.E. Alimentação	4950	— Dia Sal		3 22000	4950	— Dia Sal	82900	7787	C. Coimbra	30000
18079	2 42000	17490	P.M.E. Alimentação	4950	— Dia Sal		3 22000	4950	— Dia Sal	82900	7788	C. Coimbra	30000
18080	2 42000	17490	P.M.E. Alimentação	4950	— Dia Sal		3 22000	4950	— Dia Sal	82900	7789	C. Coimbra	30000
18081	2 42000	17490	P.M.E. Alimentação	4950	— Dia Sal		3 22000	4950	— Dia Sal	82900	7790	C. Coimbra	30000
18082	2 42000	17490	P.M.E. Alimentação	4950	— Dia Sal		3 22000	4950	— Dia Sal	82900	7791	C. Coimbra	30000
18083	2 42000	17490	P.M.E. Alimentação	4950	— Dia Sal		3 22000	4950	— Dia Sal	82900	7792	C. Coimbra	30000
18084	2 42000	17490	P.M.E. Alimentação	4950	— Dia Sal		3 22000	4950	— Dia Sal	82900	7793	C. Coimbra	30000
18085	2 42000	17490	P.M.E. Alimentação	4950	— Dia Sal		3 22000	4950	— Dia Sal	82900	7794	C. Coimbra	30000
18086	2 42000	17490	P.M.E. Alimentação	4950	— Dia Sal		3 22000	4950	— Dia Sal	82900	7795	C. Coimbra	30000
18087	2 42000	17490	P.M.E. Alimentação	4950	— Dia Sal		3 22000	4950	— Dia Sal	82900	7796	C. Coimbra	30000
18088	2 42000	17490	P.M.E. Alimentação	4950	— Dia Sal		3 22000	4950	— Dia Sal	82900	7797	C. Coimbra	30000
18089	2 42000	17490	P.M.E. Alimentação	4950	— Dia Sal		3 22000	4950	— Dia Sal	82900	7798	C. Coimbra	30000
18090	2 42000	17490	P.M.E. Alimentação	4950	— Dia Sal		3 22000	4950	— Dia Sal	82900	7799	C. Coimbra	30000
18091	2 42000	17490	P.M.E. Alimentação	4950	— Dia Sal		3 22000	4950	— Dia Sal	82900	7800	C. Coimbra	30000
18092	2 42000	17490	P.M.E. Alimentação	4950	— Dia Sal		3 22000	4950	— Dia Sal	82900	7801	C. Coimbra	30000
18093	2 42000	17490	P.M.E. Alimentação	4950	— Dia Sal		3 22000	4950	— Dia Sal	82900	7802	C. Coimbra	30000
18094	2 42000	17490	P.M.E. Alimentação	4950	— Dia Sal		3 22000	4950	— Dia Sal	82900	7803	C. Coimbra	30000
18095	2 42000	17490	P.M.E. Alimentação	4950	— Dia Sal		3 22000	4950	— Dia Sal	82900	7804	C. Coimbra	30000
18096	2 42000	17490	P.M.E. Alimentação	4950	— Dia Sal		3 22000	4950	— Dia Sal	82900	7805	C. Coimbra	30000
18097	2 42000	17490	P.M.E. Alimentação	4950	— Dia Sal		3 22000	4950	— Dia Sal	82900	7806	C. Coimbra	30000
18098	2 42000	17490	P.M.E. Alimentação	4950	— Dia Sal		3 22000	4950	— Dia Sal	82900	7807	C. Coimbra	30000
18099	2 42000	17490	P.M.E. Alimentação	4950	— Dia Sal		3 22000	4950	— Dia Sal	82900	7808	C. Coimbra	30000
18100	2 42000	17490	P.M.E. Alimentação	4950	— Dia Sal		3 22000	4950	— Dia Sal	82900	7809	C. Coimbra	30000
18101	2 42000	17490	P.M.E. Alimentação	4950	— Dia Sal		3 22000	4950	— Dia Sal	82900	7810	C. Coimbra	30000
18102	2 42000	17490	P.M.E. Alimentação	4950	— Dia Sal		3 22000	4950	— Dia Sal	82900	7811	C. Coimbra	30000
18103	2 42000	17490	P.M.E. Alimentação	4950	— Dia Sal		3 22000	4950	— Dia Sal	82900	7812	C. Coimbra	30000
18104	2 42000	17490	P.M.E. Alimentação	4950	— Dia Sal		3 22000	4950	— Dia Sal	82900	7813	C. Coimbra	30000
18105	2 42000	17490	P.M.E. Alimentação	4950	— Dia Sal		3 22000	4950	— Dia Sal	82900	7814	C. Coimbra	30000
18106	2 42000	17490	P.M.E. Alimentação	4950	— Dia Sal		3 22000	4950	— Dia Sal	82900	7815	C. Coimbra	30000
18107	2 42000	17490	P.M.E. Alimentação	4950	— Dia Sal		3 22000	4950	— Dia Sal	82900	7816	C. Coimbra	30000
18108	2 42000	17490	P.M.E. Alimentação	4950	— Dia Sal		3 22000	4950	— Dia Sal	82900	7817	C. Coimbra	

UCPs: A VOZ DA VERDADE QUE URGE DIVULGAR

Na Conferência de Imprensa realizada pelos Secretariados Distritais das UCPs e Cooperativas de Beja, Évora, Portalegre, Santarém e Setúbal, a presença de representantes de Comissões de Trabalhadores de diversas unidades industriais, de empresas intervencionadas e da CGTP, constitui, mais uma vez, a expressão da unidade criadora entre os trabalhadores da cidade e do campo. Unidade criadora que se revelou no impulso de realização da Reforma Agrária, que se revela, actualmente, nas trincheiras da defesa desta conquista revolucionária que a reacção, o imperialismo e a política governamental de cedência quer a um quer a outro, põem abertamente em causa.

A Conferência de Imprensa, uma das mais frequentadas pelos órgãos de informação, (mas em que se distinguem pela sua ausência a Rádio Televisão Portuguesa, apesar de ter sido contactada três

vezes pelos Secretariados das UCPs), constitui mais uma vigorosa denúncia da política de legalidade e de inconstitucionalidade seguida em relação à Reforma Agrária e do mecanismo posto em movimento para a sua destruição. Mais uma vez, os trabalhadores provaram, baseado-se na lei e na Constituição, a ilegalidade das reservas e desanexações, a fuga do Governo ao cumprimento da lei com a paralisação das expropriações, denunciaram o corte de crédito às UCPs, autêntico atentado contra a produção, o desemprego, a sabotagem económica e a corrupção, a repressão que se abate sobre os trabalhadores, as prisões já sofridas enquanto os agrários e sabotadores gozam de liberdade e são subsidiados escandalosamente, os propósitos do MAP em comprometer a produção agrícola (para então apresentar perante a opinião pública a sua segunda

"reforma agrária" como o grande meio de salvação). Esta denúncia do ataque desencadeado contra a Reforma Agrária de que o Governo e particularmente o MAP são instrumento, tem sido por demais silenciada, por demais amordaçada. Porque se teme que a verdade dos factos chegue à opinião pública? Esta é uma das questões mais prementes dos trabalhadores das UCPs: Porque querem calar os trabalhadores?

Mas a Conferência de Imprensa convocada pelos Secretariados Distritais das UCPs e Cooperativas não se limitou à denúncia da política de direita do Governo "que não é para corrigir, mas sim para destruir a Reforma Agrária". Os trabalhadores, conscientes das suas responsabilidades perante o povo, apresentam uma alternativa construtiva: a única capaz de salvar a Reforma Agrária, ou seja a única capaz de deter a recuperação capitalista

e defender a jovem democracia. Porque não restam já dúvidas a ninguém (e muito menos a reacção que incentiva os atentados contra as UCPs) que a defesa da democracia passa pela defesa da Reforma Agrária.

O diálogo vivo que se gerou, após os representantes dos secretariados das UCPs terem lido o documento de denúncia das principais linhas de força do ataque do MAP contra a Reforma Agrária, foi um dos mais construtivos a que assistimos em conferências de Imprensa tendo por tema a Reforma Agrária. Diálogo interrompido precisamente quando os representantes das Comissões de Trabalhadores presentes (Lisnave, Metalúrgica Duarte Ferreira, Covina, C.ª Portuguesa de Transportes Marítimos, CUF, Parry and Son, e outras) informavam da sua solidariedade para com a Reforma Agrária, de como ela se tem manifestado no

concreto, por exemplo relativamente à comercialização de produtos das UCPs sistematicamente boicotada nos últimos tempos com sérias responsabilidades do Governo.

Mas as palavras ditas, as denúncias alicerçadas em factos, na Conferência de Imprensa dos Secretariados Distritais das UCPs e Cooperativas de Beja, Évora, Portalegre, Santarém e Setúbal constituem um manual de informações e esclarecimentos que, levado para as empresas intervencionadas e para as demais unidades industriais cujos representantes estiveram presentes, representará mais um impulso para o fortalecimento da unidade entre os trabalhadores da cidade e do campo, um meio da voz dos trabalhadores das UCPs não ser silenciada como pretendem as forças reacçãoárias com o aval do Governo.

PORQUE QUEREM CALAR OS TRABALHADORES?

«A Constituição da República Portuguesa consagra a liberdade de expressão e de informação (Art.º 37.) e determina que as organizações dos trabalhadores têm direito a tempo de antena (Art.º 40.). ao mesmo tempo que estabelece que «estes direitos, liberdade e garantias são directamente aplicáveis e vinculam as entidades públicas e privadas» (Art.º 18.) e nós perguntamos:

— Há quanto tempo não aparecem na TV e na Rádio as organizações dos trabalhadores? O que pretende o Governo e o Ministério dos senhores Barreto e Portas ao insultar os trabalhadores agrícolas ao mesmo tempo que lhes é negado o direito constitucional de resposta na TV e na Rádio? Porque querem calar os trabalhadores?

Como exemplo desta tentativa em sufocar a voz dos trabalhadores perante todo o País, os secretariados distritais das UCPs e Cooperativas, na Conferência de Imprensa informaram que, quando das difamações e falsidades proferidas pelo ministro Barreto na TV e Rádio, a 8/12/76, o sindicato reclamou a estes órgãos de informação o direito de resposta. A Televisão nem sequer respondeu e a Radiodifusão Portuguesa (ex-Emissora Nacional) não considerou o direito de resposta «visto as suas

condições na Rádio não estarem ainda devidamente regulamentadas». Este um dos pretextos de violação escandalosa da Constituição da República Portuguesa.

Perante isto os trabalhadores concluem: «O que se está a passar leva a crer que as informações sobre a Reforma Agrária que chegam aos órgãos do Poder e à opinião pública são deturpadas e mentirosas, são informações fornecidas pelos canais dos agrários sabotadores e pelas organizações da reacção (CAP, CDS e PPD).

Temos feito com insistência convites aos órgãos do Poder para irem ou mandarem delegações à zona da Reforma Agrária, às UCPs e Cooperativas Agrícolas e, hoje, aqui, publicamente, renovamos os convites.

As últimas manifestações: em Beja, dia 19/2, com 30.000 pessoas; em Évora, dia 26/2 com 45.000 pessoas; em Santarém, no mesmo dia, com 4.000; em Portalegre, dia 5/3 com 20.000; em Campo Maior, dia 19/3, com 3000 e em Grândola, no mesmo dia, com 30.000 pessoas, são demonstrações de que, não obstante a política de direita, de desinformação e mordaxa do Governo, um número cada vez maior de pessoas está disposta a lutar pela Reforma Agrária.

Já as eleições para as autarquias, na zona da Reforma Agrária, demonstraram que

a Reforma Agrária, tal como foi e é entendida e praticada pelos trabalhadores dos campos é, igualmente, a compreendida e desejada pelos trabalhadores dos outros sectores, pelos pequenos industriais e comerciantes que sentiram o começo de desenvolvimento que a Reforma Agrária trouxe.»

E para travar esta compreensão e desejo dos trabalhadores de outros sectores na consolidação da Reforma Agrária que se pretende calar os trabalhadores. E porque o esclarecimento correcto do que se passa na Reforma Agrária não poderia deixar de suscitar um movimento ainda maior de solidariedade e consciencializar largas massas da população de que a realização da Reforma Agrária corresponde aos seus interesses que se pretende calar os trabalhadores.

Contra esta muralha de silêncio, contra este boicote podemos opor-se os trabalhadores dos outros sectores de actividade, os operários da indústria, os empregados, os estudantes, os intelectuais, as donas de casa, os reformados. Fazendo de cada local onde trabalham e onde vivem, fazendo de cada local onde passam, uma tribuna de esclarecimento e de informação sobre a situação real na zona da Reforma Agrária tão vergonhosamente deturpada pela demagogia do ministro Barreto e de outros sectores.

OS TRABALHADORES PROPÕEM UMA ALTERNATIVA CONSTRUTIVA

Na conferência de Imprensa os trabalhadores apresentaram a única alternativa construtiva «para se defender e continuar a Reforma Agrária, acabar com o desemprego, aumentar a produção, defender a economia e a independência nacional:

«1 — Propõem ao Governo que acabe a ofensiva anticonstitucional contra a Reforma Agrária. Que a GNR recolha aos quartéis. Quem em lugar da política repressiva e destrutiva se faça uma política que respeite a Lei da Reforma Agrária e a Constituição. Que se inicie o diálogo franco e construtivo entre o Governo e os

trabalhadores, através das Comissões Directivas, dos Secretariados das UCPs e Cooperativas Agrícolas e dos Sindicatos.

«2 — Que os trabalhadores estejam dispostos a cumprir a Lei e a lutar pelo cumprimento da Lei e da Constituição.

«3 — Que sejam devolvidas às UCPs e Cooperativas Agrícolas as terras que lhe foram ilegalmente tiradas para o pretexto de «reservas» quer de «desanexações».

«4 — Que se impeça na Assembleia da República qualquer nova tentativa de reacção (CDS e PPD) para alterar a Lei da Reforma Agrária.

nomeadamente no respeitante ao aumento de pontuação. Isso significaria uma autêntica traição nacional e acabaria com a Reforma Agrária, tal como pretende a CAP.

«5 — Que acabem as entregas de reservas e desanexações ilegais. Que recomencem as expropriações dos 500 000 hectares na posse dos agrários e que esta terra seja entregue aos rurais, aos pequenos proprietários, reóndeiros e seareiros.

«6 — Que as terras abandonadas e incultas sejam entregues a quem as trabalhe (artigo 87.º da Constituição).

«7 — Que os grandes agrários sabotadores sejam punidos como manda o artigo 88.º da Constituição.

«8 — Que seja assegurado crédito e assistência técnica, em condições vantajosas às UCP, Cooperativas e Pequenos e Médios Agricultores.

«9 — Que os 20 milhões de contos e os subsídios que o Governo, cedendo à direita e ao imperialismo, está entregando aos agrários sabotadores, sejam utilizados na criação de novos

postos de trabalho e no aumento da produção, através da construção de barragens, albufeiras e canais de irrigação; de estábulos, armazéns e silos; na compra de máquinas e alfaias agrícolas; no subsídio a culturas agrícolas e na reconversão de zonas agrícolas bem como construção de unidades industriais de transformação e aproveitamento dos produtos agrícolas e para a agricultura.

«10 — Que se cumpra o espírito e a letra da Lei e da Constituição, nomeadamente o Artigo 96.º da Constituição que considera a Reforma Agrária instrumento fundamental para a construção da sociedade socialista; e o artigo 104.º que assegura a participação dos trabalhadores na definição e execução da Reforma Agrária.

«11 — Que acabe a intrusão do Governo na vida interna das UCPs e Cooperativas Agrícolas. Que se respeite a sua autonomia,

como manda o n.º 3 do artigo 84.º da Constituição.

«12 — Que nos seja facultada a possibilidade (através das nossas organizações) do acesso aos órgãos de Informação — TV, rádio e jornais estatizados — conforme dispõem os artigos 37.º e 40.º da Constituição.

«Se esta proposta construtiva, de harmonia com a Lei e a Constituição, for aceite pelo Governo, nós trabalhadores responsabilizamo-nos pelo desenvolvimento da Reforma Agrária, pelo aumento da produção e da produtividade, pela criação de novos postos de trabalho, pela contribuição do sector agrícola na zona da reforma Agrária para o revigoramento da economia nacional.

O povo português, os militares patriotas, os órgãos do poder, que julguem na base dos factos e da realidade e que cada um assumam a responsabilidade que lhe compete.

Não assumiremos a nossa, em qualquer circunstância. A história nos julgará a todos....»

A SABOTAGEM O DESEMPREGO E A CORRUPÇÃO

Segundo a legislação relativa à Reforma Agrária, os proprietários ou outros reservatários terão de cultivar as reservas recebidas sob pena destas serem arrendadas, com direito preferencial, às UCPs e Cooperativas. Tal como sucede com as reservas e as expropriações, também este preceito legal é pura e simplesmente ignorado pelo MAP. O Governo consente na sabotagem económica, na corrupção, é responsável pelo desemprego nos campos quer pela sua acção directa quer pelas acções dos agrários às quais fecha alegremente os olhos. Tudo isto com o objectivo confessado de destruir as UCPs.

Na conferência de Imprensa, esta foi mais uma denúncia dos trabalhadores das UCPs.

«A não expropriação dos 500 mil hectares e entrega legal e repressiva de terras, gados, máquinas e dinheiro a toda a gama de grandes agrários sabotadores, de aventureiros especuladores, arrendatários e até a mortos, arrendatários e inventados pelos CRA são razões fundamentais do aumento do desemprego na zona da Reforma Agrária.

Sobretudo nos concelhos onde falta expropriar milhares de hectares (Nisa, Elvas, Almodôvar, Mértola, Alandroal, Estremoz, Viana, etc) ou outros, como Coruche, onde estão cerca de 10 000 hectares já nacionalizados, ainda nas mãos dos agrários, existem hoje milhares de trabalhadores desempregados. E marcam as reservas nas UCP atirando trabalhadores para o desemprego.

Praticamente não ser nas UCP e Cooperativas não se encontra trabalho.

As comissões distritais que lutavam contra o desemprego, colocavam trabalhadores e evitavam muitas sabotagens foram extintas pelo Governo.

O MAP proibiu o pagamento, cortando o crédito, a novos trabalhadores que as UCP e Cooperativas precisam de admitir.

Os grandes agrários praticam de novo a sabotagem económica, dum forma organizada, para desestabilizar. Despedem pessoal e não cumprem a regulamentação do trabalho rural.

Não cultivam as terras; vendem e mandam abater bons reprodutores; deixam estragar a azeitona e certas culturas. Assim tem acontecido (entre muitas outras) nas seguintes herdades devolvidas aos agrários pelo Governo.

• Herdade dos Currais: tirada à UCP Unidade de S. Manços, Évora, entregue ao agrário Inácio Murteira. Não foi semeada e está abandonada.

• Herdade do Arralvo: tirada à UCP 6 de Agosto, Arralvo, 185 ha, 32 500 pontos. Não está semeada. O rebanho manual

Cairo Mira deixou estragar a azeitona.

• Herdade dos Matraques: tirada à UCP Catarina Eufémia, Portel, 249 ha e 24 800 pontos, entregues ao rebanho João António. Não está semeada. Deixou estragar a azeitona.

• Herdade Alto da Ferradura: tirada à UCP É Difícil Mas é Nossa, Sobral da Adiga, Moura, e entregue ao proprietário Lourenço M. Morgado. Não apanhou a azeitona. Não está semeada. Este agrário explora 81 000 pontos!

• Herdade Santa Justa: tirada à força das armas à UCP Margem Esquerda, Serpa, e entregue ao agrário fascista João Palma Cano. Na prática não semeou nada.

• Herdade da Ribeira: tirada à UCP 16 de Dezembro, concelho de Cuba, pela força das armas. Tem 85 000 pontos e foi entregue ao rebanho inglês Filimor. Não tem praticamente nada semeado. Este senhor comprou há pouco quintas no valor de 500 contos. A reserva é ilegal. Tinha as terras abandonadas e tem bastantes terras suas.

• Herdade da Pereira: tirada à UCP 21 de Fevereiro, Bonevilla, e entregue ao agrário Inácio Ramelho, que explora mais de 50 000 pontos. Está abandonada. Não apanhou a azeitona.

• Herdade de Torre: tirada à UCP Unidade, Ervedal Aviz, e entregue ao agrário Bagina. Está praticamente abandonada.

• Casa Prudêncio da Silva Santos, Filhos, concelho de Almeirim, Santarém. Tem 2 136,3 hectares e 1 053 167, 5 670 pontos — mais de um milhão de pontos! Tudo por expropriar. Foram despedidos 18 homens e 14 mulheres com a participação do Governador Civil dos Técnicos do CRA e do Ministério do Trabalho. Ficou a dever parte dos salários.

• Amadeu Peixoto de Meneses, concelho da Chamusca, deve mais de 230 contos de salários a trabalhadores permanentes, que tentou despedir.

• Dr. João Neves Duque, filho do ex-ministro fascista da economia, Rafael Duque. Deve mais de 100 contos de salários e recusa participar nas negociações.

• O próprio CRA de Évora, da responsabilidade do Sr. Portas, participa no «escândalo de cortiça» da Coop. da Boa Esperança, do Lavre, que envolve milhares de contos.

• O próprio PORTAS, que finge preocupar-se com o gasóleo gasto com a deslocação dos trabalhadores, é co-responsável por uma dívida de 250 contos, ao Banco Espírito Santo, incluída já em PAGADORES DUVIDOSOS.

Esta é a realidade. Esta é a corrupção, a sabotagem económica e o desemprego provocado sem que o Governo se resolva a praticar uma política realista e em defesa dos interesses do povo trabalhador.

MAP PREPARA NOVA CEDÊNCIA ÀS FORÇAS DE DIREITA

Em entrevista concedida ao «Comércio do Porto» o ministro Barreto anuncia que «as questões de pontuação e da lei do arrendamento rural serão revistas nas novas bases gerais da Reforma Agrária, a analisar esta semana em Conselho de Ministros, e que serão submetidas a uma ampla discussão nacional».

Os trabalhadores, que desde há muito não embocam em demagogias, exigem saber qual a noção de amplitude de discussão nacional e como será garantida a sua participação, através das suas organizações, nessa mesma discussão.

Não só toda a política passada e presente do MAP e do actual Governo contra a Reforma Agrária como as afirmações do senhor Barreto ao «Comércio do Porto» levam os trabalhadores a temer que tal discussão nacional não passe de mais uma das muitas manipulações em que a equipa do MAP se tem revelado mestra.

Na realidade, se as bases gerais vão ser discutidas nacionalmente, como se compreende que o ministro Barreto seja tão categorico: «Vai-se tocar na pontuação — diz o responsável do MAP — procurando dar oportunidade à produção» (entenda-se à produção dos latifundiários resuscitados pelo senhor ministro Barreto). Certeza de uma vitória na manga assegurada pelo estreitamento de tal «ampla discussão nacional?»

Com as suas palavras o ministro Barreto parece não querer deixar dúvidas à CAP, à CIP, ao CDS, ao PPD e a todas as forças reacçãoárias sobre a satisfação de uma das suas profundas reivindicações. Deste modo, o projecto de alteração à Lei da Reforma Agrária apresentado pelo CDS à Assembleia da República e nela derrotado, sai vitorioso por obra do senhor Ministro Barreto. Como diria, pois, certa imprensa «estão de parabéns os latifundiários e seus amigos».

ENCANTO «PROVEITOSO»

As declarações do senhor ministro Barreto ao «Comércio do Porto» são, aliás, uma resposta às preocupações de diversas associações de agricultores que no passado dia 21 se avistaram com o responsável do MAP no que foi classificado como um encontro «proveitoso», «uma troca de impressões úteis» através de um diálogo aberto», ao qual assistiu o senhor Portas, Secretário de Estado da Estruturação Agrária. Nesse encontro as associações de agricultores manifestaram a «grande instabilidade entre os agricultores relativamente à actual

Lei da Reforma Agrária, e essa preocupação avoluma-se à medida que as condições económicas das empresas agrícolas do sector privado vão sendo piores».

Eram apenas inocentes associações de agricultores: a Associação Nacional dos Criadores de Frangos (Ancri), a Associação Livre dos Produtores Nacionais de Ovos (Anopo), a Associação de Produtores de Suínos (APS) e a Associação dos Produtores Agrícolas de Rio Maior. Eram associações inocentes de agricultores que, no dia a seguir, dia 22, se reuniram na Confederação Geral dos Agricultores de Portugal (CAP) em Lisboa para dar conta do seu «proveitoso» encontro no MAP...

Perante mais esta cedência às forças de direita, perante esta manobra inserida na política de destruição da Reforma Agrária, os trabalhadores estão dispostos a exigir que em torno de qualquer alteração à Lei da Reforma Agrária se efectue, na realidade, uma ampla discussão nacional, em que as suas organizações de classe, os secretariados das UCP e Cooperativas, as forças democráticas tenham garantida a participação.

A verificar-se tal, e com todas as garantias, aliás consignadas na Constituição e violadas na prática a cada momento, da discussão nacional sobre a Reforma Agrária só poderá resultar a condenação pelo Povo trabalhador não só relativamente a alterações do momento mas a toda a política de recuperação latifundiária do MAP.

ELEITOS OS NOVOS CORPOS GERENTES DA «PORTUGAL-URSS»

No passado dia 26, efectuou-se a Assembleia Geral da Associação Portugal-URSS, no decorrer da qual foram aprovados o Relatório e Contas da anterior gerência e uma proposta de alteração dos Estatutos.

Durante a sessão foram também eleitos os corpos gerentes para o próximo triénio. De salientar que das decisões tomadas nesta assembleia merece particular relevo a criação de um novo órgão directivo — o Conselho de Presidência, encabeçado pelo Prof. Henrique de Barros. Deste órgão directivo fazem parte, entre outros, Maria Lamas, Fernando Lopes Graça, o presidente da Academia das Ciências, prof. Jacinto Prado Coelho, o reitor da Universidade de Lisboa, prof. Barahona Fernandes, o dr. Alvaro Salema, Francisco Miguel, Armando de Castro, João de Freitas Branco, José Gomes Ferreira, Rogério Ribeiro, Urbano Tavares Rodrigues, Victor de Sá, Mário Ruivo, o prof. Vasco Magalhães Vilhena, o prof. Orlando de Carvalho, o dr. Francisco Bruto da Costa, conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça, Joaquim Namorado, Maria Velho da Costa e Aveleãs Nunes.

Da Assembleia Geral, presidida pelo prof. Óscar Lopes, fazem parte os drs. Luis Francisco Rebelo, César Abel e Alberto Viegas.

Gomes, integra os nomes dos drs. Luis de Albuquerque, Joaquim Seabra Dinis, Almeida Carrapato, António Borges Coelho e de Armando Myre Dires e António Pais Duarte (vices-presidentes) e ainda Adelaide Viegas, Maria Alzira Seixo, Américo Costa Pereira, Aurora Murteira, Blasco Hugo Fernandes, Carlos Abolim Inglês, Dulce Rebelo, Francisco Galacho e Francisco Oliveira Martins (vogais).

O Conselho Fiscal, presidido pelo dr. Levy Baptista, é constituído por Manuel Alberto Valente, Alice Sena Lopes, coronel Cadima e Manuel Ribeiro da Silva.

Segundo os estatutos, o Conselho de Presidência terá como principal missão «aconselhar os corpos gerentes na prossecução dos seus objectivos: estabelecer e incentivar entre o povo português e os povos da União Soviética a amizade, o conhecimento mútuo e o intercâmbio cultural, social e científico, no interesse da cooperação e da paz». Num comunicado enviado à Imprensa, a Associação Portugal-URSS refere que «como se poderá verificar pela lista dos corpos gerentes agora eleitos acentuou-se e alargou-se o carácter unitário e representativo das estruturas dirigentes desta Associação, o que corresponde ao aumento quantitativo do seu núcleo de sócios, que ultrapassa hoje os 10 mil em todo o território nacional».



HOMENAGEM A MÁRIO SACRAMENTO

Passaram no passado dia 27 oito anos sobre a morte do camarada Mário Sacramento, destacada figura de democrata e antifascista, militante comunista de saudosa memória. Assinalando a data, um grupo de progressistas de várias tendências promoveu, em Aveiro, diversas cerimónias,

que decorreram sob o signo só a unidade pode vencer a opressão.

Depois de uma romagem à campa de Mário Sacramento, com concentração junto à porta do cemitério, e onde o camarada José Bernardino, membro do CC do PCP, proferiu uma breve allocução,

realizou-se uma sessão no Clube dos Galitos. A reunião foi presidida por João Sarabando, tendo Vasco Branco, Orlando de Carvalho e Urbano Tavares Rodrigues evocado a memória do amigo e companheiro de luta contra o fascismo.

CÂMARA DE LISBOA COMEMORA ANIVERSÁRIO DA CONSTITUIÇÃO

A Câmara Municipal de Lisboa, reunida em sessão pública na passada segunda-feira, deliberou associar-se às comemorações do 1.º aniversário da promulgação da Constituição que no próximo sábado se realizará por todo o país.

Os treze vereadores presentes apoiaram uma moção onde se recorda o preâmbulo da Constituição que, entre outras coisas, afirma a decisão do Povo português de defender a independência nacional, de garantir os direitos fundamentais dos cidadãos, de estabelecer os princípios basilares da democracia, de assegurar o primado do Estado de Direito democrático e de abrir caminho para uma sociedade socialista, no respeito da vontade do Povo português, tendo em vista a construção de um país mais livre, mais justo e mais fraterno.

Regojizando-se com a passagem deste 1.º aniversário, a CML manifesta a sua confiança na capacidade do Povo português para levar a cabo o projecto de vida que a Constituição consubstancia e convida o povo da capital a festejar condignamente esta data histórica na vida da nossa Pátria. De salientar que os representantes do PSD se abstiveram aquando da votação deste convite à população de Lisboa.

Já no período da ordem do dia foram aprovadas por unanimidade diversas propostas respeitantes, nomeadamente, à questão da fixação de rendas nas habitações municipais; à criação de quatro novos lugares de guardas florestais no parque de Monsanto; a uma postura sobre fiscalização de produtos alimentares de origem animal. Também aprovado, mas apenas na generalidade, um edital regulador da venda ambulante no concelho.

Este último aspecto — a venda ambulante — foi aliás tema de uma ardente e extremamente longa intervenção do vereador Pedro Feist, do CDS, a que não faltou, para além do ataque cerrado aos vendedores ambulantes, a já tradicional referência ao «gonçalvismo» (que segundo o orador teria permitido a instalação da libertinagem neste sector) e uma outra referência (grave) aos «retornados do

Ultrapar Português» que teriam optado por este tipo de «negócio».

A intervenção posterior de Silva Graça, representante da FEPU, chamando a atenção para o tipo de linguagem anticonstitucional que fora utilizada durante aquela longa explanação viria a provocar um pedido de desculpa (a meia voz) do orador centrista, que por acaso é também o presidente da União dos Comerciantes do Distrito de Lisboa.

O facto do vereador Pedro Feist não ter apresentado qualquer proposta de alternativa para o caso dos vendedores ambulantes viria a ser referido pelo presidente da Câmara, eng.º Aquilino Ribeiro, que não deixou de sublinhar o facto de a ocupação pública representar a ocupação da população e prestar serviços úteis aos consumidores.

A questão da venda ambulante voltará a ser discutida na próxima reunião da Câmara, na segunda-feira, devendo o CDS apresentar uma proposta de alteração ao regulamento já aprovado na generalidade.

O facto do vereador Pedro Feist não ter apresentado qualquer proposta de alternativa para o caso dos vendedores ambulantes viria a ser referido pelo presidente da Câmara, eng.º Aquilino Ribeiro, que não deixou de sublinhar o facto de a ocupação pública representar a ocupação da população e prestar serviços úteis aos consumidores.

A questão da venda ambulante voltará a ser discutida na próxima reunião da Câmara, na segunda-feira, devendo o CDS apresentar uma proposta de alteração ao regulamento já aprovado na generalidade.

Os participantes no Encontro manifestaram também, unanimemente, a sua apreensão pela ausência de legislação relativa às atribuições e competências das autarquias locais e à reforma das finanças locais, decidindo exigir do Governo e da Assembleia da República a publicação urgente das leis que garantam o funcionamento colateral das Câmaras e Juntas de Freguesia, o carácter deliberativo das Assembleias Municipais e de Freguesia e a real autonomia financeira por forma a garantir uma eficaz descentralização administrativa.

SAUDAR O POVO É QUE NÃO...

O núcleo do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Lisboa, que detem a maioria absoluta dos lugares, considerou «inoporuno» aprovar uma moção apresentada pela FEPU para saudar o povo de Lisboa pela passagem, no próximo sábado, do 1.º aniversário da promulgação da Constituição Portuguesa.

O mesmo núcleo do PS, que afirmou encerrar com «muitas reservas» a saudação à população, fez aprovar na mesma reunião uma moção de regozijo pela passagem do aniversário da promulgação da Constituição Portuguesa.

Sem comentários!

FEPU comemora o dia 2 de Abril

Fazer do dia 2 de Abril uma jornada de unidade e luta contra a reacção e o fascismo, de esclarecimento sobre o texto constitucional, de debate alargado sobre as grandes opções que foram consagradas na Constituição, tal g do apelo que a Frente Eleitoral Povo Unido lança a todas as organizações populares, Comissões de Moradores, Colectividades de Cultura Popular e Recreio,

O Encontro decidiu ainda manifestar a sua total solidariedade para com os democratas que nos concelhos ainda dominados pelo caciquismo reacçãoário, levam a cabo a difícil tarefa de lutarem pelas liberdades e por uma vida mais justa e feliz para os seus habitantes, e exigir do Governo e das autoridades competentes medidas exemplares contra as actividades fascistas, atentatórias da Constituição e das mais elementares normas de convivência humana.

INTERNACIONAL

Europa dos monopólios NÃO HÁ REMENDO QUE VALHA

A Europa capitalista industrializada, a vangloriosa Europa do Mercado Comum, tem as estruturas políticas a ruir, de apodrecidas. Governos caem, ou mal se aguentam, com apelos de ocasião ou lançando remendos apressados.

Não podia ser de outro modo. A persistente e gravíssima crise económica, o poderoso ascenso da luta popular, arrasta para a beira do precipício os governos burgueses, revela a uma luz crua a sua total incapacidade para resolver qualquer dos problemas básicos com que se debate a sociedade capitalista.

A Europa "livre" tem cerradas as portas do futuro. Ontem as suas calúnias e ataques contra o socialismo eram ofensivas. Hoje, ainda que por vezes mais insistentes, são ridículas.

A demissão do governo francês surge como um caso típico e por demais elucidativo. A "maioria" no poder, ao serviço do capital, já não é maioria. A rigor, e em nome da liberdade tão proclamada por aqueles que mais lhe são avessos, o regime actualmente existente em França, já não teria razão de existir, porque contra ele se ergue o voto popular. A vitória da esquerda unida não pode deixar dúvidas a ninguém. Não se deixou tão pouco a Giscard d'Estaing, que se esforça, com a actual remodelação governamental, por retocar de fresco o rosto decrépito do regime vigente. Giscard falou da necessidade da pretensa maioria levar uma "mensagem de progresso, justiça e liberdade ao país". Não é o capitalismo em crise, com as taxas crescentes de inflação e desemprego, e a taxa decrescente de desenvolvimento económico, que conseguirá alguma vez dar corpo a essa mensagem. Trava-se em França uma batalha renhida, que tenderá a agudizar-se para o próximo ano, que abre amplas perspectivas à esquerda, mas exige também delas, mais do que nunca, uma política justa, firme nos princípios, coerente na prática.

França é, de certa maneira, a própria imagem do capitalismo europeu. A crise lavra por toda a Europa dos monopólios.

Na Alemanha surgem irresistivelmente à luz do dia, neste ou naquele momento, as lutas internas entre as várias facções defensoras dos interesses da burguesia. Ganham corpo e avolumam-se os métodos repressivos, as inqualificáveis interdições de trabalho daqueles que mais consequentemente defendem os interesses populares.

Na Itália, o governo minoritário democrata-cristão tenta sobreviver no Parlamento, enquanto um milhão e meio de trabalhadores paralisa a capital.

O governo holandês demite-se no meio de uma controvérsia em que estão em causa as compensações a ser pagas aos proprietários dos terrenos adquiridos para planeamento ao abrigo de ordens de compra compulsivas.

A ala direita do Partido Trabalhista da Grã-Bretanha alia-se aos liberais para evitar a queda iminente do governo.

Há quem continue a apresentar a decadente Europa dos monopólios como um ideal. Em nome da liberdade, da democracia. Até em nome do socialismo. Mesmo hoje, quando já não são só convulsões de fundo que a agitam e lhe minam os alicerces, mas é à própria superfície, aos olhos de todos, que se abrem as fissuras, que se alargam as brechas.

Que o futuro não está ali, em regimes em decomposição, mete-se pelos olhos de quem quera ver. Nos países da CE, mais do que um mundo novo, alheio e oposto aos móveis do Mercado Comum. O sr. Mário Soares, de mão estendida por essa Europa, e pelos Estados Unidos, bate à porta de moribundos.

Andamos por caminhos desencontrados. O sr. primeiro-ministro solicita "favores" aos governos dos monopólios em decomposição. O povo português não está com esses governos. Está com os povos do mundo que se batem contra eles. Está com o futuro de que lhe querem, em vão, fechar as portas.

Há 13 anos, no Brasil DIREITA E CIA DE BRAÇO DADO

A 31 de Março de 1964, nas vésperas do golpe reaccionário que haveria de impor uma ditadura fascista ao povo brasileiro, um porta-aviões, seis destróiers, um navio para transporte de helicópteros e quatro petroleiros, seis aviões de carga, oito de abastecimentos, um de comunicações, oito caças e um posto de comando aerotransportado, tudo das Forças Armadas norte-americanas, estavam ao largo da costa brasileira. Uma operação destinada a «marcar a presença dos Estados Unidos» no litoral brasileiro, nos dias em que se decidia o destino imediato do país.

A operação Brother Sam, nome de código da movimentação militar de intimidação e mesmo de intervenção directa, se as forças da reacção brasileira embarrassem com mais acendadas dificuldades na consumação dos seus objectivos, foi gradualmente desmobilizada a partir do dia dois de Abril. O que em nada altera os factos. Forças Armadas americanas estiveram lá, para participação eventual num golpe fascista, no qual, aliás, tinham partilhado os trabalhos preparatórios juntamente com a reacção nacional.

Os propagandistas fascistas e os seus pasquins têm especial predilecção por acusar as forças progressistas, e em particular os comunistas, de serem elemento de ingerência de outros países — os países socialistas — nos problemas internos da sua própria pátria. Mas a elucidativa verdade dos factos demonstra coisa bem diferente e o Brasil é disso um bom exemplo. Como os dramáticos acontecimentos do Chile, ou as tentativas baldadas da reacção em Benin.

As tropas norte-americanas não chegaram a pisar em ostensiva invasão território brasileiro, mas nem por isso deixou de ser grande o peso dos Estados Unidos nos acontecimentos.

Meses antes, Washington pedia para os serviços da Embaixada e da CIA: «Informem directamente a Washington e repitam para a embaixada todos os desenvolvimentos significativos em relação à resistência militar ou política ao regime de Goulart. Todos os postos devem manter um alerta de 24 horas para estes acontecimentos».

As estreitas ligações entre a CIA e os serviços da Embaixada dos Estados Unidos com os conspiradores são evidentes. Havia intensa troca de informação e mútuo apoio no que respecta a espionagem. O empenhamento pessoal do embaixador não constitui segredo. Os despachos e análises de Lincoln Gordon, então embaixador dos Estados Unidos no Brasil, serviam, no plano militar, para orientar a frota deslocada para a costa brasileira, no plano político, para determinar a realização de uma reunião interministerial, no dia 1 de Abril, em Washington, para preparar o programa de emergência para ajuda económica ao novo governo. A 4 de Março, Gordon defende o fornecimento de armas e equipamentos militares aos conspiradores de direita no Brasil.

Não poderíamos com todo isto concluir que o golpe fascista do Brasil dependeu em exclusivo da acção do imperialismo americano. Tal não é possível sem apoios internos, sem que a resistência popular não esteja à altura de enfrentar os problemas do momento. Como referem análises do Partido irmão do Brasil sobre os acontecimentos de então, a derrota das forças da esquerda foi possível, porque tentativas de radicalização da luta, não correspondendo à análise real das forças, atrairam para os braços da direita gente que de outra forma não se integraria em tais fileiras, levaram ao enfraquecimento do bloco anti-imperialista, ao isolamento do Partido. Só assim foi possível a vitória da direita em 64.

O que não retira a importância do apoio de Washington às forças de direita. É deveras significativo, a esse respeito, ter sido o golpe militar de 64 no Brasil o primeiro de uma série de outros golpes militares e fascistas na América Latina, apoiados pelo imperialismo americano, e que se abatem sucessivamente sobre a Bolívia, sobre o Uruguai e sobre o Chile. O recurso ao terror fascista demonstra, simplesmente, que o movimento das massas populares era já demasiado forte para que fosse possível dominá-lo no quadro de uma «democracia» burguesa mas ainda fraco para tomar ou garantir o poder.

Em 64, no Brasil, ficou uma vez mais demonstrado o papel da CIA em movimentações reaccionárias. Agindo a nível semiclandestino, em directa ligação com organizações e agentes da direita nacional. Mas com o apoio e cobertura da própria embaixada. Ou sob a sua direcção.

Ficou mais uma vez demonstrado que o imperialismo não tem escrúpulos na escolha das armas a empregar. Que vão do apoio militar directo à pressão política, à compra de apoios, à chantagem económica.

Ficou mais uma vez demonstrado qual o conteúdo político dos «auxílios económicos».

BREJNEV NO CONGRESSO DOS SINDICATOS SOVIÉTICOS

Realizou-se o 16.º Congresso dos Sindicatos Soviéticos. Congresso duplamente importante. Porque reunião magna de todos os trabalhadores num país socialista, num país onde o poder está na mão desses mesmos trabalhadores. Porque reunião magna dos trabalhadores do país que encabeça o sistema socialista e onde já hoje se abrem as portas da sociedade comunista.

Como destacou o camarada L. I. Brejnev, no discurso então pronunciado, no Congresso estiveram representados «em toda a sua diversidade e plenitude todos os grupos sociais básicos, todas as forças construtivas e criadoras da sociedade soviética. Tão representativo carácter do Congresso é uma viva manifestação da democracia, da nossa democracia socialista, bem enraizada na vida do povo».

Demonstração e parte integrante da democracia socialista, o Congresso dos Sindicatos Soviéticos terá peso destacado na vida interna da URSS. Tê-lo-á também na vida internacional.

Fazemos em seguida uma reprodução parcial das palavras pronunciadas por Brejnev da tribuna do Congresso, destacando em particular a parte respeitante aos problemas internacionais. Quando é ao campo socialista, aos partidos comunistas, às forças progressistas, que cabe a iniciativa no campo mundial, o que é dito, para ser feito, o que é analisado na sala do Congresso dos Sindicatos da URSS, diz respeito a todos nós, a todos os trabalhadores. Diz também respeito ao povo português.

Escola de Governo, escola de administração, escola de comunismo

Podemos afirmar com plena satisfação que os sindicatos do nosso país, desde os primeiros dias da sua existência, têm estado ao lado do Partido. Ao definir o lugar e o papel dos sindicatos na sociedade socialista, V. I. Lenine qualificou-os de escola de governo, escola de administração, escola de comunismo. Nas condições do socialismo desenvolvido, estarão esgotadas estas direcções de trabalho dos sindicatos? Não, não estão esgotadas, pelo contrário, a adquirir um maior significado, revelam-se em toda a sua plenitude.

Os sindicatos soviéticos sempre foram e continuam a ser uma escola de governo. Tanto mais que — isso tem uma importância de princípio — que são uma escola de massas, uma escola onde dezenas de milhões de pessoas aprendem a dirigir a produção, o Estado, a Sociedade.

Os sindicatos soviéticos sempre foram, e continuam a ser, uma escola de administração. Mais — isso também tem uma importância de princípio — uma escola de administração socialista. Na nossa sociedade, a produção não se contrapõe ao trabalhador. A preocupação pelo desenvolvimento da economia nacional, pela elevação da produção e a preocupação pelos direitos e interesses dos trabalhadores, pelas suas condições de vida e de descanso, esta a tarefa dupla e única dos sindicatos. Dupla e única simultaneamente, porque o aumento e melhoria qualitativa da economia é o caminho directo e seguro para o melhoramento das condições de vida do trabalhador e de todos os cidadãos.

Os sindicatos soviéticos sempre foram e continuam a ser uma escola de comunismo. Nesta escola se aprende a viver e a trabalhar à maneira comunista, nesta escola se forma a nova fisionomia espiritual do trabalhador. Nesta escola se educam as elevadas qualidades dos trabalhadores internacionalistas, inculca-se-lhes a fidelidade a grande causa: «Proletários de todos os países, uni-vos!».

Na nossa política externa, nós e os nossos aliados seguimos firmemente o curso leninista da paz. Os países socialistas, desenvolvendo e aprofundando a cooperação com os países que se libertaram da opressão colonial, cooperando, onde tal é possível, com os círculos sensatos dos Estados burgueses, promovendo iniciativas concretas, destinadas a melhorar o clima político no mundo. Isto precisamente, foi proposto pelos signatários do tratado de Varsóvia no período de sessões do seu Comité Consultivo Político, em Novembro do ano passado.

Entretanto, no mundo capitalista ainda existem círculos políticos influentes interessados em que não prossiga o construtivo diálogo internacional. As forças reaccionárias do velho mundo não querem de forma alguma conformar-se com o crescimento e consolidação do mundo novo.

Por exemplo, não querem de modo algum estar de acordo com a política livre e independente nem com o desenvolvimento progressista dos Estados da Ásia e África que se libertaram do jugo colonial. São disso exemplos recentes a ingerência dos países da NATO no conflito bélico interno do Zaire e uma nova campanha caluniosa contra a República Popular de Angola. Demonstram também os criminosos assassinatos de que foram vítimas destacadas personalidades da luta de libertação nacional: Marien Ngouabi, presidente da República Popular do Congo, e Kamal Jumblatt, presidente do Partido Socialista Progressista do Líbano. Os soviéticos condenam severamente estes assassinatos.

Entretanto, o mundo capitalista ainda existem círculos políticos influentes interessados em que não prossiga o construtivo diálogo internacional. As forças reaccionárias do velho mundo não querem de forma alguma conformar-se com o crescimento e consolidação do mundo novo.

Por exemplo, não querem de modo algum estar de acordo com a política livre e independente nem com o desenvolvimento progressista dos Estados da Ásia e África que se libertaram do jugo colonial. São disso exemplos recentes a ingerência dos países da NATO no conflito bélico interno do Zaire e uma nova campanha caluniosa contra a República Popular de Angola. Demonstram também os criminosos assassinatos de que foram vítimas destacadas personalidades da luta de libertação nacional: Marien Ngouabi, presidente da República Popular do Congo, e Kamal Jumblatt, presidente do Partido Socialista Progressista do Líbano. Os soviéticos condenam severamente estes assassinatos.

Consideramos indiscutível que os documentos referentes à paz devem estipular a retirada das tropas israelitas de todos os territórios árabes ocupados em 1967. Esta retirada poderia ser efectuada não de uma só vez, mas por etapas, no decurso, por exemplo, de vários meses, em prazos rigorosamente estabelecidos. Devem determinar-se com precisão as linhas correspondentes de fronteira entre Israel e os seus vizinhos árabes participantes no conflito. Estas fronteiras devem ser declaradas como definitivas e invioláveis.

Partimos do princípio de que, desde o momento em que se finaliza a evacuação das tropas israelitas cessará o estado de guerra entre Israel e os Estados árabes participantes no conflito. Todas as partes se comprometerão, então, a respeitar reciprocamente a soberania, a integridade territorial, a inviolabilidade e a independência política de cada uma e a resolver por meios pacíficos os litígios internacionais.

Médio Oriente — O caminho necessário da paz

O Médio Oriente é outra região que continua a centrar a nossa atenção. Nas últimas semanas tem-se notado ali um notável aumento da actividade diplomática. No conjunto, torna-se cada vez mais palpável a reanimação da actividade para a Conferência de Genebra. Como é lógico, tal evolução dos acontecimentos seria de saúdar.

Entretanto, é também evidente que Genebra não constitui um objectivo em si. O fundamental são os resultados frutíferos e justos do seu trabalho. Parte-se do princípio de que a elaboração das condições de paz em todas as suas facetas é, antes de mais nada, problema das próprias partes em conflito. Mas a União Soviética, como co-presidente da Conferência de Genebra e Estado situado próximo da região em causa, tem a sua opinião própria no que respecta aos princípios e direcções fundamentais da futura solução pacífica. Consideramos, em particular, que o documento final (ou documentos) sobre a paz no Médio Oriente deve basear-se no princípio da inadmissibilidade de anexação de territórios pela guerra, no direito de todos os Estados desta região a uma existência independente e à segurança. Subentende-se que devem ser garantidos, como inalienáveis, os direitos do povo árabe da Palestina, incluindo o direito à autodeterminação e à criação do seu próprio Estado.

Consideramos indiscutível que os documentos referentes à paz devem estipular a retirada das tropas israelitas de todos os territórios árabes ocupados em 1967. Esta retirada poderia ser efectuada não de uma só vez, mas por etapas, no decurso, por exemplo, de vários meses, em prazos rigorosamente estabelecidos. Devem determinar-se com precisão as linhas correspondentes de fronteira entre Israel e os seus vizinhos árabes participantes no conflito. Estas fronteiras devem ser declaradas como definitivas e invioláveis.

Partimos do princípio de que, desde o momento em que se finaliza a evacuação das tropas israelitas cessará o estado de guerra entre Israel e os Estados árabes participantes no conflito. Todas as partes se comprometerão, então, a respeitar reciprocamente a soberania, a integridade territorial, a inviolabilidade e a independência política de cada uma e a resolver por meios pacíficos os litígios internacionais.

Construindo o comunismo, desenvolveremos a democracia com uma amplitude crescente. Claro que se trata da democracia socialista, ou seja, de uma democracia que abarque as esferas política, social e económica; de uma democracia que assegure, em primeiro lugar, a justiça e a igualdade social.

Um fenómeno qualitativamente novo

Se raciocinarmos, camaradas, verificaremos a existência de um fenómeno qualitativamente novo:



As massas populares de Luanda saudaram entusiasticamente Fidel Castro

PODGORNY E FIDEL EM ÁFRICA: APOIO À LUTA DE LIBERTAÇÃO

Podgorny e Fidel Castro estão em África, em visita a alguns dos mais importantes países do continente: os que se encontram hoje nas primeiras linhas da luta anti-imperialista, e abrem o caminho para a definitiva libertação de todos os povos africanos do domínio das multinacionais, do neocolonialismo, da afronta do apartheid.

Uma presença simultânea de dois grandes dirigentes comunistas em África mostra claramente a importância que este continente assume nos nossos dias, no processo revolucionário mundial, insere-se nas justas perspectivas que apontavam os próximos anos como anos decisivos para o fim do neocolonialismo e das várias formas de opressão em África e propunha uma acção adequada a essa tendência.

Por outro lado, a actuação e as palavras de Podgorny e de Fidel, exprimem e tornam bem clara a radical diferença entre o tipo de relações que os países socialistas estabelecem com os outros países e povos do Mundo, e o tipo de relações, de cunho opressivo e autoritário que são apanágio do imperialismo. A propaganda burguesa tenta exactamente esbater e adular esta realidade insofismável, mas temos que reconhecer que se trata de uma tarefa cada vez mais difícil e ingrata. Entre os "auxílios" em armas à camarilha de Mobutu, a Vorster ou a Smith (ainda que tal se processe de uma forma indirecta), e o evidente auxílio económico fornecido pelos países

socialistas a todos os povos que neste momento reconstroem a sua economia, arrasada por anos e anos de pilhagem colonial, há um tão profundo abismo que só não o vê quem tape deliberadamente os olhos à realidade.

Fidel desmascara a política imperialista em África

O imperialismo pretende estabelecer um regime neocolonialista no Zimbábue, manter o domínio dos monopólios e dos racistas sul-africanos na Namíbia e tenta preservar, indefinidamente, o odioso regime racista na África do Sul — declarou Fidel Castro na Tanzânia. O imperialismo organiza agressões contra o Povo de Moçambique, manobra para estabelecer o neocolonialismo em Djibouti e manter bases militares contra os interesses do Povo do Iémen, da Etiópia, e aspira a destruir a revolução na Somália.

Referindo-se à tática do divisionismo, e aos apoios com que o imperialismo conta em África, Fidel destacou: O imperialismo sempre tratou de dividir os povos árabes e africanos e para isso conta com muitos recursos, com os países reaccionários, entre eles o Irão e a Arábia Saudita, para combater o movimento revolucionário nessa área do Mundo. O imperialismo conta com a aliança do Estado agressivo de Israel, com alguns governos reaccionários de África e com o apoio dos racistas

sul-africanos, enquanto que os povos revolucionários contam com os princípios e a justiça da sua causa. Contam com as suas próprias forças e o importante apoio internacional. Contam com o auxílio fraterno, com a ajuda consequentemente internacionalista, dos países socialistas.

A presença de Fidel Castro em Moçambique, onde foi assinado um acordo de cooperação entre os dois países, e em Angola, é expressão desse auxílio, dessa ajuda internacionalista. Que há bem pouco se teve que concretizar na luta, de armas na mão, contra os invasores estrangeiros que tentaram, em vão, destruir Angola livre, e hoje assume as formas diversas da urgente batalha de produção, numa terra espoliada de médicos, de engenheiros, de professores, de quadros técnicos, de operários especializados.

URSS — Apoio permanente à luta dos combatentes pela liberdade

A União Soviética não procura concessões, bases militares, ou qualquer privilégio especial, nem em países africanos, nem em qualquer outra parte do Mundo. Procuramos amigos e cooperação em termos de igualdade. Somos guiados, não pelos interesses de lucro egoísta, mas sim pela nossa inabalável adesão à causa da Paz, à causa da Liberdade e progresso do povo — disse Podgorny na Tanzânia. E as suas palavras são a justa síntese do que é a política externa soviética.

A batalha solidária por uma causa comum, entre o mais avançado país socialista, pioneiro da liquidação da exploração, pioneiro na construção do comunismo, e os povos que se libertam do domínio dessa mesma exploração, do domínio do imperialismo.

Nos nossos dias, paralelamente à luta de libertação, de liquidação dos últimos focos de domínio neocolonial, a África procura resolver os mais complexos problemas de desenvolvimento nacional, conquistar a independência económica, o controlo nacional sobre os recursos naturais, acabar com a exploração das companhias multinacionais. Juntamente com todos os países em vias de desenvolvimento, os países africanos batem-se pela igualdade nas relações económicas mundiais com os países capitalistas industrializados. Entretanto, a última sessão da UNCTAD, realizada em Nairobi, bem como o "diálogo norte-sul", em Paris, mostraram mais uma vez que o mundo capitalista não se dispõe a fazer quaisquer concessões aos países cujas riquezas explorou.

Podgorny foi a África oferecer o apoio dos soviéticos para a batalha económica, para a luta contra o imperialismo. Podgorny foi a África dizer: O Povo soviético apoiará permanentemente a justa luta dos combatentes pela libertação da África Austral. De acordo com as decisões e os planos de todos os comunistas soviéticos. De acordo com as conclusões do 25.º Congresso. A solidariedade e cooperação

com os países e os povos, em luta pela sua libertação nacional, independência económica, pelo progresso social, contra o imperialismo e os monopólios, tal é a política firme e inmutável dos PCUS e do Estado soviético — declarou também Podgorny na Tanzânia. Os povos africanos sabem da verdade destas declarações. Contam, na sua difícil luta, com o apoio activo da União Soviética. O imperialismo também o sabe. Também por isso calunia e manobra. O fim do seu domínio explorador no continente africano aproxima-se a passos largos. Será uma grande e definitiva derrota.

DUAS EXCURSÕES À BULGÁRIA

O Departamento de Turismo da Associação Portugal-Bulgária programou duas excursões a esse país socialista. A primeira efectua-se por ocasião das comemorações do 1.º de Maio, estando a partida marcada para o dia 28 de Abril e o regresso para 9 de Maio.

A segunda excursão permitirá assistir às comemorações da Festa da Cultura, a Festa Nacional da República Popular da Bulgária. A saída de Lisboa está prevista para 23 de Maio e o regresso para 2 de Junho.

Os interessados devem contactar com a Associação, na Rua de S. Nicolau, 119 — 2.º D.L., das 13 h 30 às 19 h 30, ou pelo telefone 32 39 63.

Princípios democráticos na produção

O Partido dá um significado particular ao desenvolvimento dos princípios democráticos na produção. Na sociedade socialista, o trabalhador não é o executor mecânico de tal ou tal operação, destas ou daquelas instruções. Para ele são importantes, não só o resultado directo dos seus esforços, mas o significado e o lugar que ocupam no processo geral do trabalho. O anseio e a possibilidade de dar a sua contribuição pessoal são poderoso incentivo para a actividade laboral, ensinam a raciocinar à escala estatal, e a considerar as preocupações colectivas também como preocupações pessoais.

Allí, onde o trabalhador sabe que a sua opinião é ouvida, que os seus critérios são apreciados, que a sua posição é tomada de facto em conta no processo de elaboração dos planos económicos e sociais, só ali se sente o verdadeiro dono da produção, dono do seu próprio destino. Assim se ligam as tarefas políticas e as tarefas de produção.

O que fazem os sindicatos, ao incorporar cada vez mais amplamente os trabalhadores na direcção da produção, constitui simplesmente uma das manifestações da democracia socialista. Para nós, o significado da palavra democracia, "o poder do povo", ou seja, a participação das massas na solução dos problemas estatais e sociais, quer dizer, o "verdadeiro autogoverno popular", como dizia Lenine, continua a ser uma questão-chave.

Socialismo e democracia são inseparáveis.

As "operações" contra o mundo socialista

Os nossos inimigos quiseram arranjar umas forças quaisquer que se pronunciassem contra o socialismo dentro dos nossos países. E, como não há tais forças, já que na sociedade socialista não existem classes oprimidas e classes opressoras, não existem nacionalidades oprimidas e exploradas, inventaram uma espécie de sucedâneo e, através de uma falsa propaganda, criam a aparência de uma "oposição interna" nos países socialistas. É por isso que se organiza uma gritaria em volta dos chamados

AS «LIBERDADES» DO ANTICOMUNISMO E AS LIBERDADES REAIS

Liberdade, hoje, é uma das palavras mais repetidas, um dos conceitos mais repisados... principalmente por aqueles que dela fazem capacho. Para eles, trata-se de uma liberdade abstracta, desenraizada da vida quotidiana e das massas, para uso em discursos parlamentares ou eleitorais, para envernizar o insulto ao mundo socialista e para camuflar a exploração do homem pelo homem.

Mas o que significa "liberdade"? Poderemos falar de um conceito universal, válido para patrões e trabalhadores, e assim elo de ligação ou de harmonia entre classes? Podemos falar de um ideal universal, válido para exploradores e explorados?

É aqui que se encontra a base da grande mistificação utilizada por monopolistas e seus órgãos de informação bem seus, porque bem pagos do bolso do capital. Liberdade não é um conceito universal. Como todas as outras realidades tem uma base — assenta na divisão de classes que impera hoje ainda no mundo.

Disso nos fala a realidade quotidiana. É isso que é desmentido pela propaganda burguesa. Porque não lhe interessa.

É difícil desmentir aquilo que a vida ensina. Daí as armas da calúnia e da ignorância. Armas a que os revolucionários — e só os revolucionários — estão interessados em opor a mais ampla divulgação da verdade.

O que é liberdade para o capitalista, não é para o trabalhador. É um facto que ressalta na batalha de classes no seio do mundo capitalista. E que surge com clareza meridiana no confronto entre os dois mundos que coexistem no planeta — o mundo capitalista e o mundo socialista.

Não começaremos por onde começam os ideólogos e propagandistas burgueses — a questão da liberdade de consciência, de informação, etc.. Não por temor do confronto, que é radicalmente favorável ao mundo socialista. Mas porque esse simples facto constitui já, em si, o início da mistificação. Não há consciências livres onde é negada a cultura a quem não tem dólares para a pagar, onde a preocupação central de uma vida é simplesmente conseguir o prodígio de permanecer vivo, a despeito do desemprego, a despeito da inflação.

Onde o direito ao trabalho é um facto, onde as preocupações sociais dominam

Na base da liberdade por que se bateram e batem milhões de homens e mulheres, está o direito inalienável ao trabalho (e o dever correspondente), o direito a uma vida digna e progressivamente melhor.

Este ano, ano do vigésimo aniversário da CEE — protótipo para alguns do «mundo livre» — o desemprego atingiu nesta zona o seu «record». Não há quaisquer indícios de que venha a ser reduzido ou sequer travado o processo. As mais optimistas previsões de dirigentes burgueses não encaram essa perspectiva.

No mundo socialista não há desemprego. Na União Soviética a bolsa de trabalho foi fechada em 1930, por desnecessária. Na maioria das empresas da URSS, da RDA, da Checoslováquia e de todos os outros países socialistas, há listas numerosas de pedidos de operários, engenheiros, empregados.

No mundo socialista, todos aqueles que saem das escolas secundárias, profissionais e das universidades do país, saem para um posto de trabalho. No mundo capitalista, a percentagem de jovens desempregados é extremamente elevada, atingindo um terço dos números globais do desemprego, em particular entre os que têm uma maior qualificação. Isto sem falar da não correspondência entre habilitação e o trabalho que se encontra, quando se encontra.

Nos planos e balanços anuais e quinquenais, o mundo socialista inclui, como elemento dominante, a questão social nas suas múltiplas facetas. São planos e balanços inimagináveis no sistema capitalista.

No último Congresso do PCUS, por exemplo, de entre os dados do balanço dos anos de 71-75, destaca-se que: o rendimento nacional sofreu um aumento de 28%, os fundos básicos de produção, um aumento de 50%, a receita real dos soviéticos aumentou em 25% (sendo que duplica de 15 em 15 anos), os fundos públicos, destinados a cobrir a despesa com uma série de regalias crescentes para todas as pessoas, independentemente do seu trabalho, aumentaram em 26 biliões de rublos.

Para 75-80, prevê-se (e os planos são sempre cumpridos e normalmente ultrapassados), um aumento da receita real «per capita» da ordem dos 20-22%, do salário médio em 16-18%, da receita dos «kolkosianos» em 24-27%, dos fundos públicos, em 28-30%. Quanto à construção de habitações, um ritmo cada vez mais elevado, que irá até aos 500-545 milhões de metros quadrados.

Há que acrescentar que quando se fala de receitas reais, de salários, de fundos públicos — tudo isto se passa numa sociedade onde os preços são estáveis e os impostos decrescem em vez de ser agravados. Um lugar comum para soviéticos, búlgaros ou checos. Mas que não é para os trabalhadores do mundo capitalista.

PATOCKA E O CDS

A reacção internacional arranjou um novo «herói», um «mártir» dos fabricados «dissidentes» que gozando das regalias da sua pátria socialista, se alimentam com os dólares de Washington: Patocka.

Patocka morreu, e logo toda a reacção gritou: foi morto. E avançou com nova escalada no trilhão das calúnias que prodigaliza contra o mundo socialista.

Os «heróis» da reacção, apresentem-se sob que capa se apresentem, revelam sem querer a sua real identidade com a sua própria história, com os apoios de que gozam.

Mas afinal quem é Patocka, o «filósofo puro», o «democrata»?

Quando na Checoslováquia a democracia esteve de facto ameaçada, quando as hordas nazis invadiram a sua pátria, Patocka não defendeu os princípios da liberdade. Tão pouco se limitou à expectativa dos acontecimentos. Colocou-se ao lado dos nazis. Apontou a democracia burguesa como «perdição e fracasso» face ao estado fascista. Ergueu ao cume ideológico de um «acto renovador» o conceito antidemocrático clerical da História. Defendeu abertamente o fascismo na sua obra «filosofia» editada em 1942, quando culminava a agressão nazi contra os povos europeus, qualificando a ideologia nazista como um legítimo fruto da cultura clássica alemã...

Os apoios de que Patocka gozou no fim da sua vida, como após a sua morte, confirmam os interesses que defendeu na sua juventude. Os interesses que sempre defendeu: quer sob a capa da democracia, quer apoiando abertamente o fascismo. Uma das vezes que em Portugal mais alto se ergueu para caluniar novamente a Checoslováquia socialista é por demais significativa. Foi a voz do CDS. Um CDS vestido à pressa de «democrata», de «lutador pela liberdade». Um CDS que diz: «Podemos dizer que o espírito de Helsínquia está de luto, por mais esta trágica violação do seu texto». Um CDS que fala da luta pela liberdade, como uma «luta irreversível que cedo levará de vencida todas as ditaduras que persistem em opor-se ao curso democrático da História»... Vai longe a demagogia dos que querem confundir os povos, convencê-los de que são os monopólios quem se bate pelos mais legítimos interesses dos trabalhadores.

Só a direita pode legitimamente fabricar «heróis» da lavra de Patocka. Porque é ela que os cria, os alimenta, e deles se serve.

O rendimento onde se atenuam as diferenças e onde se agravam

A questão dos fundos públicos ou do segundo salário, dá-nos em grande parte a medida da diferença abissal entre os dois sistemas.

Os fundos públicos destinam-se a cobrir, total ou parcialmente, serviços correntes que dizem respeito a todas as pessoas, independentemente do seu trabalho. Poderíamos chamar-lhe a semente, que se desenvolve, do princípio comunista de «a cada um segundo as suas necessidades».

Assim, o ensino, a saúde em todas as suas facetas, ou são completamente gratuitos ou tendem a sê-lo. Os livros, os espectáculos, o desporto, gozam dos mesmos privilégios. Au-

À atenção do presidente Carter

Interessou-se o presidente Carter, recentemente eleito nos Estados Unidos da América, pela amarga questão dos direitos humanos, espezninhados constantemente. E nem outra atitude poderia tomar publicamente o presidente Carter, homem que representou o Partido Democrático nas últimas eleições e que preside actualmente ao país que se considera a pátria da Liberdade, com direito a estatura.

Por isso, repetimos, não estranhámos quando do seu interesse pelos direitos humanos. E por isso, afirmamos, torna-se imperioso fazer coro com aquele dirigente norte-americano na defesa intransigente pelo direito humano. Vejamos um exemplo, à atenção do sr. Carter.

É o caso de Lolita Lebrón, que recentemente saiu da prisão, onde se encontra há cerca de 23 anos, para poder assistir ao funeral da sua filha, vítima de um acidente de automóvel. Acompanhavam-na algumas dezenas de guardas.

Os polícias, durante o funeral, procuraram manter afastados, recorrendo à força, todos os manifestantes que se concentraram para expressarem o seu apoio e o seu reconhecimento a Lolita Lebrón, pela causa da liberdade que defende.

Finda a cerimónia fúnebre, Lolita Lebrón, sempre acompanhada pelos polícias, regressou à penitenciária onde cumpre a pena de prisão imposta e que pode prolongar-se segundo o critério das autoridades.

Lolita Lebrón foi presa em 1954, em Washington, quando no decorrer de uma sessão do Congresso, juntamente com outros nacionalistas, procurou chamar a atenção mundial para a infâmia da opressão e repressão que os EUA exercem sobre a sua pátria — Porto Rico. Por ter lutado pelos direitos humanos dos seus compatriotas, está presa há cerca de 23 anos.

mentam os subsídios para famílias numerosas, para novos filhos. São criadas casas e condições especiais para uma nova forma de envelhecimento, em que são dadas todas as possibilidades para que se mantenha uma vida e utilidade social, e as condições de conforto indispensáveis com o avanço da idade. O que é pago nas creches é uma parcela extremamente reduzida dos gastos reais. O mesmo no que respeita à casa, à água, gás, electricidade, telefone. O mesmo no que respeita aos transportes.

Em relação aos Estados Unidos, os transportes na URSS são 5 vezes mais baratos; os serviços públicos, 2 a 3 vezes; o aluguer das casas, 13 vezes.

Isto num contexto em que o leque salarial é muito mais reduzido que no mundo capitalista e a fonte dos rendimentos é única e exclusivamente o TRABALHO.

No sistema capitalista, as diferenças entre rendimentos são muito grandes e tendem a acentuar-se. Os maiores rendimentos provêm exactamente da exploração do trabalho de outrem. Os direitos e regalias sociais têm uma única medida — a medida do dinheiro (mesmo onde as forças progressistas, a luta dos trabalhadores, abriu caminho a certas garantias sociais).

Nos Estados Unidos, para falarmos da cabeça do imperialismo, 10% da população auferem 30% de toda a renda monetária. Em 1974, houve uma redução absoluta nas despesas de consumo da ordem dos 2,1%, que naturalmente não atingiu os grandes rendimentos. Contam-se 25 milhões de pessoas com uma renda muito abaixo do mínimo oficial necessário para viver.

Isto no que respeita a rendimentos. No plano da saúde, só se entra num hospital ou num consultório, com dólares no bolso. Quanto ao ensino — só 10% de filhos de trabalhadores têm entrada nas escolas superiores, e uma percentagem ainda menor nas universidades.

São factos que têm necessariamente os seus reflexos a outros níveis. Segundo um inquérito feito entre mil alunos da escola secundária de Berlín Ocidental, em em cada dois rapazes começa a tomar bebidas alcoólicas a partir dos 13 anos. Nos últimos 3 meses, 140 crianças e adolescentes foram internados nos hospitais por alcoolismo; 44 jovens morreram em 1976 em consequência do uso «inexperiente» de narcóticos.

A mulher — medida do progresso social

A diferença de situação social da mulher entre os países capitalistas e os países socialistas, é um bom índice do que se passa em cada um dos sistemas.

No capitalismo, ela é empurrada para casa, a não ser quando da necessidade imperiosa da sua utilização na produção, onde é preferencialmente explorada, como «incapaz». A luta trava-se, por parte das forças progressistas, para sair desse mundo fechado e entrar na vida socio-política e económica do país.

No socialismo, a batalha é por arrancar dos horizontes limitados e individualizantes do cantado «doce lar», mulheres que não sentem sobre si a pressão das necessidades económicas, e a quem a sociedade burguesa tanto se esforçou por apresentar o trabalho fora de portas como um mal, por vezes necessário. Batalha cujo pulsar se sente bem nos países recém-libertados do sistema de exploração capitalista, e que tem formas mais atenuadas, porque outras já não são necessárias, onde se constrói o socialismo desenvolvido ou se caminha para o comunismo.

Esta grande diferença na forma de encarar a própria questão reflecte-se nas medidas práticas que, no socialismo, visam facilitar ao máximo o trabalho da mulher. Reflecte-se na forma de

encarar a mulher como trabalhadora e mãe, no respeito que merece a função social da maternidade. Reflecte-se nas posições que a mulher ocupa, nos dois sistemas antagonísticos, no processo produtivo, na vida social e política do país.

Assim, na União Soviética, 75% dos médicos, 28% dos engenheiros, 38% dos cientistas — são mulheres. Nos Estados Unidos, são mulheres 6,5% dos médicos, 1,2% dos engenheiros e cientistas. Isto sem falar na discriminação salarial, que continua a ser um facto no capitalismo.

Ao nível de órgãos do poder, é também imensa a diferença. O Soviète Supremo da URSS conta com uma percentagem de 31,3% de mulheres. O Congresso dos Estados Unidos não tem mais de 3%.

Quem está no Poder? — A questão central

Para quem e para quê a liberdade e a democracia, os direitos humanos — uma questão que no fundamental é respondida com uma outra: quem está no poder? Quem ocupa os órgãos centrais de poder? Os trabalhadores ou os patrões?

Voltando à realidade da União Soviética e dos Estados Unidos, a questão fica de imediato clarificada.

O Soviète Supremo da URSS, conta com 1517 deputados, 769 dos quais são operários e «kolkosianos». Nele estão representados 61 povos.

No Congresso dos Estados Unidos, não há um único representante dos operários. Em contrapartida os comerciantes e industriais contam com 35%, sendo 60% das profissões liberais, em particular juristas (os advogados dos monopólios, os defensores preferenciais do sistema, os filhos dos grandes capitalistas). Quanto a representação de povos, é inexistente. No Congresso como em toda a vida dos Estados Unidos, o racismo é uma constante.

Nem outro país socialista, a RDA, são de origem operária 57% dos deputados da Câmara do Povo, 78% dos procuradores da República, 64% dos eleitos nos órgãos populares locais, 71%



Enquanto o governo dos EUA se diz preocupado com os direitos humanos em certos países, o povo americano luta pela liberdade de compatriotas seus que apodrecem nas penitenciárias vítimas das célebres "medidas de segurança", que tão comuns foram entre nós antes do 25 de Abril. A manifestação que estes jovens norte-americanos realizaram no Estado de Carolina do Norte visava a libertação dos "10 de Wilmington", activistas da luta pelos direitos humanos nos EUA, cuja detenção tem sido constantemente prolongada pelas autoridades.

dos juizes, 75% dos quadros dirigentes da economia, 75% dos oficiais do Exército.

São números esclarecedores e que não podem deixar lugar a dúvidas quanto aos interesses de classe que são defendidos sob o socialismo ou sob o capitalismo.

De uma forma geral a propaganda capitalista aponta a actividade dos sindicatos nos países socialistas, como se de uma função repressiva se tratasse. A repressão do Estado dos trabalhadores, contra os trabalhadores...

O controlo sindical operário é também uma das facetas importantes do exercício do poder. Sabem-no bem as massas trabalhadoras. O capital tem-no sempre presente. Vejamos uma amostra sucinta do que é o controlo operário numa empresa socialista.

Os delegados são eleitos, seguindo posteriormente cursos teóricos e de especialização para um mais capaz desempenho da sua complexa tarefa. São organizados grupos de trabalho que se devem debruçar sobre todas as questões relativas à empresa, como: produção de mercadorias, economia de materiais e de energia, economia e controlo do plano, respeito pelo plano científico e técnico, condições de trabalho e vida, controlo do comércio. Gozam de grandes poderes, podendo inclusive pedir a demissão de um director que não esteja à altura das suas funções. São-lhe fornecidas periodicamente informações das medidas em curso destinadas a colmatar lacunas detectadas. No jornal de empresa são feitos relatórios circunstanciados de prestação de contas da sua actividade a todos os trabalhadores da empresa.

Algumas palavras sobre a liberdade de expressão

A liberdade de expressão está intimamente ligada à liberdade de informação. Quem pode exprimir as suas ideias junto das massas? Quem paga a informação?

Sessenta e cinco por cento da informação difundida por todo o mundo, tem como fonte as agências dos Estados Unidos. Esta uma questão básica que condiciona de imediato a informação no mundo capitalista.

É evidente que a Constituição de todos os países ditos democráticos assegura explicitamente a livre expressão do pensamento e a utilização dos meios adequados a essa expressão. Ou seja, por exemplo: qualquer operário ou desempregado da RFA tem tanta liberdade para editar um periódico como o magnate Springer. E claro está que o facto de não poder fazer uso dessa liberdade por falta de dinheiro e de outros recursos é assunto exclusivamente seu. Sempre lhe fica a compensação de poder exercer a sua «liberdade de expressão» em casa ou no café, na roda de amigos, e falar mal do tal Springer. A diferença é que isto não vai alterar nada da situação social do país. Ou seja, para o operário ou desempregado da RFA, liberdade de expressão quer dizer ser ouvido no círculo da sua família e dos seus amigos. Para um magnate como Springer, significa ser ouvido ou lido por dezenas de milhões de pessoas.

Este o carácter da liberdade, da democracia, dos direitos humanos, nos países capitalistas: contra os trabalhadores, marginalizados as massas populares.

Nos países socialistas os marginalizados, aqueles cuja voz é abafada pela voz de centenas de milhões que trabalham e constroem uma vida nova, são os que desejariam para si os privilégios individualistas do mundo do capital. Chamam-lhe dissidentes e heróis, no capitalismo, que os alimenta e apoia. Renegados e traídores, nos países da comunidade socialista.

Assembleia da República «COMPROMETER O DESANUVIAMENTO E A COEXISTÊNCIA PACÍFICA»

Os deputados do PS, PPD e CDS aprovaram em S. Bento, na passada semana, um voto de «protesto» que, conforme salientou o deputado do PCP Veiga de Oliveira, põe em causa a nossa responsabilidade de eleitos, não prestígia a Assembleia da República e porventura tem como única consequência real um prejuízo evidente para as nossas relações diplomáticas que devem ser pautadas pelo respeito mútuo, pela não ingerência nos assuntos internos de cada país e sobretudo pela salvaguarda dos nossos interesses nacionais.

Como é bom de ver o pluralismo parlamentar (partido do Governo e oposições civilizadas e responsáveis limitada) decidiu apresentar mais um voto de «protesto» cujo objectivo, no fundo, era dirigir mais um ataque aos países socialistas e às suas realizações.

O folhetim dos «dissidentes» — arma de propaganda eleitoral inventada pelos «cérebros» da campanha eleitoral de Jimmy Carter — tem sido exportada para a Europa Ocidental pelo imperialismo americano. Na Europa, utilizam tal exportação todos os que gostam de consumir todos os produtos fabricados na Casa Branca e no Pentágono ou aqueles que, inconscientemente, se deixam por eles envenenar. Se o voto que acaba de ser proposto à Assembleia da República, sobre a morte de Jan Patocka, não for retirado, certamente algumas forças e partidos políticos e não são alguns dos representados nesta Assembleia, alcançarão os seus objectivos mais ou menos confessados — alertou ainda antes da votação Veiga de Oliveira.

Alerta que, infelizmente, não foi ouvido. A maioria dos deputados votou a favor, tendo apenas os deputados do PCP votado contra.

Veiga de Oliveira acentuou, no entanto: Uma questão entretanto se coloca, é a de saber se o voto da Assembleia da República, qualquer que seja o número de votantes, vai no sentido de salvaguardar a defesa dos direitos do homem ou se, pelo contrário, representará mais um gesto manipulado pelo desconhecimento ou deturpação dos factos concretos e a revelia da consciência da maioria dos senhores deputados.

Pelos vistos, a grande maioria dos deputados não se importa de ter ou não problemas de consciência e, por isso, votou a favor do voto de «protesto». Outro foi o comportamento dos deputados do PCP. Sublinhou Veiga de Oliveira:

Nós, Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, reconhecemos e afirmamos como imprescindível o respeito dos direitos do homem e das liberdades democráticas dos cidadãos. A nossa história como partido político e mesmo a história pessoal de muitos dos ocupantes desta bancada poderia entrar a história sobre a luta contra a tirania e o arbítrio em defesa dos direitos do homem e da liberdade política.

Prossiguingo e explicando a posição do PCP acerca do voto, Veiga de Oliveira sublinhou: Mas, nem nos aparece a mínima provada relação de causalidade entre

Carta de um soviético veterano da guerra

À «Pravda» e às redacções de outros jornais soviéticos, à rádio e à televisão, chegam numerosas cartas de cidadãos que condenam e rejeitam os renegados que se vendem às forças reaccionárias do imperialismo.

Transcrevemos um extracto de uma dessas cartas, tanto mais significativa quanto foi escrita por um veterano da Grande Guerra Patriótica, da cidade de Gomel. «A grande família do povo soviético despreza estes monstros de imoralidade. O poder popular, conquistado e defendido em duros e sangrentos combates, enche-os de ódio. Milhares de pessoas deram a vida pela causa da revolução, antes e depois de Outubro. Morreram centenas de milhares de pessoas na guerra civil e dezenas de milhões durante a invasão fascista. Eles não se importam com estas vítimas, com os milhares e milhares de inválidos e mutilados, com os milhões de órfãos. Declaram-se, sem escrúpulos, a favor da «liberdade» e dos «direitos» que o fascismo hitleriano impôs, ensopando a Europa de sangue, a favor da liberdade do capitalismo, onde milhões de desempregados e de desprovidos de quaisquer direitos mal conseguem sobreviver, onde centenas de indivíduos apodrecem nas prisões e nos campos de concentração».